

A DEFENSORIA EM DADOS

PESQUISAS REALIZADAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

APOIO



Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

A DEFENSORIA EM DADOS

PESQUISAS REALIZADAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública • RJ

APOIO



Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Av. Marechal Câmara, 314
CEP 20020-080 - Centro, RJ – Brasil
Tel.: 21 2332-6224 (Sede)
Site: www.defensoria.rj.def.br

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
DO ESTADO**

André Luís Machado de Castro

**1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-
GERAL DO ESTADO**

Denis de Oliveira Praça

**2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-
GERAL DO ESTADO**

Rodrigo Baptista Pacheco

CHEFE DE GABINETE

Paloma Araújo Lamego

**DIRETOR GERAL DO CENTRO
DE ESTUDOS JURÍDICOS –
CEJUR**

José Augusto Garcia de Sousa

**DIRETORA DE CAPACITAÇÃO
DO CENTRO DE ESTUDOS
JURÍDICOS – CEJUR**

Adriana Silva de Brito

**DIRETORIA DE ESTUDOS E
PESQUISAS DE ACESSO À
JUSTIÇA****DIRETORA**

Carolina Dzimidas Haber

SERVIDORES

Christiane Ferreira Martins

Maurício Soares de Sá

ESTAGIÁRIOS

Felipe Francisco Peixoto Azeredo

Gabriel da Silva Reis

Gerson Salgado Pinha Junior

Ingrid Charinho Almeida

Jaqueline de Jesus Cardoso

Maria Gabrielle Albuquerque

Presler Cravo

PROJETO GRÁFICO

Rafael Veiga

REVISÃO

Lucia Koury

© 2018 Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem o
prévio consentimento, por escrito, da Defensoria Pública.

Catálogo na Publicação (CIP)

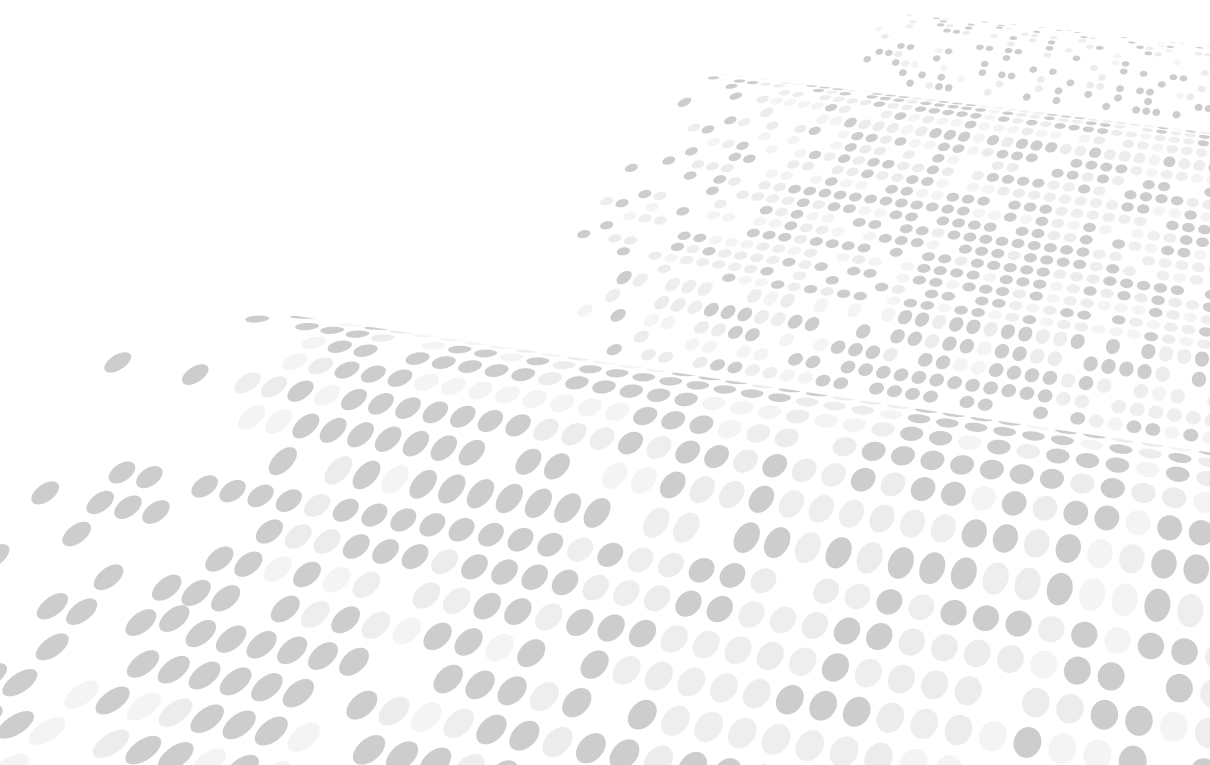
Biblioteca Defensor Público Mário José Bagueira Leal

R585d Rio de Janeiro (Estado). Defensoria Pública Geral.

A Defensoria em dados: pesquisa realizadas pela Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro / Defensoria Pública do Estado do Rio de
Janeiro, Cejur, Fesudeperj. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do
Estado do Rio de Janeiro, 2018. – 148 p. – ISBN 978-85-93902-12-3

1. Defensoria Pública – Rio de Janeiro. 2. Estudo de dados. I. A Defensoria
em dados: pesquisa realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio
de Janeiro II. Rio de Janeiro (Estado). Defensoria Pública Geral. Centro de
Estudos Jurídicos. III. Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do
Estado do Rio de Janeiro.

CDDir: 341.413



APRESENTAÇÃO

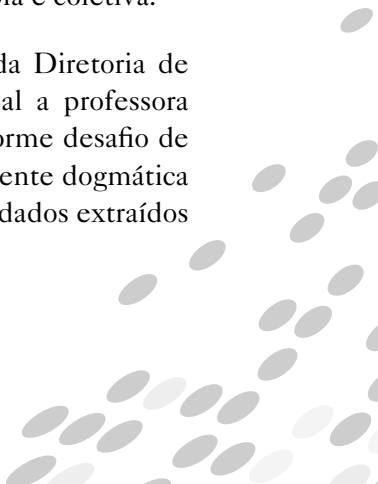
Em 2015, fruto de longo debate travado internamente por anos sobre a necessidade das decisões de gestão serem pautadas pela coleta e análise de dados, foi criada a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, órgão inédito na estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Muito inspirada no festejado projeto “Pensando Direito” do Ministério da Justiça, que buscou aproximar as pesquisas realizadas pela academia aos debates de formulação legislativa, e nos “Mapas da Defensoria Pública no Brasil”, organizados pelo IPEA, que contribuíram enormemente para a aprovação da Emenda Constitucional nº 80/2014, a Diretoria de Pesquisa foi construindo sua identidade ao longo dos últimos três anos, fruto de muita dedicação de sua diretora e da sua pequena mas valorosa equipe.

Da ideia inicial de ser um órgão que auxiliasse a gestão, propósito alcançado com os trabalhos sobre parâmetros de assistência jurídica adotados pelas Defensorias do Brasil e sobre a distribuição da carga de trabalho entre os defensores, de acordo com a demanda potencial, realizado em parceria com o IPEA, ampliou-se o seu escopo para que fossem produzidas pesquisas que permitissem a adoção de uma argumentação inovadora nos diversos âmbitos de atuação da Defensoria Pública.

Neste volume, estão alguns exemplos de pesquisas utilizadas em ações estratégicas da Defensoria Pública que serviram para qualificar a participação da instituição no debate público e também para ampliar sua atuação para além do escopo individual na esfera judicial, fortalecendo, assim, seu papel de defensora de direitos de forma ampla e coletiva.

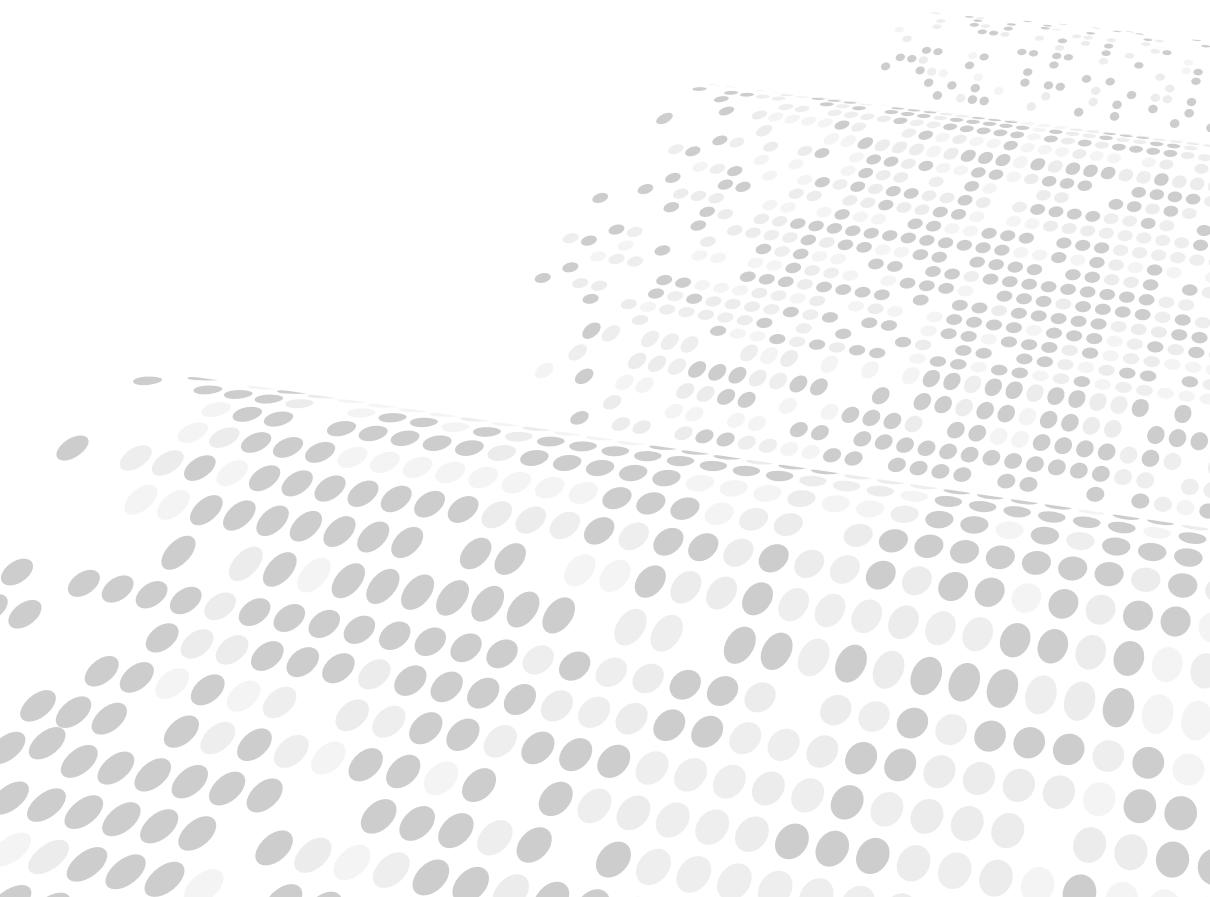
Agradeço aos servidores, estagiários e colaboradores da Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, em especial a professora Carolina Haber que, em janeiro de 2015, aceitou o enorme desafio de mudar uma cultura de litigância estratégica exclusivamente dogmática para que à argumentação tradicional fossem acrescidos dados extraídos da pesquisa aplicada ao Direito.



Agradeço, ainda, a todas as defensoras e defensores públicos, servidores e estagiários da Instituição, pois a realização das pesquisas somente foi possível com a contribuição inestimável de cada um deles, seja na coleta de dados, na discussão metodológica, na difusão do trabalho e na sua utilização como argumentação defensiva.

Os resultados ora apresentados comprovam a qualidade do trabalho realizado nos últimos três anos, mas apontam para novos desafios no campo da pesquisa na Defensoria Pública: a sua ampliação e institucionalização.

ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO
Defensor Público-Geral do Estado



PREFÁCIO

A presente publicação representa a consolidação de um projeto que surgiu há três anos, quando ainda era apenas uma ideia, de um lado, de construção de uma Defensoria Pública como um espaço de planejamento e execução de políticas públicas, mais transparente e democrática e, de outro, de superação do modelo dogmático de litigância, fortalecendo uma atuação jurídica estratégica, baseada na coleta e análise de dados.

A Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça foi crescendo na medida em que pesquisas foram sendo produzidas, seja na formulação de diagnósticos para subsidiar políticas institucionais, seja no levantamento de dados sobre a atuação processual e extraprocessual dos defensores públicos. Dentre as diversas pesquisas realizadas, algumas foram selecionadas para a presente publicação, consolidando-se, assim, um novo olhar sobre a atuação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

A pesquisa sobre os processos de criminalização do aborto, além dos resultados impactantes que revelam o racismo estrutural no sistema de justiça criminal, foi apresentada pela Defensoria Pública, no pedido de ingresso como *amicus curiae* na ADPF nº 442 que discute a constitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil, servindo como pano de fundo para a sua construção teórica.

Os dados produzidos pela análise dos processos de requalificação civil no Estado do Rio de Janeiro permitiram identificar o percurso percorrido no Judiciário dos pedidos de mudança de sexo e nome das pessoas transgêneras, de forma a municiar o Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual da Defensoria Pública com informações que viabilizem o esclarecimento dos assistidos sobre o melhor caminho a ser tomada na busca por seus direitos, tendo em vista a ausência de lei que regule esse tipo de procedimento.

O estudo foi apresentado pela Defensoria Pública na audiência pública da Opinião Consultiva nº 24 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizada para que a Convenção Americana de Direitos Humanos fosse interpretada no sentido de obrigar os Estados a reconhecer a identidade de gênero da pessoa mediante simples procedimento administrativo.

A inovadora atuação da Defensoria Pública, que buscou centrar esforços na exigência de vaga em creche para a população mais pobre, além de garantir com mais efetividade o direito à educação, possibilitou a realização do mapeamento do perfil das famílias que buscam atendimento da Defensoria Pública, o que foi fundamental para um debate qualificado da política pública com a Prefeitura do Rio do Janeiro.

Finalmente, a obra apresenta duas pesquisas inéditas e que apontam a diversidade da vocação da Diretoria de Pesquisa, centrando esforços nas várias áreas de atuação da Defensoria Pública: o 2º ano das audiências de custódia no Rio de Janeiro e o perfil do consumidor superendividado.

A primeira representa o monitoramento constante das audiências de custódia desde a sua criação, em 2015, que vem sendo realizado em conjunto com os defensores públicos que atuam nessas audiências e preenchem um questionário com o perfil social dos presos em flagrante e a sua situação jurídica.

O relatório sobre um ano de audiências de custódia no Rio de Janeiro foi, inclusive, citado no “Relatório sobre medidas destinadas a reduzir o uso da prisão preventiva nas Américas” da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e seus dados vêm sendo amplamente divulgado em diversos meios de comunicação e debates públicos sobre o tema.

Já o perfil do consumidor superendividado consolida os dados sobre uma prática inovadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública, de atendimento desse perfil de consumidor e realização de audiências de conciliação com as instituições financeiras, iniciada há algum tempo, mas que ainda não tinha sido sistematizada, de forma a permitir o aperfeiçoamento dos seus serviços e maior eficiência no atendimento prestado aos consumidores.

É com satisfação que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro entrega essas pesquisas, prestando contas, assim, da atuação da Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, e fortalecendo mais uma vez o modelo transparente e democrático que tem buscado implementar em sua gestão, além de poder contribuir com dados para o debate sobre a reformulação do sistema de justiça e do direito.

RODRIGO BAPTISTA PACHECO
2º Subdefensor Público-Geral do Estado

CAROLINA DZIMIDAS HABER
Diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PERFIL DAS MULHERES
PROCESSADAS POR ABORTO
NO RIO DE JANEIRO

13

CAPÍTULO 2

MAPEAMENTO DAS AÇÕES
DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL
NO RIO DE JANEIRO

49

CAPÍTULO 3

PERFIL DAS PESSOAS ATENDIDAS
PELA DEFENSORIA PÚBLICA
NA BUSCA POR VAGA EM
CRECHES NO RIO DE JANEIRO

65



87

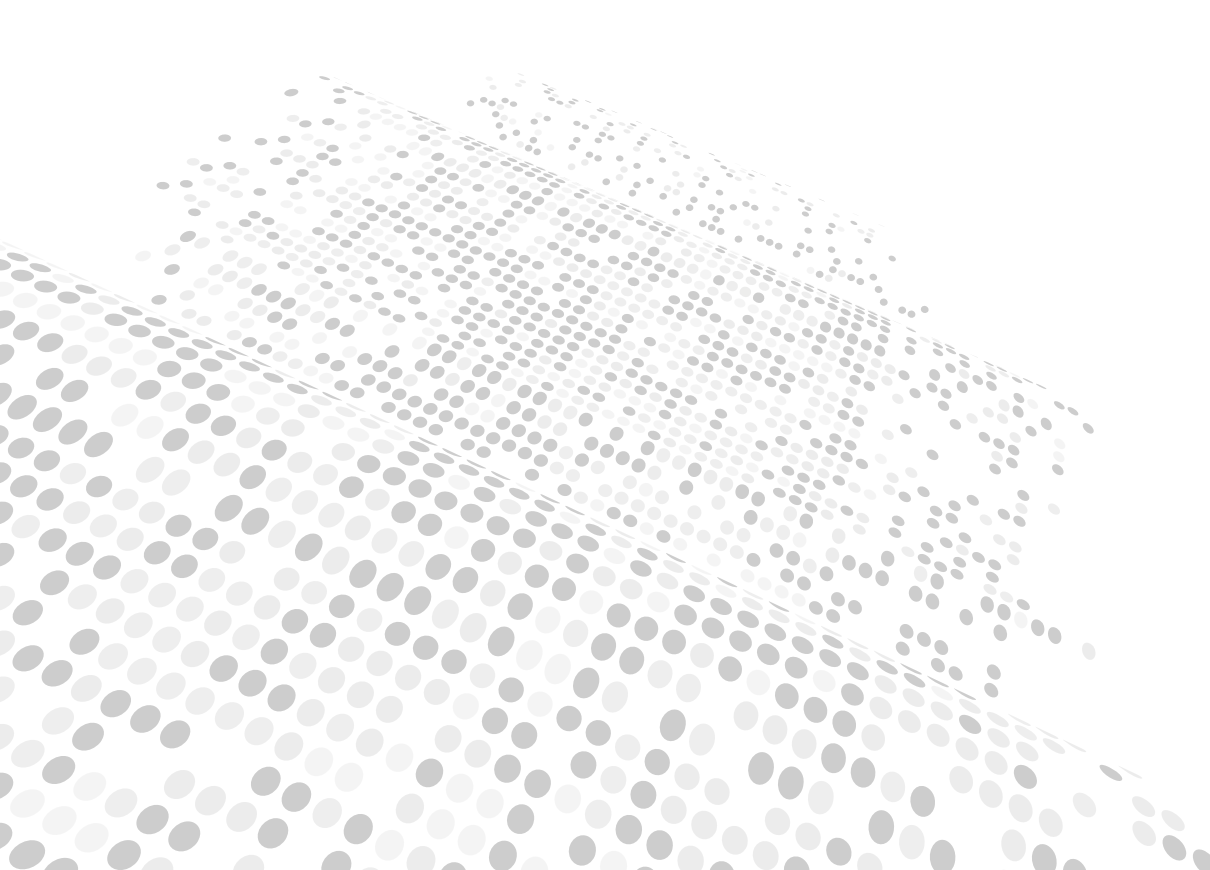
CAPÍTULO 4

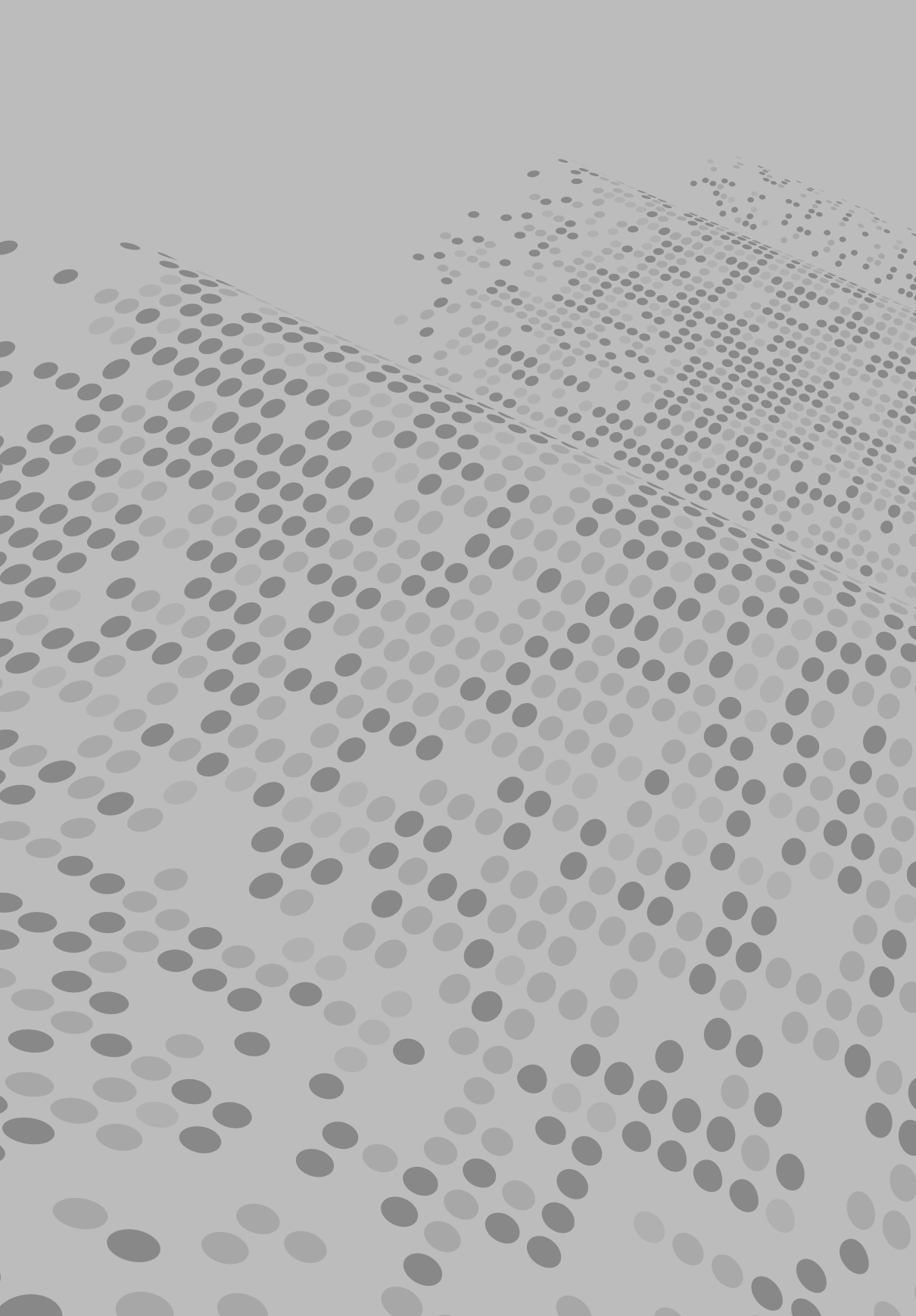
PERFIL DO CONSUMIDOR
SUPERENDIVIDADO E A
ATUAÇÃO DA DEFENSORIA
PÚBLICA NA RENEGOCIAÇÃO
DA DÍVIDA

123

CAPÍTULO 5

2º ANO DAS AUDIÊNCIAS
DE CUSTÓDIA NO
RIO DE JANEIRO





A decorative graphic in the bottom-left corner of the page, consisting of numerous overlapping circles of varying shades of gray, creating a textured, abstract pattern.

CAPÍTULO 1

PERFIL DAS MULHERES PROCESSADAS POR ABORTO NO RIO DE JANEIRO

RESUMO

A partir da consulta aos processos em trâmite no estado do Rio de Janeiro, foi possível traçar o perfil das mulheres criminalizadas pela prática de aborto. Os dados coletados dizem respeito ao gênero, idade, ocupação, cor, escolaridade, residência e estado civil; método abortivo, valor pago pelo aborto e período de gestação; atuação da Defensoria Pública e outras informações sobre o processo.

ABSTRACT

Through consultation of law suits in the State of Rio de Janeiro, it was possible to trace the profile of women criminalized by abortion. The data collected relate to gender, age, occupation, race, education level, residence and marital status; abortion method, value paid for abortion and gestation period; the performance of the Public Defender's Office and other information about the judicial process.

PALAVRAS-CHAVE

PERFIL MULHERES; CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO;
CONSULTA PROCESSUAL.

1 - INTRODUÇÃO

Atendendo à solicitação da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça¹ realizou um levantamento de dados a partir da consulta aos processos de aborto em trâmite no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de traçar o perfil das mulheres que são criminalizadas por esse tipo de conduta.

¹ Esse relatório foi elaborado pela diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, Carolina Dzimidas Haber, com o auxílio da estagiária Maria Gabrielle Albuquerque Presler Cravo.

Para dar início à pesquisa, solicitamos os números dos processos no acervo geral do Tribunal de Justiça com os seguintes assuntos: aborto provocado por terceiro (art. 125 e 126, CP); aborto qualificado (art. 127, CP); e aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art. 124, CP). Enquanto os dois primeiros artigos tipificam a conduta de provocar aborto, com ou sem o consentimento da gestante, o último volta-se à tipificação da conduta da gestante, que provoca aborto em si mesma ou consente que outrem o provoque. A forma qualificada, prevê o aumento das penas previstas nos arts. 125 e 126 em um terço, se, em consequência do aborto, a gestante sofrer lesão corporal de natureza grave, ou em dobro se ela vier a morrer.

A pena prevista para a conduta de provocar o aborto sem o consentimento da gestante é de três a dez anos, enquanto que com o seu consentimento é de um a quatro anos. A pena prevista no art. 124, voltado para a gestante, é de um a três anos. Todas essas modalidades são dolosas. Não há previsão de prática culposa desses crimes.

É importante lembrar que o art. 89 da Lei 9.099/95 dispõe que, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, poderá ser proposta a suspensão condicional do processo, por dois a quatro anos, desde que presentes uma série de requisitos, tais como ter bons antecedentes. Durante o período de prova, o acusado deve observar uma série de condições, tais como proibição de frequentar determinados lugares; proibição de se ausentar da comarca sem autorização do juiz; comparecimento pessoal em juízo, e não ser processado por outro crime. Se, ao final, as condições forem cumpridas, o juiz extingue a punibilidade.

Tanto a conduta prevista no art. 126 (aborto com o consentimento da gestante), quanto a prevista no art. 124 dão ensejo à concessão da suspensão condicional do processo.

A partir do filtro do assunto, o Departamento de Informações Gerenciais da Prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do RJ entregou uma planilha extraída do seu sistema em 29/08/2017, com 136 processos. O acervo geral do TJRJ é composto por todos os processos que não foram arquivados definitivamente. Na lista recebida, estão processos distribuídos entre 2005 e 2017.

Além do número do processo, há indicação da sua situação (ativo ou baixado), se há segredo de justiça decretado, qual é a classe do processo, o assunto, a competência, a comarca, a serventia, a data da distribuição, um resumo com os personagens, se tem réu preso, se o processo é eletrônico e, por fim, se o processo foi sentenciado.

Um novo filtro foi aplicado à planilha, pois dentre as classes indicadas, várias não diziam respeito a processos criminais para verificação da autoria e materialidade de crimes de aborto, tais como *habeas corpus*, alvará judicial, carta precatória, medidas protetivas de urgência, processo de apuração de ato infracional etc. Foram mantidas as seguintes classes: ação penal de competência do júri; ação penal – procedimento ordinário e ação penal – procedimento sumário.

Além disso, foram selecionados apenas os processos com situação ativa, excluindo-se os baixados, já que não seria possível encontrá-los em cartório para consulta.

Com a aplicação desses dois filtros, restaram 78 processos. Foi realizada uma consulta inicial ao andamento desses processos na página da internet do TJRJ, verificando-se que quatro deles, apesar de terem sido enquadrados nas classes indicadas acima, diziam respeito a outro tipo de procedimento, tais como pedido de autorização para interrupção de gravidez, concessão de medidas protetivas ou inquérito policial.

Além dos processos indicados na planilha do TJRJ, a defensora pública de Belford Roxo enviou um novo, que não constou no acervo geral por estar classificado com o assunto “lesão corporal gravíssima e associação criminosa”, apesar dos réus terem sido denunciados pelo crime de aborto.

O universo da pesquisa, portanto, ficou restrito a 75 processos, divididos entre as seguintes comarcas:

1.1 – Figura 1

TOTAL DE PROCESSOS POR COMARCA – FILTROS SITUAÇÃO DO PROCESSO E CLASSE	
Comarca da capital	37
Comarca de Barra Mansa	1
Comarca de Belford Roxo	2
Comarca de Cabo Frio	3
Comarca de Carmo	2
Comarca de Cordeiro	1
Comarca de Duque de Caxias	2
Comarca de Itaboraí	1
Comarca de Japeri	1
Comarca de Magé	1
Comarca de Niterói	2
Comarca de Nova Iguaçu	2
Comarca de Petrópolis	1
Comarca de Rio Bonito	1
Comarca de São Gonçalo	3
Comarca de São João de Meriti	5
Comarca de São Pedro da Aldeia	1
Comarca de Sapucaia	1
Comarca de Teresópolis	2
Comarca de Três Rios	4
Comarca de Valença	1
Comarca de Volta Redonda	1
TOTAL	75

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Como a proposta era identificar o perfil das mulheres processadas por aborto, apenas o andamento disponível na página do TJRJ não se mostrou suficiente para selecionar informações pessoais como cor, escolaridade, ocupação e estado civil dessas mulheres. Portanto foi preciso ter acesso aos processos, especialmente às peças do inquérito policial como as declarações prestadas na delegacia, a folha de antecedentes e o registro de vida pregressa.

Na capital, os processos de crimes dolosos contra a vida, de competência do Tribunal do Júri, como é o caso do aborto, tramitam em quatro varas criminais diversas. Foi feita uma solicitação de acesso desses processos aos juízes titulares dessas varas, com o “de acordo” dos defensores em atuação em cada uma delas, de forma que fosse possível fazer carga e copiar as peças principais para posterior consulta².

Quanto aos processos das comarcas da baixada e do interior, as cópias foram digitalizadas e enviados por e-mail pelos defensores em atuação nesses locais, mediante solicitação da coordenação do NUDEM³.

Foi preciso estabelecer uma data limite para recebimento dos processos e posterior elaboração do relatório, sendo que até o dia 27/10/2017 não tinham sido enviados os processos das comarcas de Magé, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São Pedro da Aldeia. Alguns processos da capital também não foram acessados porque estavam com vista pro Ministério Público ou não foram encontrados nos dias de comparecimento aos cartórios (27 a 29/09/2017).

² Agradecemos ao subcoordenador de defesa criminal da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Ricardo André de Souza, pela parceria na elaboração das solicitações, ao servidor Pedro Castello Branco Costa, por ter colaborado no acesso aos defensores públicos e cartórios judiciais das quatro varas criminais, e aos defensores públicos dos quatro órgãos de atuação que concordaram com a realização da pesquisa. Além disso, agradecemos ao coordenador de defesa criminal, Emanuel Queiroz Rangel, por ter disponibilizado sua senha para acesso aos processos eletrônicos.

³ Da mesma forma, agradecemos aos defensores, servidores e auxiliares dos órgãos de atuação que dedicaram seu tempo a solicitar os processos nos cartórios, digitalizá-los e enviá-los para a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça.

Ao final, 20 processos não foram acessados. Sendo assim, 55 processos (73,3% do total) foram consultados com o intuito de preencher uma planilha com os seguintes campos:

- a) número do processo, comarca, serventia e data de distribuição;
- b) quantidade de réus;
- c) gênero; ocupação; cor; escolaridade; residência; estado civil;
- d) idade da gestante na data do fato; se ela possui filhos e quantos; se já fez outros abortos; o método abortivo; o valor pago pelo aborto e o período de gestação;
- e) data do fato e como se deu seu conhecimento;
- f) se o réu possui antecedentes criminais e teve a prisão provisória decretada;
- g) se houve atuação da Defensoria Pública;
- h) a fase em que se encontra o processo e se há alguma decisão judicial relevante;
- i) o relato do caso.

1.2 – Figura 2

TOTAL DE PROCESSOS COM ACESSO FÍSICO POR COMARCA	
Comarca da capital	33
Comarca de Barra Mansa	1
Comarca de Belford Roxo	2
Comarca de Cabo Frio	3
Comarca de Carmo	1
Comarca de Cordeiro	1
Comarca de Itaboraí	1
Comarca de Japeri	2
Comarca de Niterói	2
Comarca de Petrópolis	1
Comarca de Rio Bonito	1
Comarca de São João de Meriti	2
Comarca de Sapucaia	1
Comarca de Teresópolis	2
Comarca de Valença	1
Comarca de Volta Redonda	1
TOTAL	55

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Para melhor compreensão do universo da pesquisa, a leitura dos **55 processos** possibilitou sua divisão em alguns grupos.

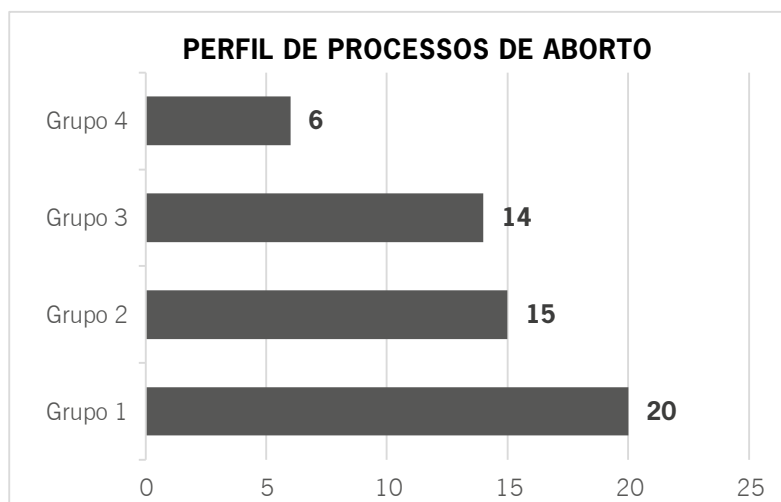
O **primeiro grupo** seria das mulheres que praticaram aborto sozinhas ou contaram com a ajuda de uma terceira pessoa pra realizar um aborto, quase sempre alguém do seu círculo familiar ou alguém com quem ela teve um relacionamento sexual (Grupo 1).

O **segundo grupo** seria o de pessoas que obrigaram a mulher com quem mantiveram relacionamento a praticar o aborto, seja forçando-as a ir até uma clínica, seja obrigando-as a tomar um remédio abortivo. Inclui-se também os casos de familiares e de médicos que foram negligentes no atendimento de mulheres grávidas (Grupo 2).

O **terceiro grupo** seria composto pelos processos em que ocorreu investigação policial de clínicas clandestinas de aborto. Nesses casos, além dos funcionários envolvidos, algumas mulheres que estavam realizando ou tinham acabado de realizar um procedimento para encerrar a gravidez foram processadas pela prática do art. 124, CP, em conjunto com os demais réus, processados pelo art. 126, CP. Em apenas dois processos não havia nenhuma mulher processada pela prática de aborto. Um deles, com 75 réus que trabalhavam em várias clínicas, e outro em que a vítima de aborto faleceu e, por isso, o crime foi descoberto, pois não houve investigação prévia da polícia (Grupo 3).

Por fim, o **quarto grupo**, de processos que foram desmembrados de outros processos analisados. Isso costuma ocorrer no caso de clínicas, ou porque a mulher processada em conjunto com as pessoas que trabalhavam na clínica aceitou a suspensão condicional do processo e houve o desmembramento para assinatura do comparecimento periódico em cartório, ou porque eram muitos réus e alguns foram citados por edital (Grupo 4).

1.3 – Figura 3



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A proposta desse relatório é, em primeiro lugar, apresentar uma análise do perfil da mulher que responde criminalmente pela prática de aborto no Estado do Rio de Janeiro, seja quando teria agido sozinha, em conjunto com alguém familiar, ou quando estava na clínica no momento em que os policiais chegaram.

Para atingir esse objetivo, será apresentado um perfil dos processos de cada grupo indicado acima. Apesar de alguns grupos não serem objeto direto da pesquisa, como o de processos em que um terceiro está sendo processado pela prática do aborto sem consentimento da mulher, sua análise se mostrou interessante e foi incluída no relatório na medida em que representa mais uma violência praticada contra a mulher que, por vezes, é privada, de forma violenta e arbitrária, do desejo de manter a gravidez.

2 – PERFIL DAS MULHERES PROCESSADAS

2.1 – Grupo 1

Do total de 225 réus⁴, 50 foram processados pelo art. 124, consumado ou tentado (na forma do art. 14, CP), e, muitas vezes, na forma do art. 29, CP, que trata do concurso de pessoas, por meio da participação, quando o terceiro instiga, induz ou auxilia a gestante na prática abortiva.

2.1.1 – Figura 4

PERFIL DOS PROCESSOS EM QUE HÁ DENÚNCIA PELO ART. 124, CP	
TIPO PENAL	TOTAL DE RÉUS
Art. 124, CP	39
Art. 124 n/f art. 29, CP (participação)	8
Art. 124 n/f art. 14, CP (tentativa)	3
TOTAL	55

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

São oito casos de réus processados pelo art. 124 na forma do art. 29, CP, ou seja, de pessoas que auxiliaram de alguma forma a realização do aborto pela mulher. Em seis deles, as pessoas processadas estavam acompanhando a mulher que foi fazer aborto na clínica. Desses, cinco são homens – companheiros, namorados ou maridos das mulheres que faziam o aborto – e uma era uma amiga. Em um deles, a pessoa processada era a mãe da gestante, que teria dado dinheiro para a filha de 22 anos comprar o remédio abortivo. Por fim, no último deles, o réu teria tido um relacionamento amoroso com a gestante, não aceitou a gravidez, obrigando-a a tomar o remédio abortivo. Nesse caso, a gestante foi processada pela prática do art. 124, CP, porém foi impronunciada pelo(a) juiz(a)⁵.

⁴ Esse total não abarca os réus de processos desmembrados, pois haveria duplicidade de informação se uma pessoa fosse contada antes e depois do desmembramento.

⁵ De acordo com o art. 414 do Código de Processo Penal, o juiz impronunciará o acusado quando não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

2.1.2 – Figura 5

SITUAÇÃO PROCESSUAL DOS RÉUS DENUNCIADOS PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME DE ABORTO PRATICADO PELA GESTANTE (ART. 124 N/F ART. 29, CP)		
8 réus	6 acompanhantes em clínicas	Três casos de homologação da proposta de suspensão condicional do processo. Três casos em fase de ALJ.
	1 mãe que deu dinheiro para comprar o remédio	Plenário do Júri marcado para 2018
	1 parceiro obrigou a gestante a tomar remédio	Homologação da proposta de suspensão condicional do processo

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de 42 mulheres processadas pelo crime consumado ou tentado, previsto no art. 124, CP, 15 eram as únicas réas no processo; cinco foram processadas em conjunto com a pessoa com quem tinham um relacionamento sexual ou com algum familiar que lhe auxiliou, e as demais (22) foram processadas em conjunto com as pessoas que trabalhavam nas clínicas onde estavam fazendo o aborto quando os policiais chegaram.

Os três casos de aborto tentado praticado pelas gestantes estão inseridos nesse grupo de mulheres que estavam na clínica no momento em que o procedimento para realização do aborto estava começando e, em razão da chegada dos policiais, não foi concluído.

2.1.3 – Figura 6

PERFIL DAS MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	
TIPO PENAL	TOTAL DE RÉUS
Única ré processada	15
Mulher processada em conjunto com +1 (familiar ou parceiro)	5
Mulher processada com +3 em clínicas clandestinas	22
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O Grupo 1, portanto, é composto por 20 mulheres. Na maioria dos casos, o método abortivo utilizado por elas foi a ingestão de Citotec ou de chás abortivos. Em um caso, além de chás abortivos, a mulher ingeriu comprimidos de permanganato de potássio. Há, ainda, um caso sem informação, que diz respeito a uma mulher que abortou no banheiro da sua casa e não informou o que provocou o aborto. Apenas em um caso, a mulher realizou um procedimento cirúrgico em uma clínica, passou mal três dias depois e foi até um posto médico.

2.1.4 – Figura 7

PROCEDIMENTO ABORTIVO – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Citotec	14
Chás abortivos	3
Chás abortivos e permanganato de potássio	1
Cesariana em clínica	1
Sem informação	1
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em geral, o que deu início à investigação foi a denúncia do próprio hospital ou de familiares que ou não sabiam como proceder em relação ao feto ou pediram ajuda para socorrer a mulher que abortava em casa. Há também dois casos de denúncia de terceiros: um referente a uma mulher que abortou no banheiro do shopping onde trabalhava e funcionários relataram o que ocorreu, e outro, que diz respeito a uma mulher que abortou, em uma cidade pequena e seu irmão jogou o feto no lixo da rua, o lixo encontrou e os vizinhos indicaram quem estava grávida no bairro.

⁶ O Citotec é um medicamento composto pela substância misoprostol, indicado para o tratamento de úlceras, mas por provocar fortes contrações uterinas é utilizado por mulheres que desejam abortar. Com as contrações, ocorre a expulsão do feto, que morre asfixiado, já que não tem o pulmão formado para respirar fora do corpo da mulher. A comercialização desse medicamento é proibida no Brasil.

O caso de denúncia da vítima, diz respeito à mulher que alegou ter sido obrigada pela pessoa com quem tinha um relacionamento amoroso a tomar o remédio abortivo, mas foi processada pelo art. 124, CP, e, ao final, impronunciada.

2.1.5 – Figura 8

CONHECIMENTO DO FATO – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Denúncia hospital/posto médico	13
Informação prestada por familiares	4
Denúncia terceiros	2
Denúncia vítima	1
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em algumas situações, a denúncia do hospital ocorre relacionada a um pedido de remoção do feto, mas em dois casos, ocorridos na capital, o policial de plantão no hospital foi chamado enquanto as mulheres estavam sendo atendidas, tendo, inclusive, um deles, falado que era assistente social para obter a confissão da ré.

Em regra, o hospital que faz a denúncia é público ou recebe repasses de algum ente estatal para atender pacientes pelo SUS. Há também casos de denúncia pelo posto de saúde/UPA. Apenas em um caso o hospital que atendeu a gestante faz parte da rede privada.

Observa-se que a situação dessas mulheres é de extrema vulnerabilidade, pois, como regra, elas recorrem ao atendimento médico porque se sentiram muito mal em casa, vindo a abortar, muitas vezes, no local onde foram atendidas. Constatou-se que é comum que a mulher se demore a decidir pelo aborto por medo de ser descoberta, realizando o procedimento com a gravidez já em estágio avançado, sofrendo de forma mais drástica os efeitos do procedimento de interrupção da gestação. Notou-se também que muitas abortam no banheiro do hospital e são hostilizadas pelos médicos e enfermeiros que deveriam auxiliá-las a entender o que ocorreu com elas.

Há também dois casos de mulheres que tomaram chás abortivos, começaram a sentir dores e sofreram todo o processo de expulsão do feto sozinhas dentro do banheiro de suas casas, sem nenhum apoio, ao menos de um familiar. Ambas já estavam na segunda metade da gravidez e relatam que a sensação que tiveram é de praticamente terem parido sozinhas.

2.1.6 – Figura 9

LOCAL ONDE O ABORTO FOI FINALIZADO – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Banheiro de casa	5
Em casa	4
Banheiro do hospital/posto de saúde	3
Hospital	6
Clínica clandestina	1
Banheiro do trabalho (shopping)	1
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

No caso das cinco mulheres que foram processadas com mais uma pessoa, três tomaram Citotec, uma tomou chás abortivos e a outra realizou uma cesariana numa clínica, alegando que foi pressionada pelo outro réu, processado pelo art. 126, CP. Os outros réus são: a mãe da gestante que teria dado o dinheiro para a compra do remédio abortivo, processada pelo art. 124 n/f art. 29, CP; o marido da gestante, que não sabia do aborto praticado por ela, mas enterrou o feto e foi processado pelo art. 211, CP (ocultação de cadáver); a pessoa com quem a ré teve um relacionamento amoroso e não aceitou a gravidez, obrigando-a a tomar o remédio abortivo, processado pelo art. 124 n/f art. 29, CP; e o ex-marido da gestante, que teria comprado o remédio abortivo para ela, também processado pelo art. 124 n/f art. 29, CP.

Abaixo, o perfil das 20 mulheres que compõe o Grupo 1. Para ilustrar melhor as características de cada uma delas, optou-se por indicar individualmente cada um dos casos, diante da dificuldade

de agrupá-los, pois algumas informações não se repetem, como a ocupação, a idade e as semanas de gestação. Além disso, entendeu-se que a informação fornecida em conjunto, ainda que algumas possam ser agrupadas, como a cor e a escolaridade, ilustram melhor quem é essa mulher. O nome e qualquer outra informação que possa identificá-la, como o número do processo, foram suprimidos. Os quadrados em branco indicam os casos em que a informação não foi encontrada.

2.1.7 – Figura 10

COMARCA	Ocupação	COR	ESCOLARIDADE	BAIRRO DA RESIDÊNCIA	ESTADO CIVIL	IDADE DA GESTANTE NA DATA DO FAITO	GESTANTE POSSUI FILHOS? QUANTOS?	MÉTODO ABORTIVO	TEMPO DE GESTAÇÃO
Capital	Garota de programa	Parda	Analfabeta	Praça da Bandeira	Solteira	23	S/1	Citotec	6 meses
Capital	Técnica de enfermagem	Parda	–	Vargem Grande	Solteira	30	–	Citotec	22 semanas
Capital	Do lar	Branca	1º grau incompleto	Duas Barras	Solteira	23	S/2	Cesariana em uma clínica	20 semanas
Capital	Desempregada	Negra	1º grau incompleto	Ladeira dos Tabajaras, Copacabana	União estável	22	S/1	Citotec	6 meses
Capital	Do lar	Negra	1º grau	Pavão Pavãozinho	Solteira	22	S/3	Citotec	5 meses
Duque de Caxias	Do lar	Branca	–	Santa Marta	Solteira	28		Citotec	3 meses
Itaboraí	Servente	Branca	2º grau incompleto	Nova Cidade	Solteira	26	S/1	Citotec	38 semanas
Japeri	Manicure	Parda	1º grau incompleto	Jardim Primavera	União estável	23	S/3	–	–
Teresópolis	Autônoma	Branca	1º grau incompleto	São Pedro	Solteira	25	–	Citotec	–
Carmo	Do lar	Negra	–	Barra de São Francisco	Casada	34	S/3	Chás abortivos	3 meses
Cabo Frio	Estudante	Parda	2º grau	Jardim Caicara	Solteira	21	–	Citotec	10 semanas
Duque de Caxias	–	Negra	–	Gramacho	Solteira	18	S/1	Citotec	6 meses
Valença	Estudante	Branca	3º grau	Santa Cruz	Solteira	28	S/2	Citotec	26 semanas
Cabo Frio	Trabalha em restaurante por R\$700,00	Branca	–	Palmeiras	Solteira	27	S/3	Chás abortivos	6 meses
Petrópolis	Salgadeira	Branca	–	Jardim Salvador	Casada	33	–	Citotec	4 a 5 meses
Cabo Frio	Auxiliar de cozinha	Parda	–	Porto do Carro	Solteira	33	S/2	Citotec	4 meses

continua >

Teresópolis	–	Negra	–	Rosário	Solteira	23	–	Chás abortivos e per-mangato de potássio	5 meses
Sapucaia	–	Branca	–	Pião	União estável	36	S/2	Chás abortivos	6 meses
Rio Bonito	Faxineira	Negra	–	Jacuba	Solteira	34	S/2	Citotec	28 semanas
Niterói	Vendedora	Parda	–	Rio do Ouro	Solteira	19	N	Citotec	20 a 25 semanas

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dos dados acima, extrai-se que 60% das mulheres são negras e 40% são brancas. No campo da escolaridade, cinco têm o 1º grau (completo ou incompleto), duas, o 2º grau (completo ou incompleto), uma é analfabeta, uma tem o 3º grau e em 11 casos não foi possível obter essa informação.

2.1.8 – Figura 11

COR – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Branca	8
Parda	6
Preta	6
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.1.9 – Figura 12

ESCOLARIDADE – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Analfabeta	1
1º grau	5
2º grau	2
3º grau	1
Sem informação	11
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao estado civil, 15 são solteiras, duas casadas e três viviam em união estável na data dos fatos. Do total, 13 mulheres (65%) disseram possuir filhos.

2.1.10 – Figura 13

ESTADO CIVIL – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Solteira	15
Casada	2
União estável	3
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A idade dessas mulheres na data dos fatos varia entre 18 e 36 anos.

2.1.11 – Figura 14

IDADE – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Entre 18 e 21 anos	3
Entre 22 e 25 anos	7
Entre 26 e 29 anos	4
Entre 30 e 36 anos	6
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O tempo de gestação varia muito, mas **apenas três mulheres indicaram gestação abaixo de 12 semanas ou 3 meses** (16,6% dos casos com informação). Já 12 mulheres indicaram gestação entre 16 e 25 semanas, duas entre 26 e 28 semanas e uma mulher estaria em estado avançado de gravidez, com 38 semanas (83,3% dos casos com informação).

Do total de 20 casos, **13 mulheres relataram ter outros filhos**: quatro indicaram ter um filho; cinco indicaram ter dois filhos e quatro indicaram ter três filhos.

Segue tabela com a situação processual das mulheres processadas pelo art. 124, CP. É possível perceber que 11 mulheres aceitaram a suspensão condicional do processo.

2.1.12 – Figura 15

FASE PROCESSUAL – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
Recebimento da denúncia	2
Ré citada por edital ou por precatória	2
Audiência de instrução e julgamento designada	1
Alegações finais	1
Sentença de impronúncia	1
Sentença de pronúncia	1
Citação para se manifestar sobre proposta de suspensão	1
Homologada a suspensão condicional do processo	9
Extinção da punibilidade pelo cumprimento das condições	2
TOTAL	20

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Por fim, **15 mulheres (75%) foram assistidas pela Defensoria Pública** durante alguma fase ou em todo o processo. Em três casos, foi possível identificar a atuação de um advogado e em dois, o processo ainda está na fase de citação.

Não há nenhum caso de prisão provisória decretada e em dois casos foi possível identificar o pagamento de fiança, uma no valor de R\$ 400,00 e outra no valor de R\$ 8.310,00. **Nenhuma mulher possuía antecedentes criminais na data dos fatos.**

2.2 – Grupo 2

O Grupo 2 é composto pelos casos de réus que obrigaram a mulher a praticar o aborto, seja forçando-as a ir até uma clínica, seja obrigando-as a tomar um remédio abortivo. Inclui-se aqui os médicos que foram negligentes no atendimento de mulheres grávidas. Há também casos em que os réus foram acusados de praticar aborto com o consentimento da gestante, mas que levaram a vítima a óbito ou a vítima não era maior de quatorze anos, aplicando-se a pena do

art. 125, CP, por presunção de que o consentimento foi viciado, nos moldes do art. 126, § único, CP⁷.

São 15 processos no Grupo 2, entretanto serão considerados 16 casos, pois um dos processos foi contabilizado no Grupo 1, já que a mulher foi denunciada pelo art. 124, CP, mas a pessoa com quem ela tinha um relacionamento amoroso respondeu pelo art. 126 n/f art. 29, CP. Segue a tabela com os casos distribuídos de acordo com o crime imputado:

2.2.1 – Figura 16

TIPO PENAL – GRUPO 2	TOTAL DE CASOS
Art. 125, CP	4
Art. 125 n/f art. 29, CP	1
Art. 125 n/f art. 14, CP e art. 129, §9º, CP	3
Art. 125 n/f art. 13, CP (omissão)	1
Art. 126, CP	1
Art. 126, § único, CP	1
Art. 126 n/f art. 29, CP	2
Art. 126 n/f art. 14, CP	1
Art. 126 c/c art. 127, CP	1
Art. 126 c/c art. 127, CP, n/f art. 29, CP	1
TOTAL	16

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em 11 processos, apenas um réu foi denunciado e, em cinco, foram dois réus denunciados. Em um deles, o réu foi denunciado em conjunto com a mulher que teria provocado o aborto, processada pelo art. 124, CP. No outro, o réu foi processado por ter forçado a vítima com quem tinha um relacionamento amoroso a realizar o aborto em conjunto com o médico que executou o procedimento.

⁷ Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Alguns casos merecem uma descrição mais detalhada do que ocorreu com a vítima, na medida em que ilustram o nível de violência, física ou psicológica, sofrida pela mulher que abortou.

Em um dos processos, a vítima tinha 14 anos e veio da Bahia para estudar e ajudar sua irmã nos afazeres domésticos, morando na sua casa. Os réus são sua irmã e seu cunhado, que teria abusado sexualmente da vítima, engravidando-a. Os dois a obrigaram a tomar Citotec com sete meses de gravidez.

Outro processo relata o caso de uma vítima de 17 anos que engravidou do namorado. Nas declarações prestadas na delegacia, sua sogra, que a levou ao hospital em razão de complicações decorrentes do aborto, diz que a estimulou a dar fim a gravidez porque uma criança prejudicaria a carreira de seu filho. Após um aborto mal sucedido realizado com talo de mamona e Citotec, a vítima acabou falecendo. A sogra e o namorado da vítima foram denunciados pelo crime.

Com relação aos processos de réus únicos, em um deles o réu não aceitou a gravidez da mulher com quem tinha um relacionamento amoroso e a sufocou até que abrisse a boca e ingerisse quatro comprimidos de Citotec, contra a sua vontade.

Nos três casos de crime de aborto praticado sem o consentimento da vítima na forma tentada, os réus desferiram socos, chutes e pontapés nas vítimas, sendo duas delas companheiras dos réus e um outro caso se refere a uma prima do réu que foi agredida após criticá-lo por ter uma amante. No primeiro caso, o réu foi impronunciado porque o juiz entendeu que não houve intenção de causar o aborto, afastando a prática dolosa da conduta, mantendo apenas a acusação pelo art. 129, §9º (violência doméstica). No segundo, o réu foi absolvido pelo Conselho de Sentença, pelo menos motivo, tendo sido condenado pelo art. 129, §9º, CP. O terceiro caso está na fase de alegações finais.

Há dois casos de aborto provocado em gestantes de 14 anos. Um pelo próprio pai, que abusava sexualmente da vítima desde que ela tinha 8 anos, e outro pelo homem com quem a vítima tinha um relacionamento amoroso, mas que não aceitou a gravidez, pois estava noivo de outra mulher, ameaçando matar a vítima se ela não fosse com ele numa clínica fazer o procedimento.

Um caso relata a angústia de uma mãe que teria dado Citotec para sua filha quando ela tinha 13 anos, depois de pedir autorização judicial pra realizar o aborto legal e não conseguir. O caso foi reaberto quando a vítima já era maior de idade e em suas declarações ela disse que não lembrava de nada. A ré, mãe da vítima, foi impronunciada.

Dois processos cuidam de casos de médicos que teriam sido negligentes no tratamento dado às pacientes. Um deles teria retirado o útero da vítima em razão de um mioma, sem notar sua gravidez e outro foi omissor no acompanhamento do trabalho de parto da vítima, levando à morte de seu filho.

Por fim, há dois casos de terceiros acusados de praticar o aborto, mas que não atendiam em clínicas. Em um deles, em razão de uma denúncia da família da mulher que queria interromper a gravidez, os policiais chegaram à casa da ré antes do início do procedimento e encontraram diversos instrumentos que são usados para realizar aborto.

No outro, a ré teria injetado numa sonda um remédio que provocaria o aborto, mas este procedimento provocou complicações que causaram a morte da vítima.

No Grupo 2, a idade das gestantes na data dos fatos varia entre 13 e 39 anos.

2.2.2 – Figura 17

IDADE – GRUPO 2	TOTAL DE CASOS
Entre 13 e 18 anos	5
Entre 20 e 23 anos	5
Entre 26 e 29 anos	2
Entre 30 e 39 anos	4
TOTAL	16

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O tempo de gestação varia entre 7 semanas e 9 meses (caso da mulher que estava em trabalho de parto e houve negligência do médico), sendo que em oito casos a gravidez era de até 12 semanas, em dois casos de 20 semanas e em três, acima de 27 semanas. Em três casos não há informação sobre o tempo de gestação.

A tabela a seguir indica qual foi a causa do aborto:

2.2.3 – Figura 18

PROCEDIMENTO ABORTIVO – GRUPO 2	TOTAL DE CASOS
Citotec	4
Agressões físicas	4
Procedimento em clínica	3
Remédio na sonda	1
Talo de mamona/Citotec	1
Negligência médica	2
Procedimento não identificado (crime tentado)	1
TOTAL	16

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao conhecimento do fato, além da denúncia da própria vítima ou de terceiros, há um caso de denúncia do posto médico que atendeu a vítima, e dois casos que envolvem menores de idade, em que o processo criminal decorreu de uma representação contra os responsáveis pela vítima, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.2.4 – Figura 19

CONHECIMENTO DO FATO – GRUPO 2	TOTAL DE CASOS
Denúncia anônima ou de familiares	3
Denúncia vítima	6
Denúncia posto médico	1
Desdobramento representação infração adm. ECA	2
Óbito da vítima	3
Flagrante policial	1
TOTAL	16

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A tabela a seguir indica a situação processual de cada um dos réus processados, totalizando 20 réus.

Optou-se por indicar a situação de cada um deles e não do processo porque há exemplos em que um dos réus faleceu, extinguindo a punibilidade, mas o processo continuou em relação ao outro réu. Conforme indicado acima são cinco processos com dois réus, sendo que em um deles a outra ré foi processada pelo art. 124, CP, e foi contabilizada no Grupo 1:

2.2.5 – Figura 20

FASE PROCESSUAL (POR RÉU) – GRUPO 2	TOTAL DE CASOS
Recebimento da denúncia	3
Citação por edital	1
Aguardando cumprimento precatória testemunhas	2
Audiência de instrução e julgamento designada	3
Alegações finais	2
Sentença de impronúncia	2
Sentença de pronúncia	1
Homologada proposta de suspensão condicional do processo	1
Extinção da punibilidade pela morte do réu	1
Absolução pelo Conselho de Sentença do crime de aborto	2
Condenação pelo Conselho de Sentença	2
TOTAL	20

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

2.3 – Grupo 3

O Grupo 3 é formado pelos processos em que ocorreu investigação policial de clínicas clandestinas de aborto. Nesses casos, além dos funcionários envolvidos, algumas mulheres que estavam realizando ou tinham acabado de realizar um procedimento para encerrar a gravidez foram processadas pela prática do art. 124, CP, em conjunto com os demais réus, processados pelo art. 126, CP, e com as pessoas que lhe acompanhavam, processadas pelo art. 124 n/f art. 29, CP. São 14 processos, sendo que em 12 deles há mulheres processadas pelo art. 124, CP, e nos outros dois apenas os funcionários e médicos foram acusados do crime previsto no art. 126, CP.

Esses processos resultaram em seis desmembramentos, que serão analisados em conjunto, pois dizem respeito aos mesmos casos. Em geral, o desmembramento ocorre porque as mulheres processadas aceitam as condições propostas para suspensão condicional do processo e um outro volume é aberto para coletar as assinaturas de comparecimento periódico em cartório, mas há um caso em que o desmembramento ocorre em relação ao réu que trabalhava na clínica, e outro caso porque os réus estavam foragidos.

São 22 mulheres processadas porque estavam na clínica no momento em que os policiais chegaram. Em três casos, seu marido/companheiro/namorado as acompanhavam na clínica e foram processados pelo art. 124 n/f art. 29, CP, e em um caso quem a acompanhava na clínica era uma amiga, também processada nesses termos.

2.3.1 – Figura 21

COMARCA	Ocupação	COR	ESCOLARIDADE	BAIRRO DA RESIDÊNCIA	ESTADO CIVIL	IDADE DA GESTANTE NA DATA DO FATO	GESTANTE POSSUI FILHOS?	VALOR PAGO PELO ABORTO	TEMPO DE GESTAÇÃO
Capital	Operadora de telemarketing	Negra	2º grau	Campo Grande	Sepa- rada	30	S/2	R\$ 700,00	–
Capital	Do lar	Negra	2º grau	Jardim Catarina	Sepa- rada	35	S/1	R\$ 600,00	1 mês
Capital	Desemprega- da	Branca	–	Itaipu	Solteira	22	–	R\$ 1.600,00	9 semanas
Capital	Vendedora	Branca	–	Itanhangá	Solteira	21	–	R\$ 1.600,00	–
Capital	Técnica de enfermagem	Parda	2º grau	Barra Mansa	Solteira	29	–	R\$ 1.400,00	2 meses
Capital	Estudante	Negra	–	Santa Teresa	Solteira	27	–	R\$ 1.400,00	–
Capital	Do lar	Branca	2º grau	Ermitage, Teresópolis/ RJ	Solteira	–	–	–	–
Capital	Auxiliar administrativo	Branca	–	Anchieta	Solteira	19	–	R\$ 1.500,00	7 semanas
Capital	Assistente administrativo	Branca	–	Bento Ribeiro	Solteira	31	–	R\$ 4.000,00	11 semanas
Capital	Estudante	–	–	Bonsucesso	Solteira	22	–	R\$ 800,00	2 meses
Capital	Assistente administrativo financeiro	–	–	Senador Vasconcellos	Solteira	25	–	R\$ 1.000,00	7 semanas
Capital	–	–	–	Santa Rosa, Niterói/RJ	Solteira	24	–	R\$ 1.700,00	5 semanas
Capital	–	–	–	Deodoro	Solteira	29	–	R\$ 1.200,00	–
Capital	–	Negra	2º grau	Cordovil	Solteira	19	–	R\$ 1.000,00	–
Capital	Do lar	Parda	2º grau	Parque São Vicente, Belford Roxo/RJ	União estável	30	S/1	R\$ 1.000,00	–
Capital	–	–	–	Engenho Novo	Solteira	28	–	–	–
Capital	–	–	–	Barra da Tijuca	–	22	–	R\$ 1.800,00	–
Capital	–	–	–	Vila Rica Tiradentes, Volta Redonda/RJ	–	36	–	R\$ 1.200,00	–
Capital	Administra- dora	Branca	3º grau	Méier	Casada	39	–	R\$ 1.800,00	–
São João de Meriti	Do lar	Parda	1º grau	Bairro da Prata, Nova Iguaçu/RJ	Casada	20	S/2	–	8 semanas
Belford Roxo	Técnica de enfermagem	Branca	–	Alto da Boa Vista, RJ/RJ	–	40	S/1	R\$ 3.000,00	6 semanas
Belford Roxo	Caixa	Branca	–	Botafogo, RJ/RJ	Casada	38	S/1	R\$ 4.500,00	10 semanas

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O perfil da mulher que vai até uma clínica particular realizar o procedimento de interrupção da gravidez é diferente do perfil da mulher que se vale de outros métodos, como a ingestão de medicamentos e chás abortivos, especialmente no que diz respeito ao tempo de gravidez. Em todos os casos que se tem informação, a gestação estava abaixo de 12 semanas, o que indica que a mulher que pode pagar pelo procedimento consegue tomar a decisão com mais rapidez.

Oito mulheres são brancas, quatro negras e três pardas. Considerando os casos em que há informação sobre a cor, a proporção de mulheres brancas no Grupo 3 (53%) é maior do que no Grupo 1 (40%). Seis mulheres relataram ter de um a dois filhos.

2.3.2 – Figura 22

COR – GRUPO 3	TOTAL DE CASOS
Branca	8
Parda	3
Preta	4
Sem informação	7
TOTAL	22

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Considerando os casos com informação, há uma prevalência de mulheres com melhor escolaridade dos que as do Grupo 1, já que aqui 75% das mulheres cursaram até o 2º grau, enquanto no Grupo 1 esta porcentagem é de apenas 22%.

2.3.3 – Figura 23

ESCOLARIDADE – GRUPO 1	TOTAL DE CASOS
1º grau	1
2º grau	6
3º grau	1
Sem informação	14
TOTAL	22

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em 19 casos analisados foi possível saber qual o **valor pago pelo procedimento**, que oscila **entre R\$ 600,00 e R\$ 4.500,00**.

Nenhuma dessas mulheres possuía antecedentes criminais na data do fato e há registro de três casos em que ocorreu o pagamento de fiança no ato da prisão em flagrante, nos valores de R\$ 315,00, R\$ 600,00 e R\$ 678,00.

Três mulheres foram processadas pelo art. 124 n/f art. 14, CP, e o restante pelo art. 124, CP. Em 13 casos, a mulher aceitou a proposta de suspensão condicional do processo (59%).

2.3.4 – Figura 24

FASE PROCESSUAL (POR RÉ) – GRUPO 3	TOTAL DE CASOS
Recebimento da denúncia	2
Trancamento da ação penal por falta de justa causa (via HC)	1
Audiência de instrução e julgamento designada	2
Alegações finais	2
MP aguarda FAC para avaliar preenchimento das condições para suspensão condicional do processo	2
Homologada proposta de suspensão condicional do processo	8
Extinção da punibilidade pelo cumprimento das condições	5
TOTAL	22

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

A atuação da Defensoria Pública foi identificada em nove casos e a de advogados particulares em oito casos. Em cinco casos, não foi possível identificar quem estava atuando em defesa da mulher. A proporção de mulheres assistidas pela Defensoria Pública no Grupo 3 (40%) é bem menor do que no Grupo 1 (75%).

A maioria das mulheres do Grupo 3 foi processada na capital, em situações em que ocorreu uma investigação policial mais aprofundada. O que se percebe da leitura dos processos é que a maioria das clínicas envolve os mesmos médicos, inclusive em um deles a denúncia busca relacionar as clínicas como uma rede criminosa.

Praticamente, todas as clínicas investigadas realizam outros procedimentos ginecológicos (apenas uma tinha como faixa uma clínica de estética) e contavam com médicos para realizar os procedimentos de interrupção da gravidez. Apenas uma delas, descoberta porque a vítima faleceu, era realmente o que se pode chamar de clínica clandestina, pois as duas mulheres processadas (mãe e filha) não tinham formação médica e realizaram o aborto de forma muito rudimentar, sem nenhum cuidado com a vítima.

Esse caso é importante para ilustrar o que pode acontecer com uma mulher que não encontra uma rede de assistência adequada para realizar o procedimento de interrupção da gravidez. Segundo a denúncia, as rés realizaram três procedimentos abortivos na vítima, com 19 semanas de gestação, mediante o pagamento de R\$ 3.500,00.

No primeiro, introduziram um tubo de borracha flexível no útero da vítima e injetaram uma substância indeterminada. Diante do fracasso desse procedimento foi tentado outra em que introduziram uma agulha de tricô e acabaram perfurando o útero e a parede do intestino reto, além de ter quebrado a agulha no corpo da vítima. Isso ocorreu num sábado e as rés fizeram com que a vítima dormisse no local, sem providenciar nenhum socorro médico adequado. No domingo de manhã, a vítima expeliu o feto e apresentou intenso sangramento e hipertermia. As rés acabaram realizando um terceiro procedimento, a aspiração, provavelmente para retirar qualquer resíduo existente no útero, o que fez com que parte das vísceras da vítima fossem expelidas pelo canal vaginal.

Ao invés de prestarem socorro adequado à vítima, ao verificarem que ela estava morrendo, as rés ligaram para uma terceira pessoa, também denunciada, que só chegou duas horas depois e a deixou no hospital, afirmando que teria sido abordado por traficantes que o obrigaram a levá-la até o local.

2.4 – Perfil conjunto das mulheres processadas pelo art. 124, CP

No total, 42 mulheres foram processadas pela prática do crime previsto no art. 124, na forma consumada (39) ou tentada (3). Além dos dados já mencionados no início do relatório, seguem outras informações de forma agrupada, incluindo as mulheres dos Grupos 1 e 3, mencionados acima.

2.4.1 – Figura 25

COMARCA MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Comarca da Capital	24
Comarca de Belford Roxo	2
Comarca de Cabo Frio	3
Comarca de Carmo	1
Comarca de Duque de Caxias	2
Comarca de Itaboraí	1
Comarca de Japeri	1
Comarca de Niterói	1
Comarca de Petrópolis	1
Comarca de Rio Bonito	1
Comarca de São João de Meriti	1
Comarca de Sapucaia	1
Comarca de Teresópolis	2
Comarca de Valença	1
TOTAL GERAL	42

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Depois da investigação policial (52,3%), a denúncia do hospital/posto médico (30,9%) é a que mais dá ensejo ao conhecimento de casos de aborto.

2.4.2 – Figura 26

CONHECIMENTO DO FATO MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Denúncia do hospital/posto médico	13
Informação prestada por familiares	4
Denúncia de terceiros	2
Denúncia da vítima	1
Investigação policial	22
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Com relação ao local onde foi finalizado o aborto, a maioria foi realizado em clínicas clandestinas (54,7%), seguido dos casos em que ocorreu em casa (21,4%) e no hospital (21,4%).

2.4.3 – Figura 27

LOCAL ONDE O ABORTO FOI FINALIZADO MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Banheiro de casa	5
Em casa	4
Banheiro do hospital/posto de saúde	3
Hospital	6
Clínica clandestina	23
Banheiro do trabalho (shopping)	1
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Considerando os casos com informação, os procedimentos abortivos mais utilizados são os realizados por clínicas (56%) e o Citotec (34%).

2.4.4 – Figura 28

PROCEDIMENTO ABORTIVO MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Citotec	14
Chás abortivos	3
Chás abortivos e permanganato de potássio	1
Procedimento em clínica	23
Sem informação	1
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Considerando os casos em que a ré foi citada para se manifestar sobre a proposta de suspensão do processo e o MP aguarda a folha de antecedentes da ré para avaliar se pode propor a suspensão, a maioria dos processos (64%) dá ensejo à aceitação desse tipo de condição.

2.4.5 – Figura 29

FASE PROCESSUAL MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Recebimento da denúncia	4
Ré citada por edital ou por precatória	2
Audiência de instrução e julgamento designada	3
Alegações finais	3
Sentença de impronúncia	1
Sentença de pronúncia	1
Citação para se manifestar sobre proposta de suspensão	1
Homologada a suspensão condicional do processo	17
Extinção da punibilidade pelo cumprimento das condições	7
Trancamento da ação penal por falta de justa causa (via HC)	1
MP aguarda FAC para avaliar preenchimento das condições para suspensão condicional do processo	2
TOTAL	42

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Considerando os casos com informação, a maioria das mulheres processadas é negra (54,2%).

2.4.6 – Figura 30

COR MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Branca	16
Parda	9
Preta	10
Sem informação	7
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de casos com informação, 35,2% das mulheres têm o 1º Grau, completo ou incompleto, e 47%, o 2º Grau, completo ou incompleto.

2.4.7 – Figura 31

ESCOLARIDADE MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Analfabeta	1
1º grau	6
2º grau	8
3º grau	2
Sem informação	25
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Considerando as informações recebidas, 72,5% das mulheres são solteiras e 22,5% são casadas ou vivem em união estável. Importante mencionar que esse dado é retirado de informações prestadas durante o inquérito policial, seja da sua folha de antecedentes, seja de sua qualificação durante o depoimento, e não é possível saber se reflete o real estado civil dessa mulher ou o que consta do seu registro civil, consultado pelo delegado, e que pode estar defasado.

2.4.8 – Figura 32

ESTADO CIVIL MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Solteira	29
Casada	5
União estável	4
Separada	2
Sem informação	2
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A maioria das mulheres processadas pelo art. 124, CP, tem entre 22 e 25 anos (29% dos casos com informação).

2.4.9 – Figura 33

IDADE MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Entre 18 e 21 anos	7
Entre 22 e 25 anos	12
Entre 26 e 29 anos	8
Entre 30 e 35 anos	9
Entre 36 e 40 anos	5
Sem informação	1
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao fato de ter outros filhos, 19 mulheres relataram em seus depoimentos que desejaram interromper a gravidez porque, entre outros motivos, já possuíam filhos.

2.4.10 – Figura 34

FILHOS MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Sem filhos	1
1 filho	8
2 filhos	7
3 filhos	4
Sem informação	22
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Por fim, 54,7% das mulheres foram assistidas pela Defensoria Pública em algum momento do processo. Se forem considerados apenas os casos com informação, esse número sobe para 64,7%. Nenhuma das mulheres possuía antecedentes criminais, nem foi mantida presa durante o processo.

2.4.11 – Figura 35

DEFESA MULHERES PROCESSADAS PELO ART. 124, CP	TOTAL DE CASOS
Defensoria Pública	23
Advogado particular	12
Sem informação	7
TOTAL	42

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

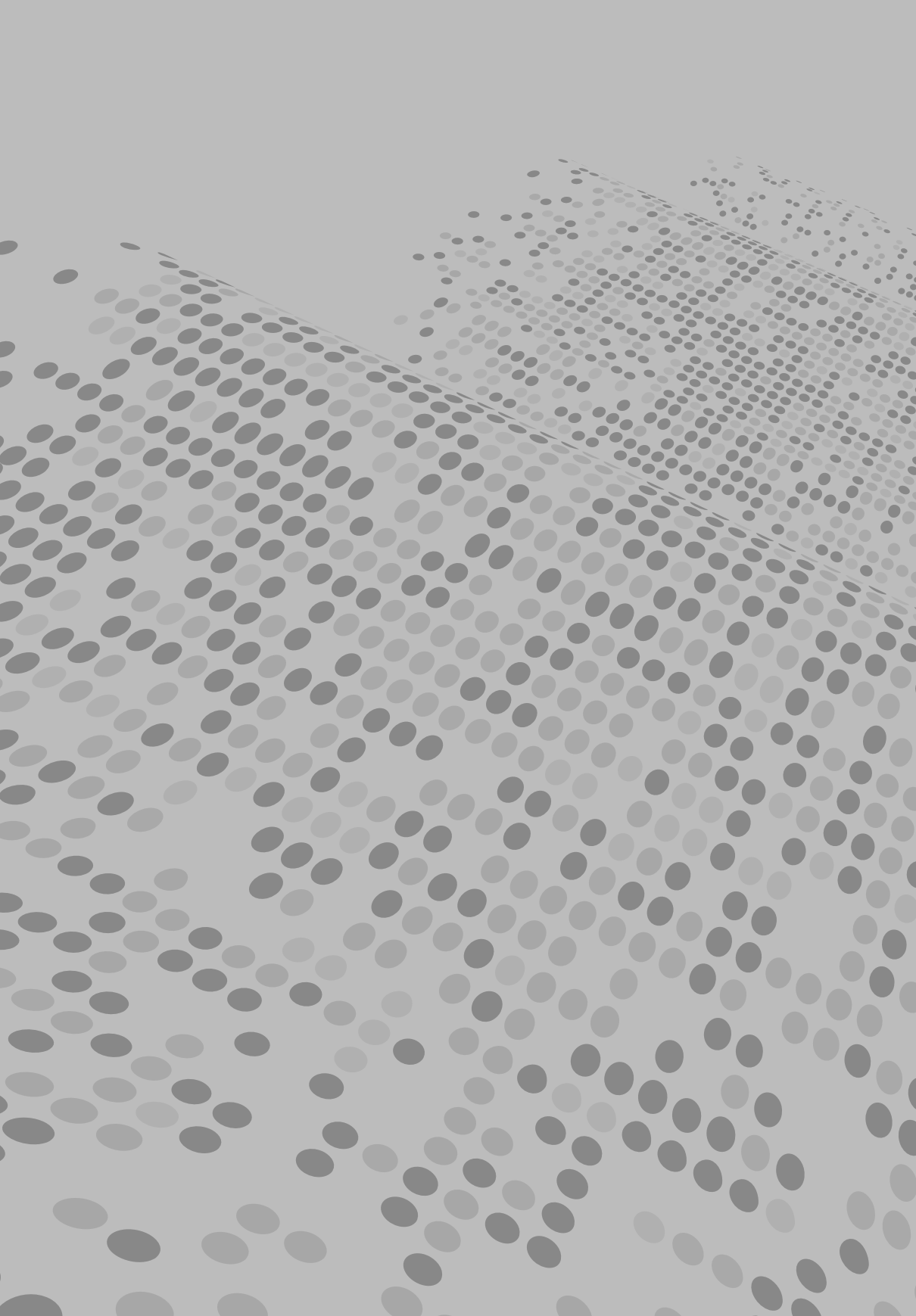
2.5 – Considerações finais

O presente relatório foi elaborado para apresentar o perfil das mulheres processadas pelo crime previsto no art. 124, CP. Da leitura de 55 processos que envolveram os tipos penais previstos nos arts. 124, 125 e 126, CP, relacionados no acervo geral do TJRJ, foi possível identificar 42 mulheres processadas pela prática desse crime e separá-las em dois perfis diferentes (Grupos 1 e 3), conforme a situação em que se encontravam, se de prática individual do procedimento ou em clínicas.

Da análise desses dois grupos, foi possível perceber a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas mulheres, que não encontram no sistema de saúde a estrutura adequada para atendê-las no caso de um aborto mal sucedido. Pelo contrário, sabendo que sua conduta é ilícita, essas mulheres adiam ao máximo a decisão, apesar de não demonstrarem em seus depoimentos que iriam desistir por esse motivo, agravando o risco ao realizarem um aborto num estágio avançado da gravidez, como ficou demonstrado no Grupo 1.

As mulheres que tomam remédios e chás abortivos não sabem qual vai ser o efeito dessas substâncias no seu corpo, arriscando a própria vida, com doses erradas e efeitos colaterais, além de demorarem a buscar ajuda quando o aborto está acontecendo, sofrendo sozinhas com o processo de expulsão do feto.

Conforme observado, as mulheres que têm condições de procurar clínicas de aborto são mais instruídas e o fazem logo no começo da gravidez. Apesar da situação arriscada em que realizam o procedimento, pois quase nunca podem perguntar como vai ser realizado e muitas vezes devem comparecer desacompanhadas e sem celular, e sofrem o risco de serem flagradas por policiais que investigam a clínica, essas mulheres estão em melhor situação, pois é mais comum contarem com a participação de um médico e tomam a decisão bem mais cedo, com a gravidez ainda em fase inicial.



An abstract graphic in the bottom-left corner of the page, consisting of numerous overlapping circles of varying shades of gray. The circles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some circles appearing more prominent than others. The overall effect is a textured, organic shape that contrasts with the clean, minimalist design of the rest of the page.

CAPÍTULO 2

MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO

RESUMO

Diante da ausência de lei regulamentando o procedimento a ser adotado para pleitear o direito de mudar o nome e o sexo na certidão de nascimento das pessoas trans, foi realizado um mapeamento do caminho percorrido nos diversos processos iniciados pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Faced with the absence of a law regulating the procedure to claim the right to change the name and gender in the birth certificate of transgender people, a mapping of the path covered in the various proceedings initiated by the Center for the Defense of Homosexual Rights and Diversity of the Public Defender's Office of Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE

REQUALIFICAÇÃO CIVIL; POPULAÇÃO TRANS;
ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL; DEFENSORIA PÚBLICA;
CONSULTA PROCESSUAL.

1 - INTRODUÇÃO

Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, lei que disponha sobre o procedimento judicial a ser adotado no caso de mudança de nome e de sexo no registro civil das pessoas que apresentam identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico e buscam realizar de forma plena sua dignidade pessoal.

Uma das questões que se coloca diz respeito à vara competente para ingressar com a ação, família ou registros públicos, diante

da controvérsia sobre se tratar de mudança de estado ou simples alteração do prenome. Verifica-se, ainda, a existência de divergências entre os juízes sobre a necessidade ou não de realização da cirurgia de transgenitalização para que esse direito seja reconhecido¹.

Tanto a conduta prevista no art. 126 (aborto com o consentimento da gestante), quanto a prevista no art. 124 dão ensejo à concessão da suspensão condicional do processo.

Diante dessas e outras questões, a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça², mediante solicitação do Nudiversis (Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual)³, ambos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, realizou o mapeamento das ações de requalificação civil propostas por esse núcleo com o intuito de verificar a competência, o assunto, o teor da sentença, o tempo de duração dos processos, a exigência de realização ou não de perícia judicial e de cirurgia para procedência do pedido.

A partir da identificação de 170 processos distribuídos entre dezembro de 2010 e junho de 2016, foi realizada a consulta na página do Tribunal de Justiça na internet com o intuito de verificar quais já haviam sido sentenciados. Os dados a seguir se referem a 69 processos sentenciados até agosto de 2016 (40,6% do total), pois apenas com a sentença é possível saber o resultado da ação e identificar o posicionamento do Judiciário sobre esse tipo de demanda.

¹ É importante lembrar que a pesquisa foi realizada antes do julgamento da ADI 4.275 pelo Supremo Tribunal Federal, em 1º de março de 2018, que reconheceu o direito das pessoas trans de mudarem o nome e o sexo no registro civil, mesmo sem cirurgia ou decisão judicial, bastando o comparecimento a um cartório.

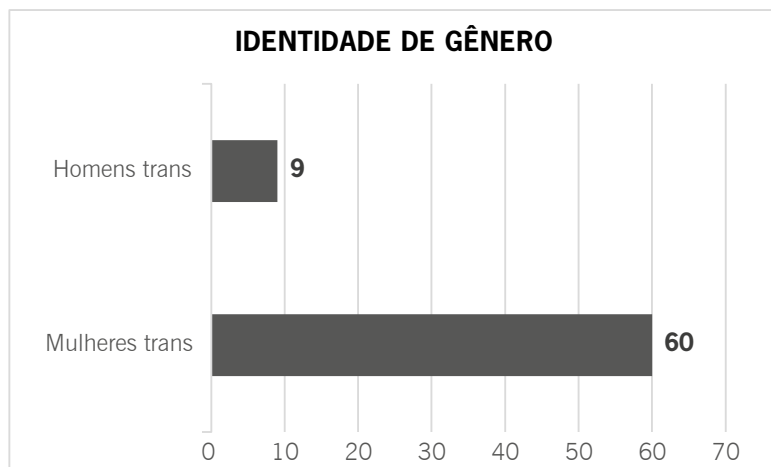
² Esse relatório foi elaborado pela diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, Carolina Dzimidas Haber.

³ Na ocasião, o Nudiversis era coordenado pela defensora pública Lívia Miranda Müller Drumond Casseres.

2 - RESULTADOS ENCONTRADOS

A maioria das autoras das ações de requalificação civil é formada por mulheres trans (87%), ou seja, por pessoas que se identificam como sendo do gênero feminino, embora tenha sido designada como pertencente ao gênero masculino.

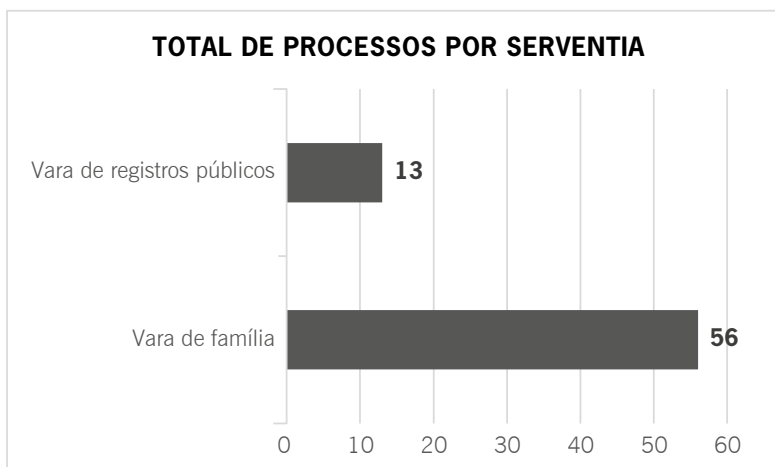
2.1 – Figura 1



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

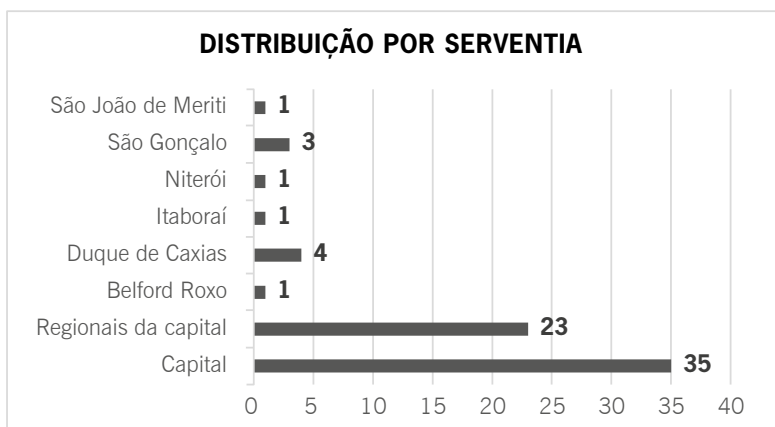
Quanto à distribuição das ações, 87% foi apresentada em varas de família, diante do reconhecimento de que se trata da análise de questões relativas ao estado civil e não simples alteração do prenome. Os processos que foram iniciados em varas de registros públicos são todos da capital, inclusive porque não há varas especializadas como essas em outras cidades do Rio de Janeiro, onde essa atribuição é conferida às varas cíveis.

2.2 – Figura 2



Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

2.3 – Figura 3



Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Após a distribuição, em três processos houve declínio de competência da vara de registros públicos para a vara de família, em razão da discussão a respeito da natureza da ação, sede estado ou de simples alteração de prenome ou retificação de erro em assento de nascimento.

Com a distribuição do processo, são atribuídos os assuntos pertinentes a ele, de acordo com o sistema de tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça. Diante disso, foram identificados os assuntos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para identificar essas ações de requalificação civil.

A maioria dos processos é classificado com o assunto “Retificação de dados registrais” (68%), mas há um grande número de processos com o assunto “Redesignação de estado” (23%).

2.4 – Figura 4

ASSUNTO	COMPLEMENTAÇÕES	TOTAL
Anulação de registro/Registro civil das pessoas naturais		1
Averbação/registro (Art. 09 e 10º do Código Civil)		1
Capacidade/Pessoas naturais	Antecipação de tutela e/ou Obrigação de fazer ou não fazer ou dar	2
Direitos da personalidade/Pessoas naturais	Antecipação de tutela e/ou Obrigação de fazer ou não fazer ou dar; Retificação de dados complementares registrais (nascimento, casamento ou óbito)	2
Redesignação de estado sexual/ Pessoas naturais	Retificação do registro civil para mudança de seu prenome e sexo; Retificação de dados complementares registrais (nascimento, casamento ou óbito); Antecipação de tutela e/ou Obrigação de fazer ou não fazer ou dar	16
Retificação de dados complementares registrais (nascimento, casamento ou óbito)	Retificação de sexo em seu assentamento de nascimento; Antecipação de tutela e/ou Obrigação de fazer ou não fazer ou dar	26
Retificação de sexo / RCPN ⁴		2

continua >

Retificação ou Suprimento ou Restauração de registro civil		3
Retificação, Suprimento ou Restauração de nome / RCPN	Retificação de sexo/RCPN	16
TOTAL		69

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Quanto ao resultado do processo, 68% das sentenças foram de procedência, 25% de procedência em parte e 6% de extinção sem análise do mérito. Houve registro de apenas uma sentença de improcedência.

2.5 – Figura 5

TIPO DE SENTENÇA	TOTAL
Procedência	47
Procedência em parte	17
Improcedência	1
Extinção sem análise do mérito	4
TOTAL	69

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Em dois casos de procedência da ação, não há menção, na sentença, da mudança de sexo, apenas do nome. Nos casos de procedência parcial, foi concedido o pedido de alteração de nome, mas não de sexo. Os casos de extinção sem análise do mérito se deram por: abandono da ação (3) e preempção, litispendência ou coisa julgada (1).

Quanto à decisão de constar à margem da averbação que a modificação decorreu de decisão judicial, em dez sentenças há determinação no sentido de não constar, e em 35 de constar. Em 19 sentenças não há informação nesse sentido e em cinco essa questão não se aplica por se tratar dos casos de improcedência e de extinção sem análise do mérito.

⁴ Registro civil de pessoa natural

Considerando apenas os casos com informação, 77% das sentenças determinaram que deve constar à margem da averbação que a modificação decorreu de decisão judicial.

Das 35 sentenças que determinaram a menção na averbação de que a modificação decorreu de decisão judicial, 20 disseram também que só com autorização judicial ou requerimento do próprio interessado poderá ser expedida certidão com referência aos dados pessoais anteriormente registrados, e apenas duas vedaram qualquer menção a este fato nas certidões de registro público.

Das dez sentenças que proibiram constar alguma menção na averbação de que a modificação decorreu de decisão judicial, uma vedou qualquer menção a este fato nas certidões de registro público; duas determinaram que não poderia haver qualquer referência às alterações sofridas, e três disseram que devem ser mantidos inalterados os demais dados.

Das 19 sentenças sem essa informação, duas vedaram a expedição de certidões sobre a anterior situação registral; três disseram que só com autorização judicial ou requerimento do próprio interessado poderá ser expedida certidão com referência aos dados pessoais anteriormente registrados e cinco disseram que devem ser mantidos inalterados os demais dados.

2.6 – Figura 6

DETERMINAÇÕES NAS SENTENÇAS SOBRE O REGISTRO	TOTAL
Apenas com autorização judicial ou requerimento do próprio interessado poderá ser expedida certidão com referência aos dados pessoais anteriormente registrados	23
Vedada qualquer menção ao fato nas certidões de registro público	5
Proibida qualquer referência às alterações sofridas	2
Devem ser mantidos inalterados os demais dados	8

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Quanto ao tempo de duração entre a distribuição e a sentença dos processos com sentença de procedência ou procedência em parte, excluídos os que tiveram declínio de competência, seguem as informações na tabela abaixo. A média de duração do processo é de 1 ano, 2 meses e 27 dias.

2.7 – Figura 7

DISTRIBUIÇÃO	SENTENÇA	DURAÇÃO EM DIAS
17/12/2010	01/06/2016	1.964
01/02/2012	27/05/2015	1.196
05/03/2012	05/05/2014	780
11/05/2012	01/06/2015	1.100
17/05/2012	22/09/2015	1.205
18/05/2012	27/04/2016	1.419
06/07/2012	14/01/2016	1.268
17/10/2012	29/09/2015	1.062
12/11/2012	20/08/2015	998
29/11/2012	12/01/2016	1.123
25/02/2013	18/12/2015	1.013
04/03/2013	21/06/2016	1.187
08/03/2013	04/07/2013	116
20/03/2013	24/06/2016	1.174
10/09/2013	11/09/2015	721
20/09/2013	16/06/2015	626
15/10/2013	17/05/2016	932
18/11/2013	27/10/2014	339
04/02/2014	12/02/2016	728
10/04/2014	15/04/2015	365
29/07/2014	16/09/2015	407
18/08/2014	12/11/2015	444
19/08/2014	06/04/2015	227
19/08/2014	27/02/2015	188
16/09/2014	10/12/2015	444
17/09/2014	16/06/2015	269
04/11/2014	18/11/2015	374
18/12/2014	13/08/2015	235

continua >

07/01/2015	17/06/2016	520
14/01/2015	29/06/2016	525
22/01/2015	23/05/2016	481
22/01/2015	28/07/2015	186
22/01/2015	17/06/2015	145
29/01/2015	12/05/2015	103
11/05/2015	05/04/2016	324
26/05/2015	07/03/2016	281
10/06/2015	01/06/2016	351
02/07/2015	08/09/2015	66
02/07/2015	16/05/2016	314
14/07/2015	13/01/2016	179
30/07/2015	28/01/2016	178
07/08/2015	02/02/2016	175
25/08/2015	15/12/2015	110
01/09/2015	11/12/2015	100
01/09/2015	15/04/2016	224
03/09/2015	28/04/2016	235
10/09/2015	05/11/2015	55
11/09/2015	02/12/2015	81
28/09/2015	17/11/2015	49
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
29/01/2016	29/04/2016	90
16/02/2016	21/06/2016	125
04/03/2016	29/04/2016	55
MÉDIA DE DURAÇÃO EM DIAS		447

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Dos 13 processos que tramitaram na vara de registros públicos, 11 foram distribuídos no dia 29/01/2016 e sentenciados no mesmo dia, mas três meses depois (29/04/2016), com a duração de 90 dias. Os outros dois foram distribuídos nos dias 16/02/2016 e 04/03/2016, com a duração de 125 e 55 dias, respectivamente. O que se percebe é que todos os processos distribuídos em 2016 foram direcionados para a vara de registros públicos.

Antes de 2016, três processos haviam sido distribuídos para a vara de registros públicos, mas os juízes declinaram sua competência para a vara de família. Um deles foi julgado improcedente e os outros dois procedentes.

Os processos que tramitaram nas varas de registros públicos foram todos julgados procedentes em parte, sendo concedida a retificação de nome no registro civil, mas não a retificação de sexo. Nenhum deles pediu perícia, tendo sido aceitos os laudos elaborados pela equipe de psicólogos e assistentes sociais da Defensoria Pública. Em 11 deles, há registro de que o (a) autor (a) não tinha realizado cirurgia de mudança de sexo. Em dois casos, essa informação não estava disponível no andamento dos processos na internet.

No caso das ações que tramitaram na vara de família, em 38 delas há pedido de perícia (estudo social e/ou psicológico) e a média da duração desses processos em dias é de 638 dias, excluído da conta um caso de declínio de competência. Em todos esses casos a sentença foi de procedência total.

Em 12 casos desse total de 38 em que há pedido de perícia, o (a) autor (a) já havia feito cirurgia de mudança de sexo.

Em nove ações que tramitaram na vara de família não foi pedida perícia e a média de duração dos processos em dias é de 224 dias. Importante observar que em quatro desses casos o(a) autor(a) já havia feito cirurgia de mudança de sexo antes de ingressar com a ação.

Em seis casos não foi possível saber se houve pedido de perícia ou não pelo juiz.

Com relação aos três processos em que houve declínio de competência da vara de registros públicos para a vara de família, não foram considerados porque o tempo transcorrido entre a decisão de declínio de competência e a nova distribuição é muito longo. Nos casos de procedência, 61 e 201 dias. No caso de improcedência, 399 dias.

Em 20 casos houve realização de audiência de instrução e julgamento ou audiência especial. A média de duração total desses processos foi de 709 dias.

Percebe-se, portanto, que o pedido de perícia judicial, ainda que a Defensoria Pública tenha apresentado os laudos da sua equipe de psicólogos e assistentes sociais na petição inicial, atrasa em demasia o tempo de duração dos processos.

2.8 – Figura 8

PEDE PERÍCIA JUDICIAL?	
Sim	39
Não	22
Sem informação	8
TOTAL	69

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

2.9 – Figura 9

JÁ FEZ CIRURGIA DE MUDANÇA DE SEXO?	
Sim	17
Não	42
Sem informação	10
TOTAL	69

Fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Na tabela acima, os casos de realização de cirurgia de mamas ou retirada do útero, ainda que não de transgenitalização foram considerados como sim.

Por fim, há quatro casos com registro de concessão da tutela antecipada de forma parcial, com relação ao pedido de alteração de nome. Todos foram julgados totalmente procedente ao final, mas houve suspensão/sobrestamento do processo com o intuito de aguardar a realização da cirurgia, com reconsideração dessa decisão ao final. Em um deles, a cirurgia foi realizada durante o processo. Em outro, havia sido realizada apenas a cirurgia de retirada das mamas, mas não a de transgenitalização.

A média de duração desses processos foi de 1.245 dias.

Em 13 casos, há registro de decisão não concedendo a tutela antecipada, diante da irreversibilidade do pedido. Do total, 12 casos tramitaram perante a vara de registro público e apenas um na vara de família.

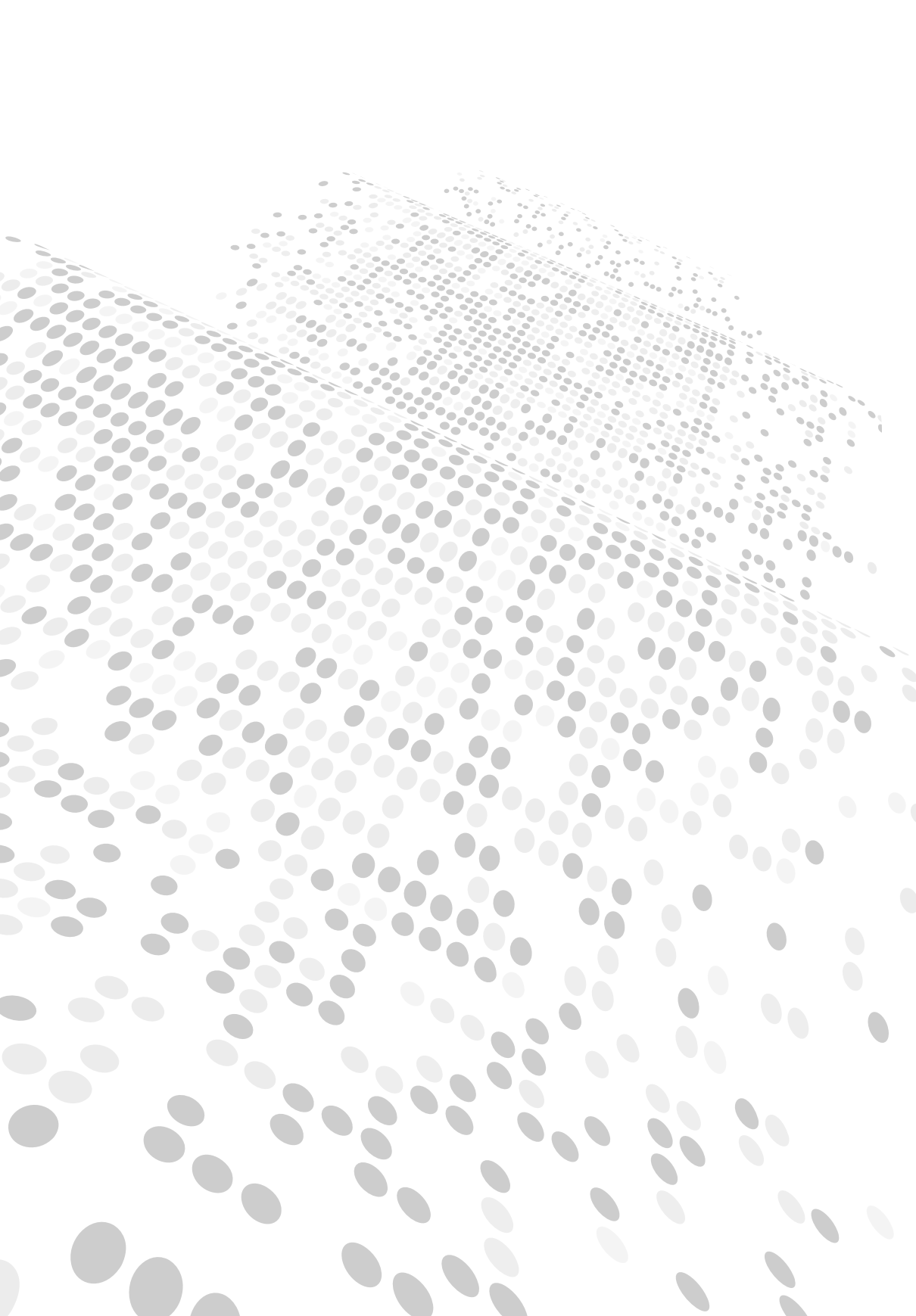
3 - CONCLUSÕES

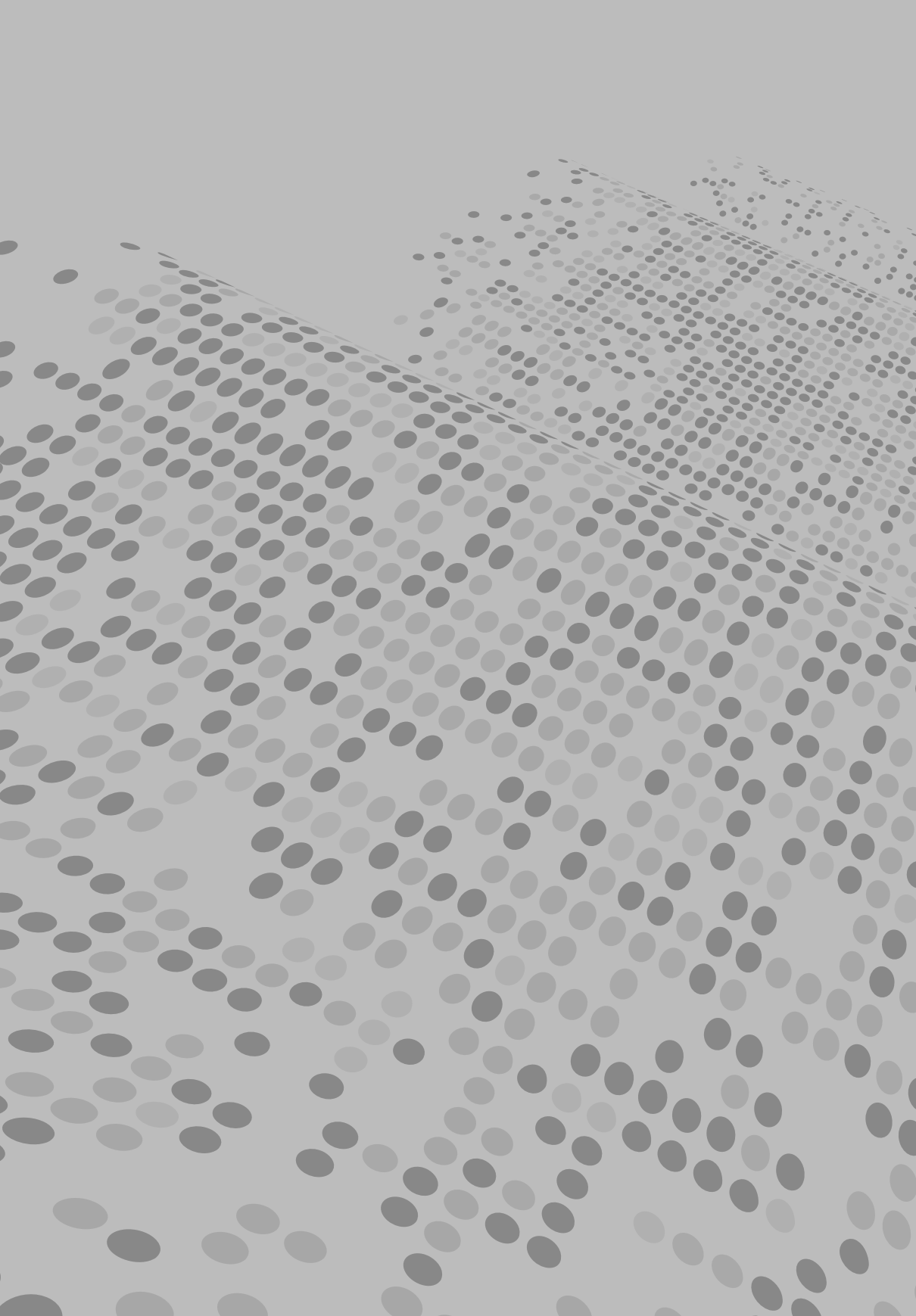
A partir do acompanhamento do andamento dos processos de requalificação civil foi possível notar que ainda há alguns entraves que dificultam a concessão do pedido realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. De um lado, ainda não é clara de quem é a competência para julgar esse tipo de ação, se do juízo de família ou dos registros públicos.

De outro, o que se observou é que apesar do andamento processual ser mais célere nas varas de registros públicos, em geral apenas o pedido de concessão de mudança de nome é atendido. Já nas varas de família, o andamento é mais demorado, pois em geral os juízes pedem a realização de perícia judicial – ainda que tenha sido apresentado laudo da equipe técnica da Defensoria Pública – e designam audiência para ouvir a parte e testemunhas, mas, em grande parte das ações, concedem o pedido de alteração de nome e de sexo.

Outra observação possível de ser feita a partir da leitura das sentenças é que, em geral, para justificar a concessão do pedido, o juiz apresenta uma grande justificativa, com fundamento no princípio da dignidade humana e outros princípios constitucionais. Já para negar o pedido apresenta uma fundamentação mais simples, baseada na segurança jurídica.

O tempo de andamento dos processos e o trâmite variado que enfrentam de acordo com o juízo, nos permite concluir que não é possível orientar os assistidos no sentido de qual será o caminho percorrido se decidirem ingressar com a ação. Talvez uma lei mais clara regulamentando os casos de identidade de gênero e explicitando o trâmite a ser seguido nas ações de requalificação civil possa trazer mais segurança no atendimento dessa demanda.





CAPÍTULO 3

PERFIL DAS PESSOAS ATENDIDAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA NA BUSCA POR VAGA EM CRECHES NO RIO DE JANEIRO

RESUMO

A pesquisa buscou identificar o perfil das pessoas que foram atendidas na Defensoria Pública do Rio de Janeiro em busca de vagas em creches e pré-escolas nos mutirões realizados entre janeiro e fevereiro de 2018, nos núcleos de primeiro atendimento de Jacarepaguá e Santa Cruz.

ABSTRACT

The research sought to identify the profile of the people who were attended in the Public Defender's Office of Rio de Janeiro searching for place in kindergartens and pre-schools in the campaign that was realized between January and February of 2018 in the first attendance centers of Jacarepaguá and Santa Cruz.

PALAVRAS-CHAVE

MUTIRÃO; FALTA DE VAGA EM CRECHES;
PERFIL DOS ATENDIDOS; DEFENSORIA PÚBLICA.

1 - INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro realizou diversos mutirões para atender à demanda por vagas em creches e pré-escolas nos núcleos de primeiro atendimento de Jacarepaguá e Santa Cruz. A iniciativa decorre do aumento no número de mães e pais que buscam a Defensoria Pública porque não conseguem matricular seus filhos nas creches e pré-escolas do Rio de Janeiro.

Durante essas ações, foram feitas entrevistas com os assistidos e preenchidos questionários com o intuito de identificar quem são as pessoas que buscam essas vagas, de forma a facilitar o conhecimento sobre essa demanda, possibilitando, assim, a atuação estratégica da

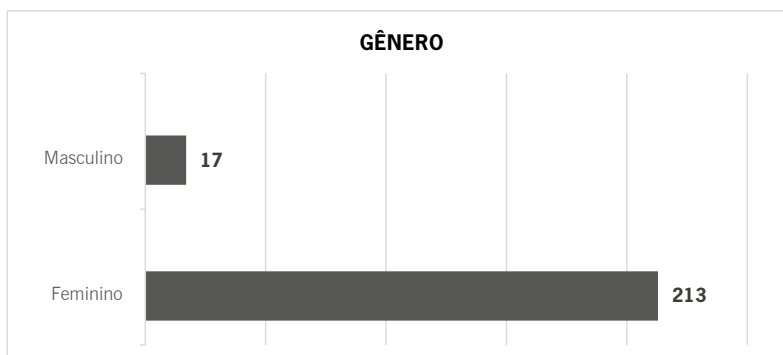
instituição na resolução dessa questão e o diálogo com os órgãos públicos responsáveis por esse atendimento.

Os dados a seguir dizem respeito aos mutirões realizados nos dias 20 de janeiro e 03 de fevereiro de 2018 em Jacarepaguá, e em 17 de fevereiro de 2018, em Santa Cruz. Em Jacarepaguá, foram entrevistadas 113 pessoas no dia 20 de janeiro, e 47 pessoas no dia 03 de fevereiro. Em Santa Cruz, foram entrevistadas 70 pessoas. No total, foram realizadas 230 entrevistas pelos servidores da Defensoria Pública que participaram da ação social e os estagiários da Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça¹.

2 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quanto ao gênero, 92,6% das pessoas entrevistadas são mulheres. Em um recorte de cinco em cinco anos, é possível verificar que a maioria tem entre 21 e 26 anos (37,4%) e é parda (43,9%). Quanto ao estado civil, 71,3% das pessoas é solteira. Entre os entrevistados, 59% estudou até o ensino médio e 34% até o ensino fundamental.

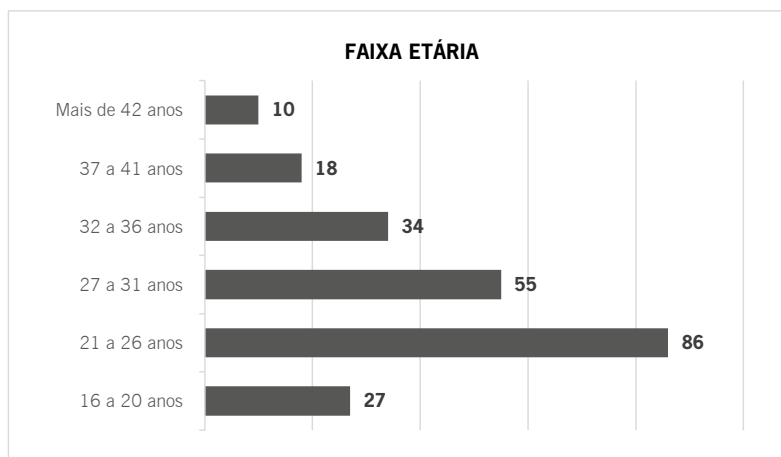
2.1 – Figura 1



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

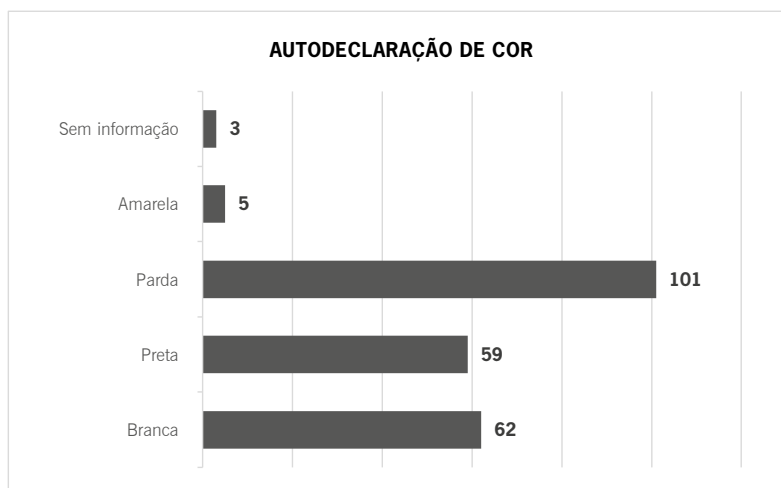
¹ Esse relatório foi elaborado pela diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, Carolina Dzimidas Haber, com o auxílio dos estagiários Gabriel da Silva Reis, Gerson Salgado Pinha Junior e Maria Gabrielle Albuquerque Presler Cravo.

2.2 – Figura 2



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.3 – Figura 3



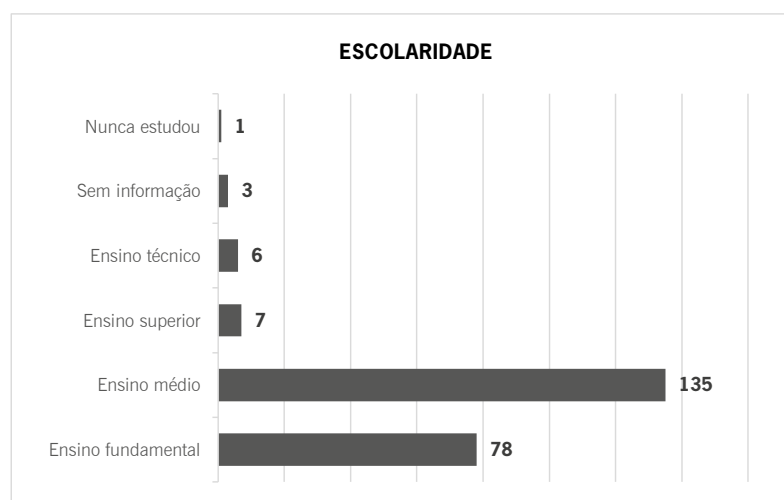
Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.4 – Figura 4

ESTADO CIVIL	
Solteiro (a)	164
Casado (a)	47
União estável	11
Divorciado (a)	5
Separado (a)	1
Viúvo (a)	2
TOTAL	230

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.5 – Figura 5



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Sobre a naturalidade, 74,7% são do estado do Rio de Janeiro. Há quatro casos de estrangeiros, provenientes do Haiti.

2.6 – Figura 6

NATURALIDADE	
Alagoas	1
Bahia	10
Ceará	7
Maranhão	3
Minas Gerais	7
Pará	5
Paraíba	8
Pernambuco	6
Paraná	2
Rio de Janeiro	172
Rio Grande do Norte	2
São Paulo	2
Tocantins	2
TOTAL BRASIL	227
Haiti	4

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao local em que se reside (sub-bairro), segue tabela com dados separados de Jacarepaguá e Santa Cruz.

2.7 – Figura 7

LOCAL EM QUE RESIDE	QUANTIDADE	%
JACAREPAGUÁ		
Anil	8	5%
Camorim	2	1,25%
César Maia	5	3,12%
Cidades de Deus	18	11,25%
Colônia	1	0,62%
Curicica	33	20,6%
Gardênia Azul	21	13,12%
Itanhaguá	1	0,62%
Jacarepaguá	18	11,25%
Praça Seca	7	4,37%
Recreio	1	0,62%

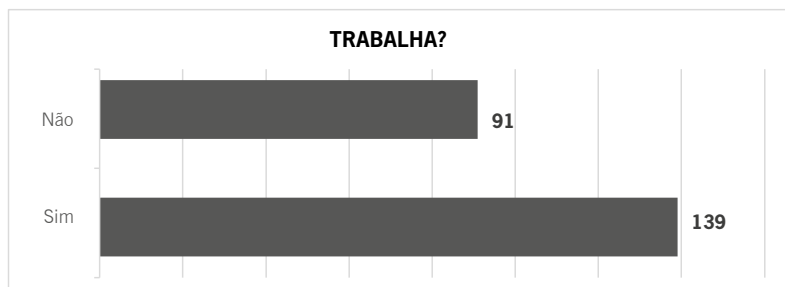
continua >

Rio das Pedras	11	6,87%
Santa Maria	1	0,62%
Tanque	1	0,62%
Taquara	28	17,5%
Vargem Pequena	1	0,62%
Vila Valqueire	2	1,25%
Em branco	1	0,62%
TOTAL	160	100%
SANTA CRUZ		
Bangu	3	4,28%
Campo Grande	11	15,72%
Casarão	2	2,86%
Cosmos	2	2,86%
Guaratiba	5	7,14%
Ilha de Guaratiba	1	1,43%
Jardim Maravilha	1	1,43%
Mangaratiba	3	4,28%
Mato Alto	1	1,43%
Paciência	7	10%
Padre Miguel	1	1,43%
Pedra de Guaratiba	5	7,14%
Piraque	1	1,43%
Ramos	1	1,43%
Realengo	3	4,28%
Santa Cruz	15	21,42%
Santíssimo	2	2,86%
Senador Camará	1	1,43%
Senador Vasconcelos	2	2,86%
Sepetiba	2	2,86%
Sem informação	1	1,43%
TOTAL	70	10

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

No que se refere à ocupação, 60% informaram trabalhar. Do total que informou trabalhar (139), 64 disseram que têm carteira assinada (46%). Do total, 68 pessoas não responderam sobre possuir carteira assinada e 174 pessoas indicaram sua ocupação.

2.8 – Figura 8



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.9 – Figura 9

OCUPAÇÃO	
Agente de educação infantil	1
Ajuda no trailer	1
Ajudante de cozinha	1
Ajudante de pedreiro	1
Aposentada	1
Arrumadeira/camareira	2
Assistente administrativo	1
Atendente	9
Autônomo(a)	2
Auxiliar de alimentos/de cozinha	2
Auxiliar de lavanderia	1
Auxiliar de limpeza	1
Auxiliar de operações	1
Auxiliar de produção	1
Auxiliar de serviços gerais	13
Babá	1
Balconista	2
Bartender	1
Bióloga	1
Cabelereira	2
Caixa/fiscal de caixa/operador de caixa	11
Copeira	1
Cozinheira	3

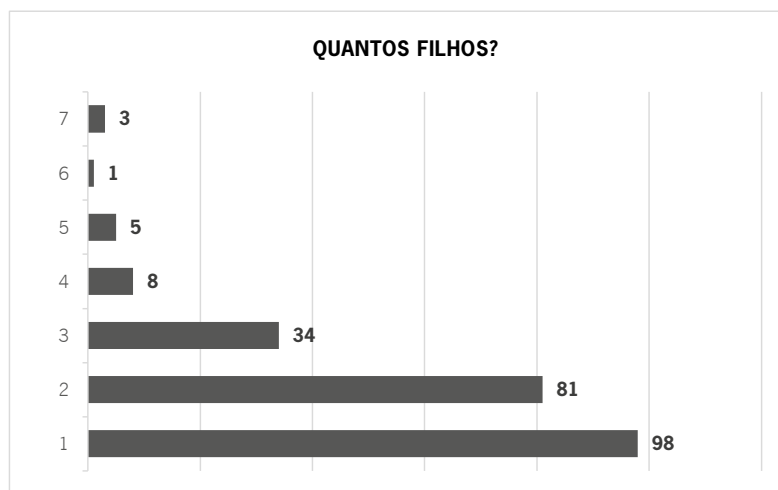
continua >

Diarista /Doméstica/Faxineira	35
DJ	1
Do lar	17
Enfermeira	1
Faz artigos para festa/salgados/doces	4
Faz bicos	2
Fisioterapeuta	1
Funcionária pública	1
Garçonete	1
Manicure	11
Marceneiro	1
Mecânico	1
Motorista	3
Operador de micro/de TI	2
Operador de serviços gerais	1
Operador de supermercado	1
Padaria	1
Produtor de eventos/Trabalha em eventos/Montadora de eventos/Biscate em eventos	4
Promotora de vendas	1
Recepcionista	1
Recreação em shopping	1
Repositor	1
Técnico de laboratório	1
Técnico em administração	1
Trabalha na praia	2
Trainee administrativo	1
Tratador de animais	1
Vendas	15
Vigilante	1
TOTAL	174

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Três mulheres indicaram estar grávidas. A maioria das pessoas entrevistadas tem entre um e três filhos. Uma pessoa que disse ter um filho indicou a idade de dois. Três que disseram ter dois filhos indicaram a idade de apenas um, e duas indicaram a idade de três filhos. Uma pessoa que disse ter três filhos, indicou a idade de dois, e uma que disse ter sete filhos indicou a idade de seis deles. A maioria tem filhos entre um e três anos.

2.10 – Figura 10



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.11 – Figura 11

IDADE DOS FILHOS	
Menos de 1 ano	18
1 ano	82
2 anos	81
3 anos	75
4 anos	21
5 anos	22
6 anos	17
7 anos	22

continua >

8 anos	14
9 anos	15
10 anos	12
11 anos	3
12 anos	6
13 anos	11
14 anos	9
15 anos	6
16 anos	7
17 anos	8
Mais de 18 anos	15

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

De acordo com o levantamento, 66 pessoas (28,7%) indicaram ter filhos mais velhos, que frequentam ou frequentaram creche municipal na cidade do Rio de Janeiro, sendo que uma delas respondeu sim para a pergunta “Você tem filhos mais velhos que frequentam ou frequentaram creche municipal na cidade do Rio de Janeiro?”, mas disse ter apenas um filho de dez meses.

Do total, 59 pessoas disseram que seus filhos mais velhos conseguiram vaga num local perto da sua residência, sendo que três delas havia respondido não à pergunta sobre ter filhos mais velhos que frequentam ou frequentaram creche municipal.

Tanto a pergunta “Se seus filhos mais velhos não conseguiram vaga e você trabalhava, quem cuidava deles?” quanto a pergunta “Nas férias escolares, os filhos que estavam na creche ficam com?” tiveram como resposta mais frequente “cuidador remunerado”, seguida de “avós”, conforme indicado nas tabelas abaixo.

2.12 – Figura 12

SE SEUS FILHOS MAIS VELHOS NÃO CONSEGUIRAM VAGA E VOCÊ TRABALHAVA, QUEM CUIDAVA DELES?	
Avós	21
Tios	3
Cônjuge ou companheiro(a)	7
O pai (a mãe) deles	6
Cuidador (a) remunerado (a)	31
Creche particular	1
Irmãos (ãs) menores de 18 anos	3
Outros	8

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

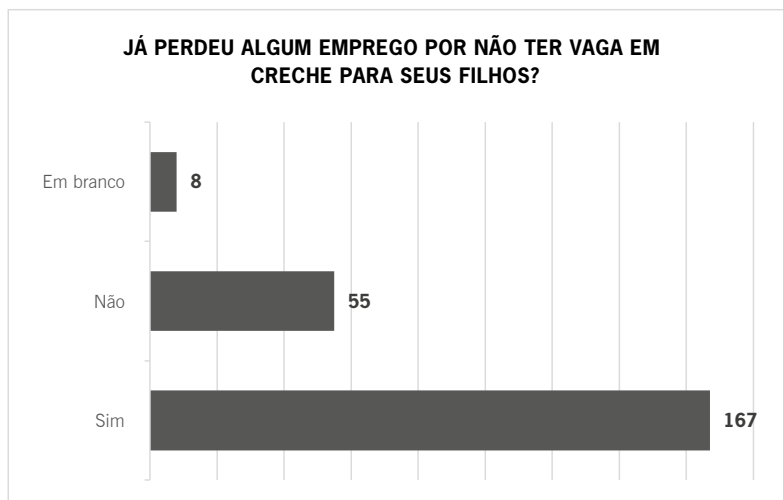
2.13 – Figura 13

NAS FÉRIAS ESCOLARES, OS FILHOS QUE ESTÃO EM CRECHE FICAM COM?	
Avós	26
Tios	6
Cônjuge ou companheiro(a)	7
O pai (a mãe) deles	22
Cuidador (a) remunerado (a)	42
Creche particular	1
Irmãos (ãs) menores de 18 anos	3
Outros	8

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

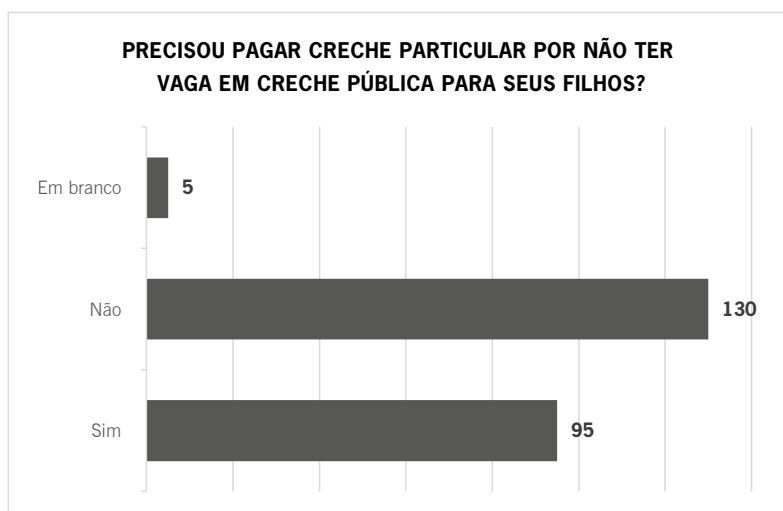
Das pessoas entrevistadas, 73% disseram que já perderam algum emprego por não ter vaga em creche para seus filhos e 41% disseram que precisaram pagar creche particular por não ter vaga em creche pública para seus filhos.

2.14 – Figura 14



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

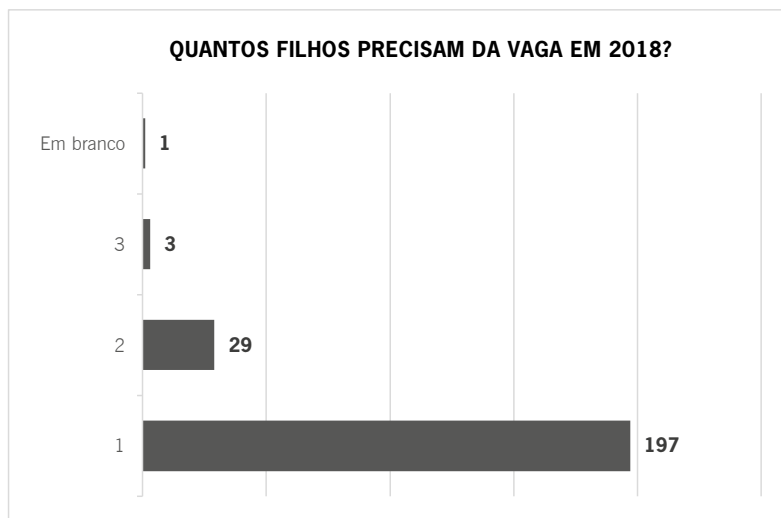
2.15 – Figura 15



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Das pessoas entrevistadas, 86% disseram que um filho precisa da vaga em 2018; 13% precisam da vaga para dois filhos e 1% para três filhos. A maioria dos filhos que precisam da vaga tem entre um e três anos.

2.16 – Figura 16



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.17 – Figura 17

QUAL A IDADE DOS FILHOS QUE PRECISAM DA VAGA EM 2018?	
Menos de 1 ano	12
1 ano	70
2 anos	74
3 anos	66
4 anos	19
5 anos	6
6 anos	4
7 anos	5

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total, 170 pessoas (73,9%) disseram ter inscrito seus filhos no sistema de matrícula *online* em anos anteriores a 2017; 199 pessoas (86,5%) disseram ter inscrito seus filhos no sistema de matrícula *online* da prefeitura em 2017, e 159 pessoas (69%) responderam sim para as duas perguntas.

Das pessoas entrevistadas, 69 disseram ter feito a inscrição em outro local que não o sistema de matrícula *online* da prefeitura. Dessas, 59 mencionaram o local, conforme indicado na tabela a seguir. O local mais indicado foi a creche e a escola.

2.18 – Figura 18

FEZ A INSCRIÇÃO EM OUTRO LOCAL?	
CRE - Coord. Regional de Educação	8
Creche	26
CRAS - Centro de Ref. Assist. Social	1
Conselho Tutelar	2
Defensoria Pública	3
Escola	13
Ministério Público	1
Bairro	4
Não lembra	2
Várias	1

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de entrevistas, 222 pessoas responderam há quanto tempo estão esperando pela vaga. A maioria (52,7%) espera há menos de um ano. A categoria indicada como “Outros” engloba respostas como “mais de 1 ano”, “menos de 1 ano” e “desde o nascimento”. Como “menos de 1 mês” foram consideradas as respostas “primeira vez” e “recentemente”.

2.19 – Figura 19

HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ ESPERANDO A VAGA?	
Menos de um mês	5
Um mês	14
Dois meses	17
Três meses	17
Quatro meses	8
Entre seis meses e um ano	4

continua >

Um ano	51
Dois anos	57
Três anos	28
Mais de quatro anos	4
Desde o ano passado	11
Outros	6

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

À pergunta “Algo aconteceu para que você precisasse da vaga?”, 201 pessoas responderam sim, sendo que 166 disseram “em razão de trabalho/busca de emprego”; sete disseram que não podem mais pagar cuidadora; sete mencionaram questões sobre a vida escolar da criança, tais como: “a criança precisa estudar”, “se estudar estará em melhores condições”, “já tem idade para entrar na escola” etc.

Entre os entrevistados, 37 pessoas indicaram que conseguiram a vaga antes e desistiram. Os motivos que levaram à desistência da vaga estão indicados na tabela abaixo.

2.20 – Figura 20

MOTIVO DE DESISTÊNCIA DA VAGA	
Distância de casa	27
Dentro de área de risco/confrontos	28
Falta de transporte público	28
Gastos excessivos para deixar e buscar no local	25
Outros	28

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Das pessoas entrevistadas, 182 responderam à pergunta “Enquanto você espera a vaga na creche, se estiver trabalhando, quem fica com seus filhos?”. Na categoria “Outros”, algumas pessoas indicaram amigos, cuidador (não remunerado), irmão da mãe, sobrinho, cunhado, vizinha, ela mesma. As categorias mais frequentes são “cuidador remunerado” e “avós”.

2.21 – Figura 21

ENQUANTO VOCÊ ESPERA A VAGA NA CRECHE, SE ESTIVER TRABALHANDO, QUEM FICA COM SEUS FILHOS?	
Avós	50
Tios	9
Cônjuge ou companheiro(a)	10
O pai (a mãe) deles	17
Cuidador (a) remunerado (a)	75
Creche particular	5
Irmãos (ãs) menores de 18 anos	4
Primos (as)	4
Outros	22

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3 – CONCLUSÕES

A pesquisa ilustra as dificuldades encontradas pela população do Rio de Janeiro em razão do déficit de vagas nas creches e pré-escolas na cidade. O perfil das pessoas que buscam essas vagas é de mulheres (92,6%), solteiras (71,3%), jovens (37,4% entre 21 e 26 anos), que precisam resolver, sozinhas, o que fazer com seus filhos para conseguirem trabalhar e, também, educá-los no sistema formal de ensino.

São pessoas oriundas do estado do Rio de Janeiro (74,7%), que não encontram no seu lugar de origem o atendimento de um direito previsto constitucionalmente, a ser provido de forma gratuita.

Quanto à possibilidade de trabalhar, 73% das pessoas entrevistadas disseram que já perderam algum emprego por não ter vaga em creche para seus filhos e 41% disseram que precisaram pagar creche particular por não ter vaga em creche pública para seus filhos. Os avós e um cuidador remunerado são as pessoas mais indicadas como um recurso em situações em que não é possível deixar os filhos na creche.

Quanto ao difícil acesso à educação, 73,9% disseram ter inscrito seus filhos no sistema de matrícula *online* em anos anteriores a 2017, e 86,5% disseram ter inscrito seus filhos no sistema de matrícula *online* da prefeitura em 2017.

A pesquisa indica, ainda, que o sistema de acesso à vagas criado pela prefeitura não é claro sobre a inscrição. Dos entrevistados, 30% disseram ter feito a inscrição em outro local que não o sistema de matrícula *online* da prefeitura, indicando que pode haver outras formas de acesso às vagas.

4 - ANEXO (QUESTIONÁRIO APLICADO)

Nome: _____

Idade: ____ anos.

Autodeclaração de raça/cor:

() branca; () preta; () parda; () amarela.

Escolaridade: () ensino fundamental (1º ao 9º ano ou antiga alfabetização e 1ª a 8ª série); () ensino médio (1º ao 3º ano); ensino superior; () ensino técnico.

Estado civil: () solteiro(a); () casado(a); () união estável; () divorciado(a); () separado(a); () viúvo(a).

Naturalidade: _____

Local onde reside (bairro): _____

Trabalha? () sim; () não.

Se sim, com carteira assinada: () sim; () não.

Ocupação: _____

Você tem quantos filhos? _____

Qual a idade dos seus filhos? _____

Você tem filhos mais velhos que frequentam ou frequentaram creche municipal na cidade do Rio de Janeiro? _____

Ele (s) conseguiram uma vaga num local perto da sua residência?
() sim; () não.

Se seus filhos mais velhos não conseguiram vaga na creche municipal e você trabalhava, quem cuidava deles?

() irmãos menores de 18 anos; () avós; () tios; () primos; () cônjuge ou companheiro(a); () o pai (mãe) deles; () cuidador remunerado; () creche particular; () outros.

Nas férias escolares, os filhos que estão em creche ficam com:

() irmãos menores de 18 anos; () avós; () tios; () primos; () cônjuge ou companheiro(a); () o pai(mãe) deles; () cuidador remunerado; () outros.

Já perdeu algum emprego por não ter vaga em creche para seus filhos?
() sim; () não.

Precisou pagar creche particular por não ter vaga em creche pública para seus filhos? () sim; () não.

Quantos filhos precisam da vaga em 2018? _____

Qual a idade dos filhos que precisam da vaga em 2018? _____

Você inscreveu seu (s) filho (s) no sistema de matrícula online em anos anteriores a 2017? () sim; () não

Você inscreveu seu(s) filho(s) no sistema de matrícula online da prefeitura em 2017? () sim; () não

Você fez a inscrição em outro local? () sim; () não.
Se sim, onde? _____

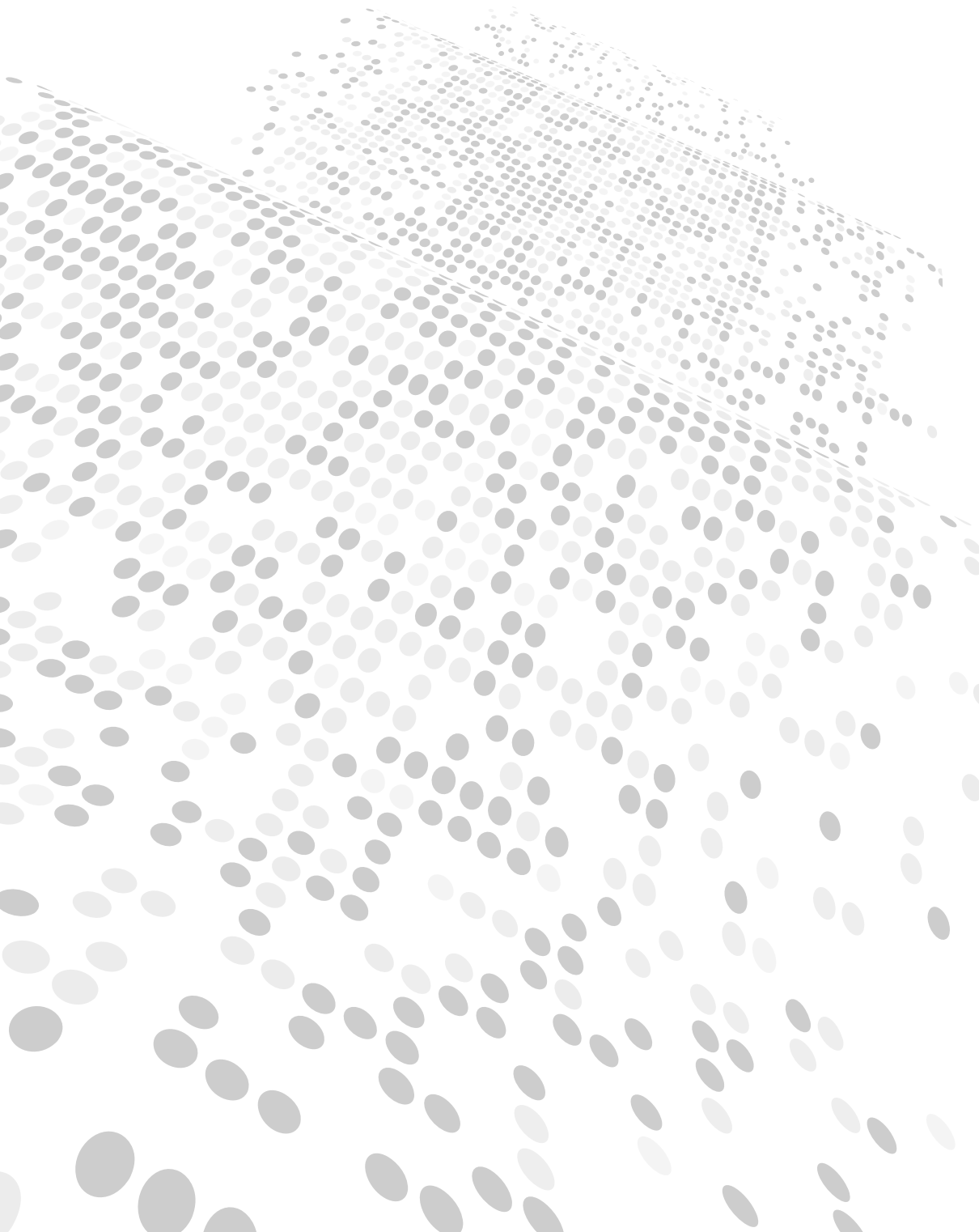
Há quanto tempo você está esperando a vaga? _____

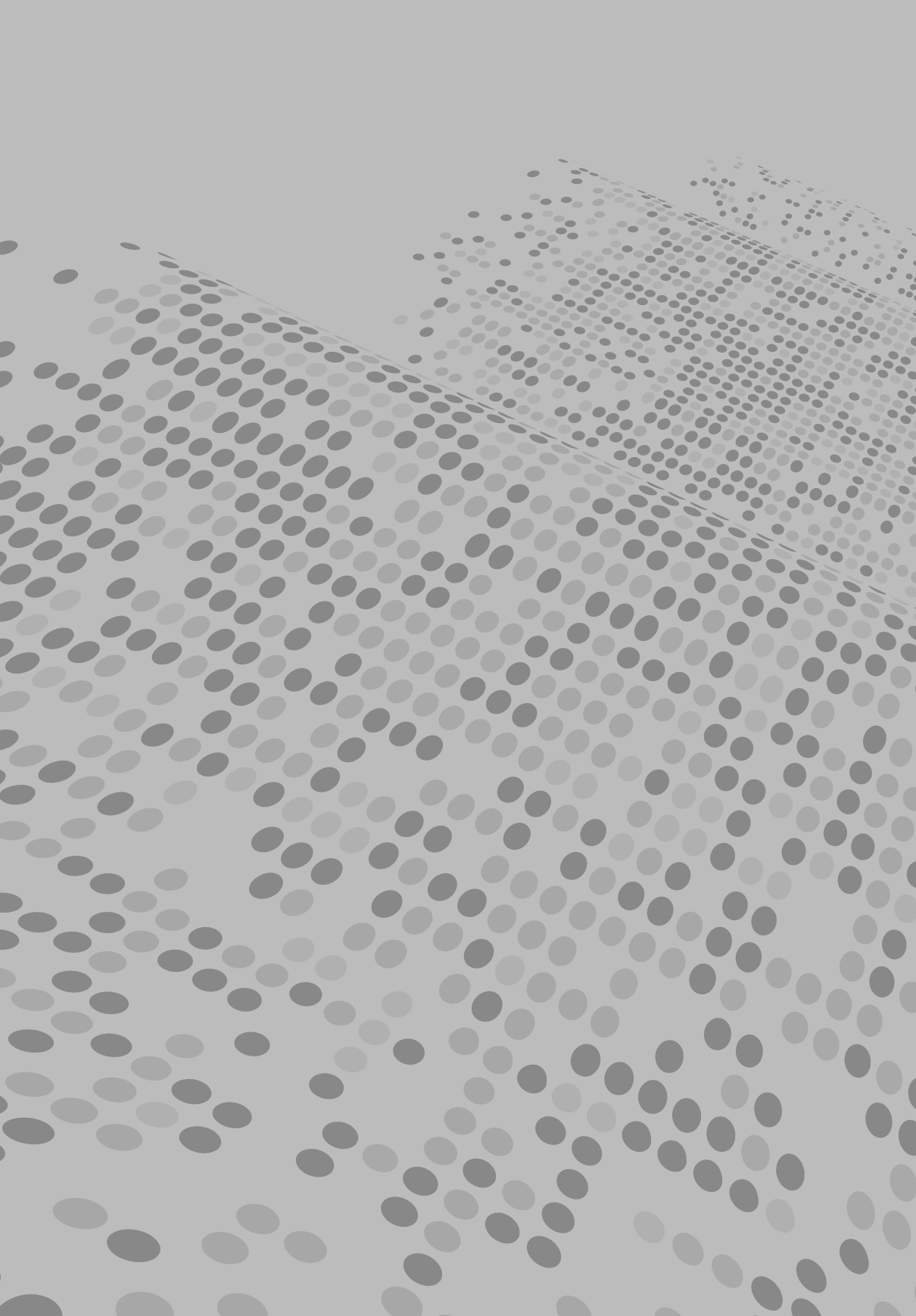
Algo aconteceu para que você precisasse da vaga na creche?

Você conseguiu a vaga antes e desistiu? Por que?

() distância de casa; () dentro de área de risco/confrontos;
() falta de transporte público; () gastos excessivos para deixar e buscar no local; () outros.

Enquanto você espera a vaga na creche, se estiver trabalhando, quem cuida dos seus filhos? () irmãos menores de 18 anos; () avós;
() tios; () primos; () cônjuge ou companheiro(a);
() o pai (a mãe) deles; () cuidador remunerado; () creche particular;
() outros.





CAPÍTULO 4

PERFIL DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO E A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

RESUMO

A pesquisa, realizada a partir dos dados da comissão de superendividamento do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, buscou identificar o perfil dos consumidores superendividados, as instituições financeiras e as modalidades de crédito onde se concentram as dívidas, e os resultados das renegociações, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho dos serviços prestados pela comissão, além de sistematizar os dados para melhor compreensão desse fenômeno recente.

ABSTRACT

The research, based on data from the over indebtedness commission of the Center for Consumer Defense of the Public Defender of Rio de Janeiro, sought to identify the profile of the super indebted consumers, financial institutions and credit modalities where the debts are concentrated and the results of renegotiations, with the aim of contributing to the improvement of the work of the services provided by the commission, besides systematizing the data for a better understanding of this recent phenomenon.

PALAVRAS-CHAVE

CONSUMIDOR; SUPERENDIVIDAMENTO; DEFENSORIA PÚBLICA; AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO; RENEGOCIAÇÃO; BANCOS.

1 - INTRODUÇÃO

Esse relatório foi realizado pela Diretoria de Estudos e Pesquisa de Acesso à Justiça¹ a partir da base de dados sobre o perfil dos assistidos atendidos pelo comissão de superendividamento do Núcleo de

¹ Esse relatório foi elaborado pela servidora Christiane Ferreira Martins, sob a coordenação da diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, Carolina Dzimidas Haber.

Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, extraída dos questionários de atendimento e das atas das audiências de conciliação, dos quais constam informações sobre: o perfil socioeconômico desses assistidos; as instituições financeiras onde se concentram suas dívidas; as modalidades de crédito em que as dívidas se posicionam; o estoque das dívidas e o quanto comprometem a renda das famílias; o número de audiências de renegociação; os bancos que participam; as negociações exitosas e não exitosas, e se há redução do valor da dívida nessas negociações; o volume nominal e percentual de descontos da dívida obtidos nas negociações; os juros da dívida renegociada; as modalidades de crédito que aparecem nas negociações; a demanda de renegociação em contratos de crédito consignados.

Esses dados foram extraídos com o intuito de responder a perguntas apresentadas previamente pelo Nudecon, por meio da coordenação da comissão de superendividamento, em busca do mapeamento da sua atuação para permitir o aperfeiçoamento dos seus serviços e mais eficiência no atendimento prestado aos consumidores.

Foram analisados 95 questionários e 123 atas de audiência de conciliação. O recorte inicial foi a análise dos casos que passaram pelas audiências de conciliação em 2017. A partir desse recorte, foram identificados os questionários de atendimento inicial desses consumidores, que possuem datas que vão de 2012 até 2017.

2 - PERFIL DOS CONSUMIDORES COM BASE NOS DADOS DO QUESTIONÁRIO DE ATENDIMENTO

2.1 – Faixa etária

A tabela a seguir indica, considerando os casos com informação, que o maior número de consumidores se concentra na faixa de 70 anos ou mais (29,35%), seguida pelas faixas de 55 a 59 anos (18,48%) e

60 a 69 anos (16,3%). Juntas, essas três faixas correspondem a 64,13% dos consumidores.

2.1.1 – Figura 1

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
18 a 24	0	0%
25 a 29	1	1,09%
30 a 34	1	1,09%
35 a 39	2	2,17%
40 a 44	7	7,61%
45 a 49	13	14,13%
50 a 54	9	9,78%
55 a 59	17	18,48%
60 a 69	15	16,3%
70 ou mais	27	29,35%
Subtotal	92	100%
Sem informação	3	–
TOTAL	95	–

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.2 – Gênero

Dos **95** consumidores que foram atendidos pela comissão de superendividamento do Nudecon, 66% são do gênero feminino e 34% do gênero masculino.

2.2.1 – Figura 2

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Feminino	63	66%
Masculino	32	34%
TOTAL	95	100%

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.3 – Faixa de renda

Para calcular a faixa de renda, foi considerado o salário mínimo de 2017 (R\$ 937,00), somando-se os salários brutos, as rendas complementares e a ajuda ou auxílio de mais alguém na renda do núcleo familiar. Cerca de 62% dos consumidores encontram-se na faixa de renda de renda com mais de cinco salários mínimos. Um dos consumidores não informou o valor da renda.

Sobre a renda complementar², temos: **72** consumidores informaram não possuir fonte de renda complementar; **3** não informaram; **9** possuem pensão (sendo que em um caso é a única fonte de renda); **2** possuem pensão e também são autônomos; **1** tem pensão e também recebe aluguel de imóvel; **4** possuem renda de aluguel de imóvel (sendo que em um caso é a única fonte de renda); **1** recebe auxílio de parentes/amigos; **1** é cuidador de idoso; **1** tem um consultório médico e 1 serve almoço aos domingos em escola.

2.3.1 – Figura 3

FAIXA DE RENDA (SALÁRIO MÍNIMO)	QUANTIDADE
Até 1	6
Mais de 1 até 2	6
Mais de 2 até 3	8
Mais de 3 até 5	16
Mais de 5 até 10	33
Mais de 10 até 20	17
Mais de 20	8
TOTAL	94

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

² O questionário dá como exemplo de fonte de renda complementar: pensão, auxílio de parentes, trabalho autônomo etc.

2.3.2 – Consumidores únicos provedores da família:

A tabela abaixo indica quantas pessoas residem com consumidores que são os únicos provedores da família, incluindo o consumidor na coluna “número de pessoas que residem na mesma casa”.

Conforme demonstrado na tabela, 67% dos consumidores atendidos pela comissão de superendividamento são os únicos provedores da família.

2.3.3 – Figura 4: Pessoas que residem com consumidores/únicos provedores da família

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS QUE RESIDEM NA MESMA CASA	QUANTIDADE
25 a 29	6	1
35 a 39	1	1
	2	1
40 a 44	1	2
	2	1
	3	2
	4	1
45 a 49	1	1
	2	1
	3	2
	4	3
50 a 54	2	1
	3	2
	5	1
55 a 59	1	3
	2	2
	3	3
	4	4
60 a 69	1	4
	2	2
	3	2
	6	1

continua >

70 ou mais	1	4
	2	4
	3	3
	5	4
Sem informação	–	8
TOTAL		64

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dos oito casos sem informação, dois que estavam na faixa dos 60 a 69 anos, e quatro na faixa de 70 anos ou mais não informaram o número de pessoas residentes na mesma casa; os outros dois casos não informaram a idade, sendo que quanto ao número de pessoas residentes na mesma casa, um informou uma pessoa e o outro informou quatro pessoas.

2.3.4 – Consumidores que contam com auxílio de mais alguém na renda familiar:

A tabela abaixo indica quantas pessoas residem com os consumidores que não são os únicos provedores da família. Não há indicação no questionário do número de pessoas que contribuem para o sustento da família.

2.3.5 – Figura 5: Pessoas que residem com consumidores que contam com auxílio

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS QUE RESIDEM NA MESMA CASA	QUANTIDADE
40 a 44	4	1
45 a 49	3	1
	4	3
	5	1
	7	1

continua >

50 a 54	2	1
	3	2
	4	1
	5	1
55 a 59	3	3
	4	1
60 a 69	2	1
	3	1
70 ou mais	1	2
	2	3
	3	1
	5	1
Sem informação	–	1
TOTAL		26

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O único caso sem informação em relação à faixa etária menciona quatro pessoas que residem na mesma casa. Há cinco casos sem a informação sobre o consumidor ser ou não o único provedor da família.

2.4 – Profissão

Do total, 55 consumidores disseram ser do serviço público, o que corresponde a 68% dos casos com informação, sendo **37** ativos e **18** inativos.

2.4.1 – Figura 6

OCUPAÇÃO ATUAL	QUANTIDADE
Administrador	1
Agente da polícia federal	1
Analista de sistemas	2
Analista judiciário	2
Aposentado (a)	34
Assistente administrativo	1

continua >

Assistente social	3
Autônomo	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar técnico	1
Coordenador na Petrobrás	1
Cuidador / Aposentada	1
Defensor Público	1
Dentista	1
Designer e Professor	1
Do lar	2
Doméstica	1
Enfermeira	1
Enfermeira e Professora	1
Engenheira (Civil e outra)	2
Fisioterapeuta	1
Mecânico de Aeronave	2
Médico	1
Militar	2
Oficial de Justiça (Avaliador e outro não informado)	2
Pensionista	2
Pensionista e aposentada	1
Professor (a)	4
Servidor público (Municipal, Estadual ou Federal)	12
Técnico de laboratório	1
Técnico de enfermagem	1
Técnico judiciário	1
Técnico universitário	2
Vendedor desempregado	1
Vigilante	1
Sem informação	2
TOTAL	95

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS x CONCENTRAÇÃO DA DÍVIDA DOS CONSUMIDORES (com base nos dados do questionário de atendimento)

Foram contabilizadas **56** instituições financeiras e **22** outros credores de endividamento, que disponibilizaram um total de **1.204** serviços. Além desses, foram informados mais **10** serviços, porém não havia no questionário identificação dos credores que os forneceram.

O grupo composto por cinco bancos - Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Santander, Bradesco e Caixa Econômica - concentra 66% dos serviços que foram disponibilizados, destacando-se os bancos Itaú e Bradesco com a maior quantidade de serviços oferecidos.

Outras três instituições, Banco BMG, Banco PAN e Crefisa concentram respectivamente, 4%, 3,7% e 2,6% dos serviços disponibilizados.

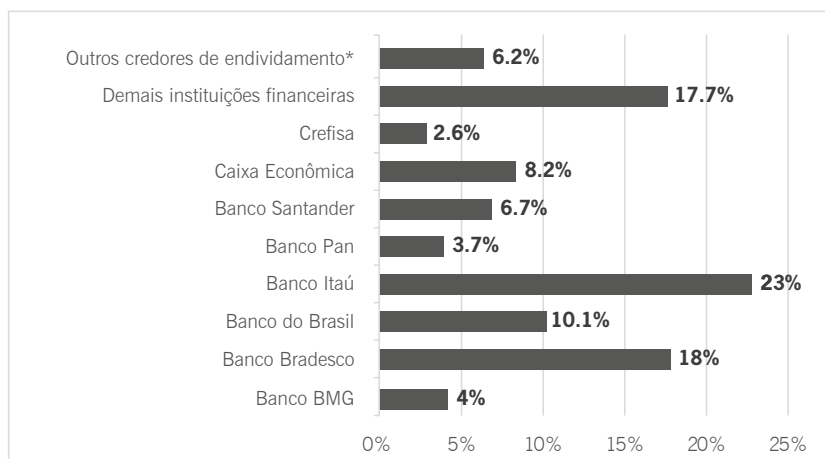
A seguir, a tabela e o gráfico com os dados sobre os serviços disponibilizados aos **95** consumidores pelas instituições financeiras e demais credores.

3.1 – Figura 7

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS/CREDORES	QUANTIDADE
Banco BMG	48
Banco Bradesco	218
Banco do Brasil	123
Banco Itaú	279
Banco PAN	45
Banco Santander	81
Caixa Econômica	99
Crefisa	31
Demais instituições financeiras	215
Outros credores de endividamento (incluindo os casos sem informação)	75
TOTAL	1.214

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.2 – Figura 8



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Além das instituições descritas na tabela, compõem o grupo das demais instituições financeiras: Alfa S.A.; Banco Arbi; Banco Banrisul; Banco BGN; Banco BIC; Banco BMC; Banco Bonsucesso; Banco Cacique; Banco Cruzeiro do Sul; Banco Daycoval; Banco de Brasília - BRB; Banco Fibra; Banco IBI; Banco Industrial; Banco Mercantil do Brasil - BMB; Banco Olé Bonsucesso; Banco Panamericano; Banco Safra; Banco Votorantim; BV Financeira; CCB Brasil Financeira; Cetelem; Citicard; Citibank; COOP Justiça; COOPERFORT; COOPUERJ; Credicard; FHE – Fundação Habitacional do Exército; FIPECQ – Fundação de Previdência Complementar dos Servidores; Fundação Telos; HSBC; LECCA Financeira; Losango; Mastercard; NETPOINT; NUBANK; Olé Consignado; Paraná Banco; Porto Cred; Porto Seguro; Prece Previdência; PREV RIO Financiamento Imobiliário; SABEMI; SICOOB/ADPERJ; Simplic; Tribanco - TRICARD e VISA.

O grupo dos outros credores de endividamento é composto por: American Express; Americanas.com; Atual Premium; C&A; Carrefour; Casas Bahia; CCCPM; CCCPM ERAP; Centro de Educação Religiosa Israelita; DI SANTINNI; Casas Guanabara; Hortifrutti; Leader S.A.; Leroy Merlim; Marisa; Nextel; Oi fixo; Petros; Renner; Riachuelo; Submarino e TIM.

3.3 – Modalidades de crédito

As operações de crédito mais utilizadas pelos consumidores junto às diversas instituições são: crédito consignado; cartão de crédito; cartão de crédito consignado; empréstimo/crédito pessoal; CDC; cheque especial e operações de renegociação de débito/dívida – acordo. Juntas somam 82,9% do total das operações de crédito contabilizadas, destacando-se o crédito consignado, que aparece em 41,8% dos casos.

Em 12,6% dos casos, os consumidores não informaram em que tipo de operação a dívida foi contraída. As demais operações de crédito correspondem à 4,5% dos casos.

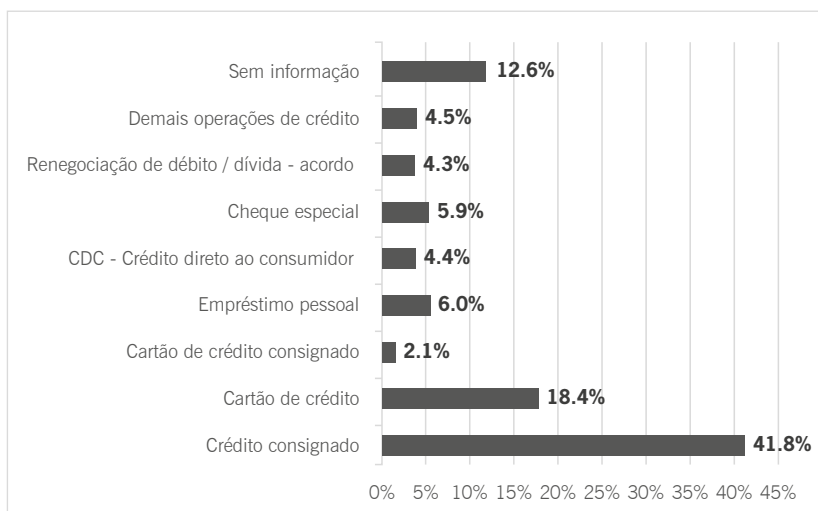
3.3.1 – Figura 9: Número de serviços por operações de crédito realizadas pelos 95 consumidores

MODALIDADES DE CRÉDITO	QUANTIDADE
Crédito consignado	508
Cartão de crédito	223
Cartão de crédito consignado	25
Empréstimo pessoal	73
CDC – Crédito direto ao consumidor	53
Cheque especial	72
Renegociação de débito/dívida-acordo	52
Demais operações de crédito	55
Sem informação	153
TOTAL	1.214

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Foram consideradas como “demais operações de crédito” (com as respectivas quantidades e instituições credoras): **6 empréstimos em folha** (4 - Itaú e 2 Leader); **7 cheques** (1 - Banco Cacique; 2 - BB; 1 - Banco Panamericano; 1 - Citibank; 2 - Losango); **7 crediários** (4 - Itaú e 3 - Casas Bahia); **3 financiamentos de bens móveis/imóveis** (1 - BB; 01 - CEF e 01 - Itaú); **4 consórcios** (2 - Bradesco e 2 - BB); **1 operação em c/c de terceiros/esposa** (Bradesco); **2 vida e previdência** (Bradesco); **1 IRRF** (Bradesco); **6 créditos de salário** (BB); **3 títulos de capitalização** (2 - BB e 1 Santander); **1 seguro de carro** (BB); **1 crédito de terceiros** (BB); **1 adiantamento de 13º salário** (Santander); **2 financiamentos de carro** (1 - Santander e 1 BV Financeira); **1 boleto** (CEF); **2 carnês** (1 - Casas Bahia e 1 Renner); **1 seguro residencial** (Itaú); **3 títulos** (sem informação sobre a instituição); **3 telefonia** (Oi Fixo, Nextel, TIM).

3.3.2 – Figura 10: Gráfico com o percentual das operações de crédito por modalidade



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4 – Análise da concentração das instituições financeiras em determinado produto bancário

3.4.1 – Crédito consignado:

Com 41,8% do total das operações de crédito, segundo informação extraída dos questionários de atendimento, o crédito consignado foi a modalidade de crédito mais utilizada pelos consumidores.

As instituições financeiras que concentram a maior quantidade de serviços na modalidade crédito consignado são: Banco Bradesco (19,3%), Banco Itaú (17,5%), Banco Pan (7,9%), Caixa Econômica (6,5%) e Banco do Brasil (5,7%). Juntas somam 56,9% desse tipo de empréstimo.

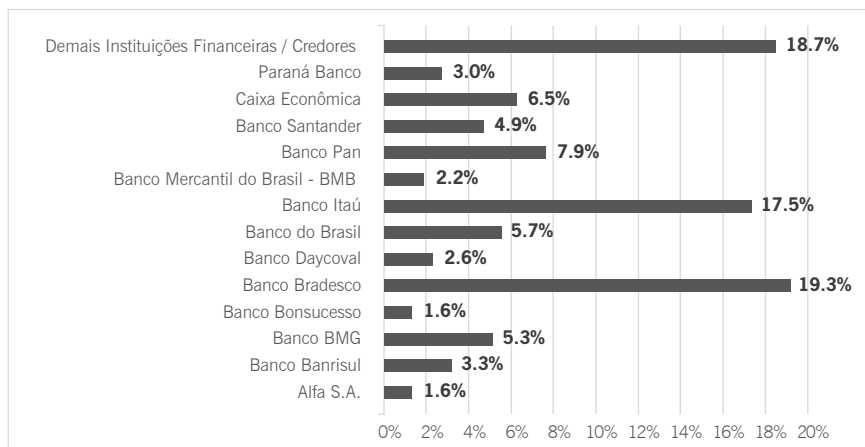
A seguir a tabela e o gráfico com os dados referentes aos números e percentuais da modalidade crédito consignado por instituições de financeiras/credores.

3.4.1.1 – Figura 11: Crédito consignado por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Alfa S.A.	8
Banco Banrisul	17
Banco BMG	27
Banco Bonsucesso	8
Banco Bradesco	98
Banco Daycoval	13
Banco do Brasil	29
Banco Itaú	89
Banco Mercantil do Brasil - BMB	11
Banco PAN	40
Banco Santander	25
Caixa Econômica	33
Paraná Banco	15
Demais instituições financeiras/credores	95
TOTAL	508

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.1.2 – Figura 12: Percentual das operações de crédito consignado



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.2 – Cartão de crédito:

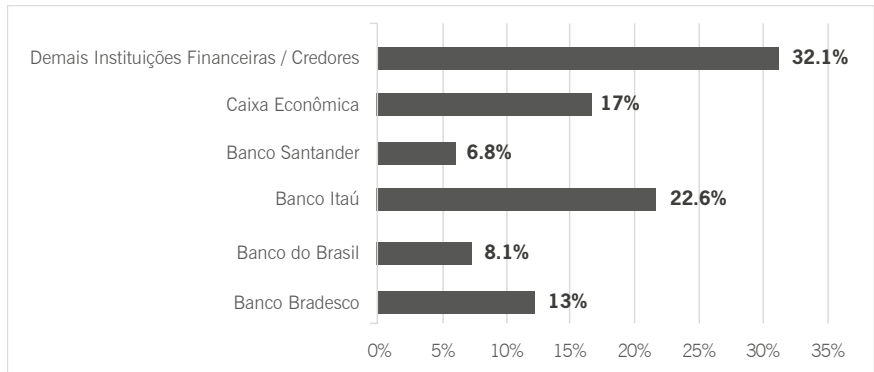
Esse produto bancário tem como principais instituições fornecedoras do serviço os cinco bancos já mencionados: Bradesco, banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú e Santander. Juntos somam 68% do total desse serviço oferecido aos consumidores, com destaque para o Banco Itaú que é o maior fornecedor desse serviço (22,6% do total).

3.4.2.1 – Figura 13: Cartão de crédito por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Banco Bradesco	29
Banco do Brasil	18
Banco Itaú	50
Banco Santander	15
Caixa Econômica	38
Demais instituições financeiras/credores	71
TOTAL	221

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.2.2 – Figura 14: Percentual das operações de cartão de crédito



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.3 – Cartão de crédito consignado:

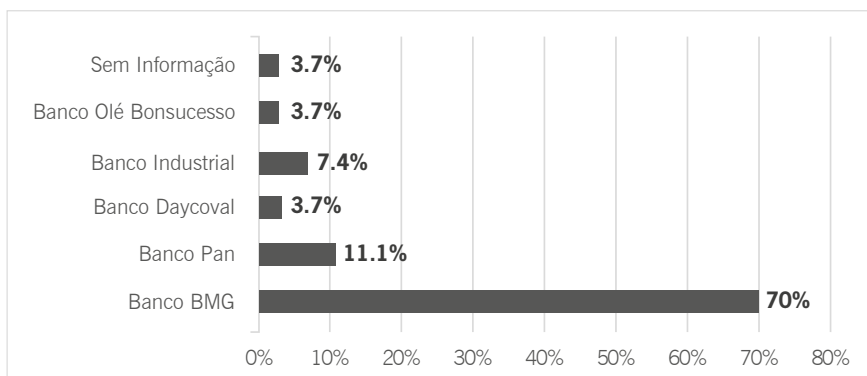
Nessa modalidade de crédito, temos o Banco BMG como o maior fornecedor de serviços (70% do total). Há apenas um caso em que não foi informada a instituição credora do serviço.

3.4.3.1 – Figura 15: Cartão de crédito consignado por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Banco BMG	19
Banco PAN	3
Banco Daycoval	1
Banco Industrial	2
Banco Olé Bonsucesso	1
Sem informação	1
TOTAL	27

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.3.2 – Figura 16: Percentual das operações de cartão de crédito consignado



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.4 – Empréstimo/crédito pessoal:

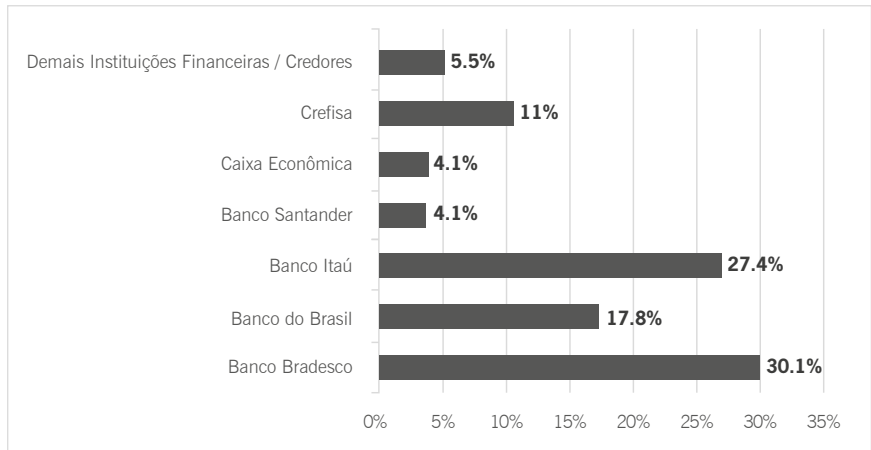
As instituições que mais forneceram esse tipo de produto aos consumidores foram os bancos Bradesco e Itaú, com 30,1% e 27,4% do total, respectivamente. Juntos somam mais da metade do que foi oferecido nessa modalidade de crédito.

3.4.4.1 – Figura 17: Empréstimo/crédito pessoal por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Banco Bradesco	22
Banco do Brasil	13
Banco Itaú	20
Banco Santander	3
Caixa Econômica	3
Crefisa	8
Demais instituições financeiras/credores	4
TOTAL	73

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.4.2 – Figura 18: Percentual das operações de empréstimo/crédito pessoal



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.5 – CDC (Crédito Direto ao Consumidor):

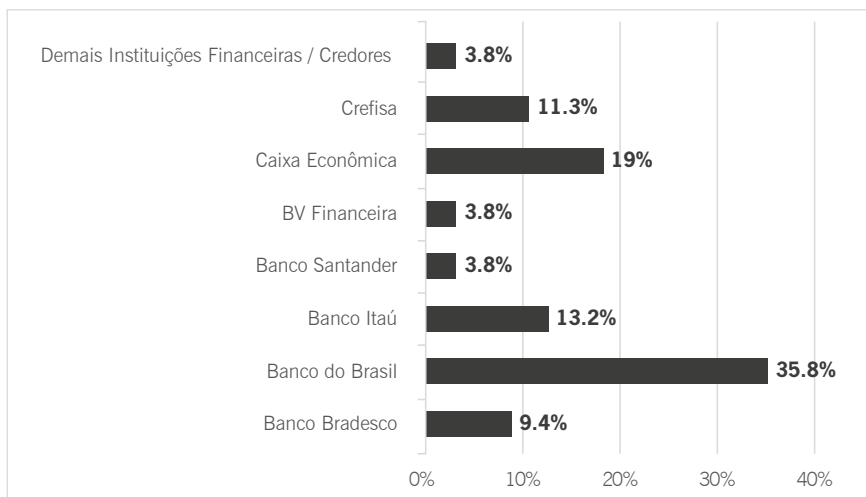
As operações de CDC têm o Banco do Brasil e a Caixa Econômica como maiores fornecedores desses serviços aos consumidores, correspondendo a 35,8% e 19% do total, respectivamente. Juntos, os dois bancos detêm 54,8% desses serviços.

3.4.5.1 – Figura 19: CDC por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Banco Bradesco	5
Banco do Brasil	19
Banco Itaú	7
Banco Santander	2
BV financeira	2
Caixa Econômica	10
Crefisa	6
Demais instituições financeiras/credores	2
TOTAL	53

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.5.2 – Figura 20: Percentual das operações de CDC



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.6 – Cheque especial:

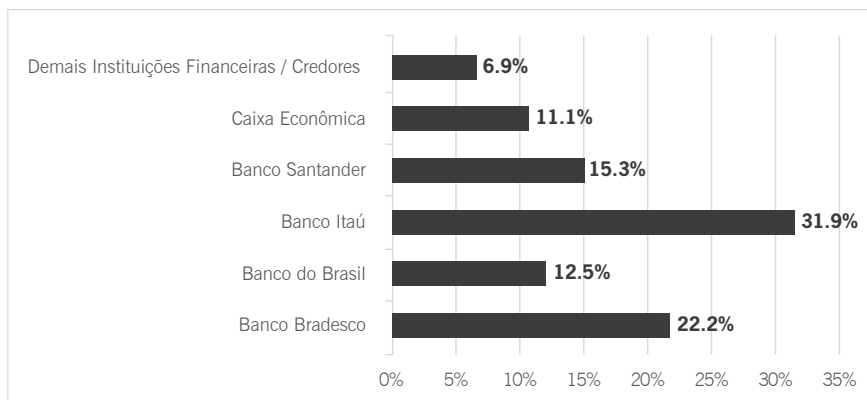
A modalidade cheque especial tem o banco Itaú como maior fornecedor desse serviço aos consumidores (31,9%). Em seguida aparecem os bancos Bradesco e Santander, com 22,2% e 15,3% do total, respectivamente.

3.4.6.1 – Figura 21: Cheque especial por instituição financeira

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
Banco Bradesco	16
Banco do Brasil	9
Banco Itaú	23
Banco Santander	11
Caixa Econômica	8
Demais instituições financeiras/credores	5
TOTAL	72

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.4.6.2 – Figura 22: Percentual das operações de cheque especial



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.5 – Panorama dos serviços fornecidos pelas instituições financeiras por modalidades de crédito com os cinco bancos que mais fornecem esses serviços e as demais instituições/credores

Conforme já mencionado, das **1.214** operações de crédito informadas nos questionários de atendimento, **800** foram fornecidas pelo grupo dos cinco bancos indicados na tabela: banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal, o que representa 66% dos serviços que foram fornecidos. Os bancos Itaú e Bradesco aparecem em destaque, com 23% e 18%, respectivamente, do total de serviços fornecidos.

Dos **508** créditos consignados, 54% se concentraram no grupo dos cinco bancos mencionados acima. Os serviços de cartão de crédito concentram 68% das operações nesse grupo. Já as operações de empréstimo pessoal, CDC e cheque especial têm 84%, 81% e 93%, respectivamente, dos serviços fornecidos por esses cinco bancos.

Nas operações de renegociação de débito/dívida/acordo, com exceção da Caixa Econômica Federal, que não aparece como fornecedora desse tipo de serviço, os bancos do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander contam com 94% dessas operações. Já nas operações de cartão de crédito consignado não aparecem nenhum desses cinco bancos.

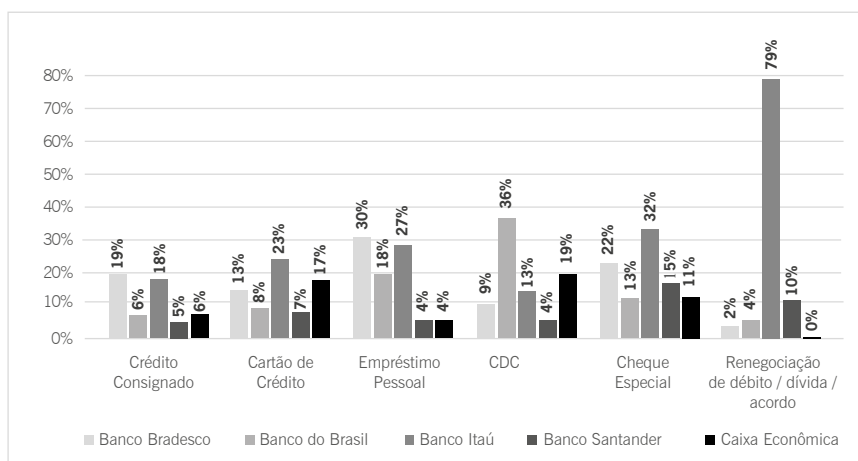
A modalidade de crédito mais utilizada pelos consumidores é o crédito consignado, sendo o banco Bradesco a instituição que mais forneceu esse serviço, seguida do banco Itaú e da Caixa Econômica Federal. O banco Itaú foi o maior fornecedor das operações de cartão de crédito e cheque especial. O Bradesco também foi o que mais forneceu empréstimo pessoal, seguido pelo banco Itaú. E as operações de CDC tiveram como maior fornecedor o Banco do Brasil.

3.5.1 – Figura 23: Quantidade de serviços por modalidade de crédito

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	CRÉDITO CONSIGNADO	CARTÃO DE CRÉDITO	CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	EMPRÉSTIMO PESSOAL	CDC	CHEQUE ESPECIAL	RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITO/DÍVIDA/ACORDO	DEMAIS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
Banco Bradesco	98	29	0	22	5	16	1	6	41	218
Banco do Brasil	29	18	0	13	19	9	2	15	18	123
Banco Itaú	89	50	0	20	7	23	41	10	39	279
Banco Santander	25	15	0	3	2	11	5	3	17	81
Caixa Econômica Federal	33	38	0	3	10	8	0	2	5	99
Demais financeiras/credores	234	71	27	12	10	5	3	19	33	414
TOTAL	508	221	27	73	53	72	52	55	153	1214

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3.5.2 – Figura 24: percentual das operações de crédito (as seis mais utilizadas) dos cinco bancos maiores fornecedores de crédito



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

4 - ESTOQUE TOTAL DE DÍVIDA DOS CONSUMIDORES (ETDC) E ESTOQUE MÉDIO - PER CAPITA - DE DÍVIDA DOS CONSUMIDORES (EMDC) ATENDIDOS NO NUDECON (com base nos dados do questionário de atendimento)

O valor referente ao estoque total da dívida dos consumidores (ETDC) corresponde ao somatório dos empréstimos consignados, dos cartões de crédito, das obrigações debitadas em conta corrente, das obrigações desvinculadas da conta corrente, com todas as instituições, sendo adimplentes ou não.

Para se chegar ao estoque exato dos 95 consumidores, seria necessário que todos os consumidores informassem o valor do total estimado referente aos cartões de crédito e o valor atual total do débito referente aos consignados e às obrigações debitadas e desvinculadas em conta corrente. Porém, em muitos questionários, esses valores não foram preenchidos, apenas foram informados os valores das faturas e das prestações.

Dos consumidores, **51** informaram o estoque total de consignados, **33**, o estoque total de cartão de crédito, **49**, as obrigações debitadas e **30**, as obrigações desvinculadas em conta corrente.

O valor encontrado do ETDC foi de R\$ 2.402.177,86. Para responder a pergunta sobre qual seria o ETDC por dia, foi preciso considerar os dias em que foram realizadas as audiências de conciliação, no total de 53 dias, concluindo-se que o ETDC por dia é de R\$ 45.324,11.

Quanto ao cálculo do estoque médio de dívida dos consumidores (EMDC) foram considerados os **163** consumidores que informaram o estoque total das modalidades indicadas acima, chegando-se ao valor de R\$ 56.213,95.

5 - PERCENTUAL MÉDIO DA RENDA DAS FAMÍLIAS CONSUMIDO PELO ENDIVIDAMENTO

Para o cálculo desse percentual foram utilizados os valores da renda mensal familiar em relação aos pagamentos referentes às prestações de empréstimos consignados (valor das prestações), cartões de crédito (valor atual das faturas), as obrigações debitadas em conta corrente (valor das prestações) e as obrigações desvinculadas da conta corrente (valor das prestações), todos referentes a pagamentos adimplentes ou não. Foram analisados 94 consumidores, porque um consumidor não informou o valor da renda mensal familiar. O percentual médio encontrado foi de 90%.

5.1 – Exposição de casos extremos

Para analisar os casos extremos foram separados 10 consumidores com maior índice de endividamento. A faixa de renda desses consumidores varia de 1 até 5 salários mínimos. Os percentuais de endividamento vão de 320% até 1067%. A seguir, a tabela com os dados.

5.1.1 – Figura 25

% ENDIVIDAMENTO	RENDA FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS)
320%	1
357%	4
359%	4
366%	2
377%	5
465%	4
468%	1
530%	5
646%	4
1067%	4

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

5.2 – Percentual de endividamento em diferentes faixas de renda

Para análise desses dados foi utilizado o grupo de faixas de renda familiar disposto no item 2.3 e calculado o percentual médio por faixa de renda. Os consumidores integrantes das faixas de renda familiar até um salário mínimo, mais de um até dois, mais de três até cinco e mais de dez até vinte, estão acima do percentual médio global (90%). A seguir, a tabela com os percentuais.

5.2.1 – Figura 26

FAIXA DE RENDA FAMILIAR	% MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO	VARIAÇÃO
Até 1	206%	38% a 468%
Mais de 1 até 2	94%	48% a 366%
Mais de 2 até 3	79%	37% a 300%
Mais de 3 até 5	219%	28% a 1067%
Mais de 5 até 10	68%	20% a 245%
Mais de 10 até 20	117%	29% a 276%
Mais de 20	47%	30% a 173%

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6 - RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM BASE NOS DADOS DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

De acordo com os dados extraídos das atas de conciliação de 2017, **123** audiências de conciliação foram realizadas, **153** propostas foram colocadas em pauta para análise e **306** modalidades de crédito foram apresentadas como objeto de negociação.

Por mês, foram realizadas, em média, **10** audiências de conciliação, **13** propostas colocadas em pauta e avaliadas **26** modalidades de crédito nos objetos de negociação.

6.1 – Figura 27: Quantidade de audiências de renegociação, propostas e modalidades de crédito por mês, no ano de 2017

MÊS	Nº DE AUDIÊNCIAS	PROPOSTAS EM PAUTA	MODALIDADES DE CRÉDITO
Jan	4	4	16
Fev	7	13	13
Mar	13	17	28
Abr	14	17	22
Mai	7	7	23
Jun	20	25	42
Jul	10	13	33
Ago	9	10	27
Set	9	10	14
Out	10	14	40
Nov	13	16	30
Dez	7	7	18
TOTAL	123	153	306

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6.2 – Propostas apresentadas pelas instituições financeiras/credores

Os objetos de negociação incluem as modalidades de crédito em que se concentram as dívidas dos consumidores e que são apresentadas nas propostas das audiências de conciliação.

Em algumas atas de conciliação, os objetos de negociação são separados por valor da dívida e por propostas de negociação; e, em outras, são separados pelo valor da dívida, com apenas uma proposta de negociação.

Das propostas colocadas em pauta nas 123 audiências de conciliação, 61% foram exitosas, 29% foram não exitosas, 1% ficou sob análise e em 9% dos casos não houve proposta.

Não foi possível identificar, nas atas, os acordos de cooperação. Serão apresentados os dados das instituições financeiras que participaram da renegociação e se as propostas foram aceitas ou não.

A seguir, a tabela com os resultados encontrados nas atas das audiências de conciliação sobre as propostas das instituições financeiras/credores que participaram das renegociações.

6.2.1 – Figura 28

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / CREADOR	PROPOSTAS EM ANÁLISE	NÃO HOUVE PROPOSTA	PROPOSTAS NÃO EXITOSAS	PROPOSTAS EXITOSAS	TOTAL DE PROPOSTAS EM PAUTA POR INSTITUIÇÃO	OBJETOS DE NEGOCIAÇÃO POR INSTITUIÇÃO
Bradesco Cartões	0	0	1	0	1	1
Bradesco	2	7	9	12	30	43
Banco do Brasil	0	2	8	3	13	32
Itaucard	0	2	16	33	51	116
Santander (Brasil)	0	2	6	15	23	54
Crefisa	0	1	3	20	24	24
Itaú Unibanco	0	0	1	10	11	36
TOTAL	2	14	44	93	153	306

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Nos casos da renegociação do Banco Bradesco, em que não houve proposta, os motivos foram: (1) ausência da parte reclamante; (2) inadimplência da consumidora; e (3) ausência de contraproposta do banco porque o débito proveio de empréstimo consignado. Nos demais casos indicados, não há justificativa na ata de conciliação.

Em um dos casos de proposta em análise desse mesmo banco, foi o consumidor quem fez a proposta e estava aguardando uma resposta da instituição.

Em relação ao Banco do Brasil, em um dos dois casos em que não houve proposta, a justificativa apresentada foi a inadimplência de crédito consignado.

Não foi apresentada justificativa nos casos de renegociação dos bancos Itaucard e Santander em que não houve proposta.

O único caso de renegociação da Crefisa em que não houve proposta se justificou porque o contrato foi liquidado.

6.2.2 – Figura 29: Percentual das renegociações exitosas

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/CREDOR	PROPOSTAS EXITOSAS	(%) PROPOSTAS EXITOSAS POR Nº DE PROPOSTAS EM PAUTA	TOTAL DE PROPOSTAS EM PAUTA POR INSTITUIÇÃO
Banco Bradesco Cartões	0	0%	1
Banco Bradesco	12	40%	30
Banco do Brasil	3	23%	13
Banco Itaucard	33	65%	51
Banco Santander (Brasil)	15	65%	23
Crefisa	20	83%	24
Itaú Unibanco	10	91%	11
TOTAL	93	61%	153

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O percentual total de renegociações exitosas foi de 61%. Em relação às instituições, destacamos o Itaú Unibanco, que teve **10** renegociações exitosas de **11** propostas que foram colocadas em pauta, ou seja, 91% das propostas foram exitosas, e também a Crefisa, com 83% de renegociações exitosas. Já o Banco do Brasil teve apenas 23% das renegociações exitosas.

6.2.3 – Redução da dívida nas renegociações

Levando-se em consideração o valor da dívida na data da audiência de conciliação e o valor total do parcelamento, é possível afirmar que em **49** das **153** propostas apresentadas nas atas de conciliação houve redução do valor da dívida. Em **78** casos não houve redução. Há **9** casos em que os contratos foram encerrados/baixados e as dívidas foram liquidadas e **1** caso em que não foi informado o número de parcelas. Ainda, **2** casos estavam em análise e em **14** casos não foram apresentadas propostas.

Das **93** negociações exitosas, houve redução em **36** delas, o que corresponde a 38,71% do total, sendo que em **21** delas a redução se deu através de desconto com pagamento das prestações na pontualidade e em **15** casos através de algum tipo de abatimento da dívida. Ainda em relação às negociações exitosas, 9,68% tiveram a dívida liquidada por contrato encerrado/baixado.

O percentual de desconto nas prestações fornecido pelas instituições nas renegociações exitosas varia de 34% a 90%. Apenas três instituições forneceram descontos: Banco Itaucard (**12** casos – variam de 49% a 90%), Crefisa (**2** casos - 34% e 43%) e Itaú Unibanco. (**7** casos – variam de 55% a 85%). Nos outros **15** casos de redução da dívida, apenas em **2** deles houve desconto, de 61% e 63,2%, e nos demais não há informação sobre a forma de abatimento.

6.2.4 – Volume nominal e percentual de descontos da dívida obtidos nas renegociações - comparação entre os bancos

6.2.4.1 – Figura 30: Tabela com o total das negociações

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ CREDOR	Nº DE NEGOCIAÇÕES COM REDUÇÃO	VOLUME NOMINAL DOS DESCONTOS	VALOR DA DÍVIDA	(%) DE DESCONTOS EM RELAÇÃO À DÍVIDA
Banco do Brasil	1	12.037,41	24.087,41	49,97
Banco Itaucard	21	702.259,65	1.044.275,28	67,25
Banco Santander (Brasil)	5	27.825,74	97.294,46	28,60
Crefisa	14	45.950,40	74.398,40	61,76
Itaú Unibanco	8	435.433,87	534.329,77	81,49
TOTAL	49	1.223.507,07	1.774.385,32	68,95

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Nas **36** negociações exitosas que tiveram redução do valor da dívida, o volume nominal de descontos foi de R\$ 409.395,98 e o percentual de descontos em relação à dívida foi de 57,82%.

Das **13** negociações não exitosas que tiveram redução do valor da dívida, o volume nominal de descontos foi de R\$ 814.111,09 e o percentual de descontos em relação à dívida foi de 76,34%.

Os bancos Bradesco Cartões e Bradesco não apareceram nas negociações com redução do valor da dívida, e este último teve 40% das propostas exitosas.

É importante destacar o caso de uma consumidora que participou de duas audiências de conciliação, uma em maio/2017 e outra em agosto/2017, com um valor elevado de dívida (R\$ 345.912,08 com o Itaú Unibanco e R\$ 383.738,59 com Itaucard) e descontos elevados das prestações na pontualidade, de 95,23% e 95% (R\$ 319.148,28 e R\$ 352.919,69), respectivamente, porém a mesma não aceitou as propostas.

6.2.5 – Juros da dívida original negociada

Apenas 22 atas de conciliação com 25 propostas de negociação trouxeram informação sobre os juros da dívida original negociada, conforme a tabela a seguir.

Há duas atas de conciliação com informação de taxa flutuante da dívida original.

6.2.5.1 – Figura 31

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	JUROS	Nº DE PROPOSTAS
Banco Bradesco	2%	2
	1% a.m.	1
	1,2% a.m. e 1,5% a.m.	1
	13,33% a.m.	1
	2,60% a.m.	1
	3,92% a.m.	1
	9,41% a.m.; 13, 19% a.m; 4,31% a.m	1
Banco do Brasil	2%	1
Banco Itaúcard	6%	1
	7%	1
	3,48% a.m.	1
	5,84%; 4,87%; 5,93%	1
	7,99%; 7,99%; 7,84%	1
Banco Santander (Brasil)	1% a.m.	1
	1,81% a.m.	1
	4,77% a.m.	1
	5,78% a.m.	1
Crefisa	22%	4
	16,5% a.m.	1
	22% a.m.	2
TOTAL		25

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6.2.6 – Os juros e o CET (Custo Efetivo Total) da dívida renegociada na conciliação – comparação entre os bancos

Foram **83** atas de conciliação e **104** propostas de negociação com informação sobre os encargos embutidos nas prestações das dívidas renegociadas. A seguir, a tabela com os dados.

6.2.6.1 – Figura 32

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	JUROS E CET	Nº DE PROPOSTAS
Banco Bradesco Cartões	3,5% a.m.	1
Banco Bradesco	1,0%	1
	1,2%	1
	2%	2
	2,5%	1
	3,5%	1
	1% a.m.+IOF parcelas	1
	1% prefixado	3
	1,1% a.m.	1
	1,1% a.m. + IOF nas parcelas	1
	1,10% a.m. + IOF debitado em c/c após o acordo	1
	1,2% + IOF na parcela	1
	1,2% a.m.+IOF (15 dias após o acordo)	1
	1,5% a.m.	1
	2,5% a.m.	1
	IOF (que não fará parte da negociação e será pago a parte)	1
Banco do Brasil	1ª opção - CDI + 0,5%; 2ª opção - IRP + 1%; 3ª opção - garantia hipotecária	1
	2,99% a.m.	3
	3,45% a.m. OU 2,2% a.m. (c/ desc.)	1

continua >

Banco Itaúcard	Sem juros	1
	1,5%	1
	1,25% a.m.	1
	1,25% a.m. + IOF 0,0082% nas 1ª e 2ª parcelas	5
	1,25% a.m. + IOF aproximada / R\$5,00 na 1ª ou 2ª parcela	1
	1,5% a.m.	25
	2% a.m.	1
	2,19% a.m.	1
	2,5% a.m.	3
	2,5% a.m. + IOF 0,38% já nas parcelas	3
	3% a.m. + IOF 0,38% já nas parcelas	1
	3,5% a.m.	1
	7,9% a.m.	1
	8,8% a.m. + IOF de R\$5,00	1
	8,9% a.m.	1
Banco Santander (Brasil)	0,5% a.m.	1
	0,5% a.m. + IOF R\$1196,00 na 2ª parcela	1
	0,5% a.m. + IOF R\$1672,23 na 2ª parcela	1
	0,5% a.m. + R\$20,00 na 2ª parcela	1
	0,5% a.m.+ valor de até 41,73 na 2ª parcela	1
	0,5% a.m.+ valor de até 980,00 na 2ª parcela	1
	1% a.m.	2
	1,0% a.m. + IOF de até R\$1.870,90 na 2ª parcela	1
	1,0% a.m.+IOF de até R\$2.418,66	1
	1,00% a.m. + IOF R\$170,00 acrescido à 2ª parcela	1
	1,3% a.m.	1
	2% a.m. + IOF R\$ 625,66	1
	2,0% a.m. + IOF R\$661,67 na 2ª parcela	1
	2,5% a.m.	1
	2,5% a.m. + IOF R\$125,28 diluído nas parcelas	1
	4% a.m. + valor de até 23,46 na 2ª parcela	1
	IOF de até R\$ 13,96	1
	IOF de R\$1.974,90 na 2ª parcela	1

continua >

Crefisa	Sem juros	2
Itaú Unibanco	1,5% a.m.	11
TOTAL		104

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6.2.7 – Modalidades de crédito que aparecem como objeto de negociação

Em **93** negociações exitosas, foram encontradas **179** modalidades de crédito como objetos de negociação. As negociações que envolvem dívidas de cartão de crédito e de renegociação de dívida/débito são as que aparecem com maior aprovação nas propostas, 21% e 37,4%, respectivamente.

Em relação às **44** propostas não exitosas, foram encontradas **111** modalidades de crédito como objetos de negociação.

Como “demais operações de crédito”, estão incluídos adiantamentos de 13º salário, à depositante, crédito preventivo, crédito sob controle e outros limites de crédito.

6.2.7.1 – Figura 33: Negociações exitosas

MODALIDADES DE CRÉDITO EM PROPOSTAS EXITOSAS	QUANTIDADE	%
Crédito consignado	5	2,8%
Cartão de crédito	38	21%
Cheque especial	13	7,3%
Empréstimo pessoal	8	4,5%
CDC - Crédito direto ao consumidor	6	3,4%
Empréstimo em folha	1	0,6%
Renegociação de débito / dívida	67	37,4%
Crediário	13	7,3%
Demais operações de crédito	8	4,5%
Sem informação	20	11,2%
TOTAL	179	100%

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6.2.7.2 – Figura 34: Negociações não exitosas

MODALIDADES DE CRÉDITO EM PROPOSTAS EXITOSAS	QUANTIDADE	%
Crédito consignado	2	2%
Cartão de crédito	24	22%
Cheque especial	5	5%
Empréstimo pessoal	9	8%
CDC - Crédito direto ao consumidor	13	12%
Renegociação de débito / dívida	40	36%
Crediário	10	9%
Cartão de loja de departamento	2	2%
Demais operações de crédito	2	2%
Sem informação	4	4%
TOTAL	111	100%

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

6.2.8 – Prazo médio da inadimplência dos contratos renegociados

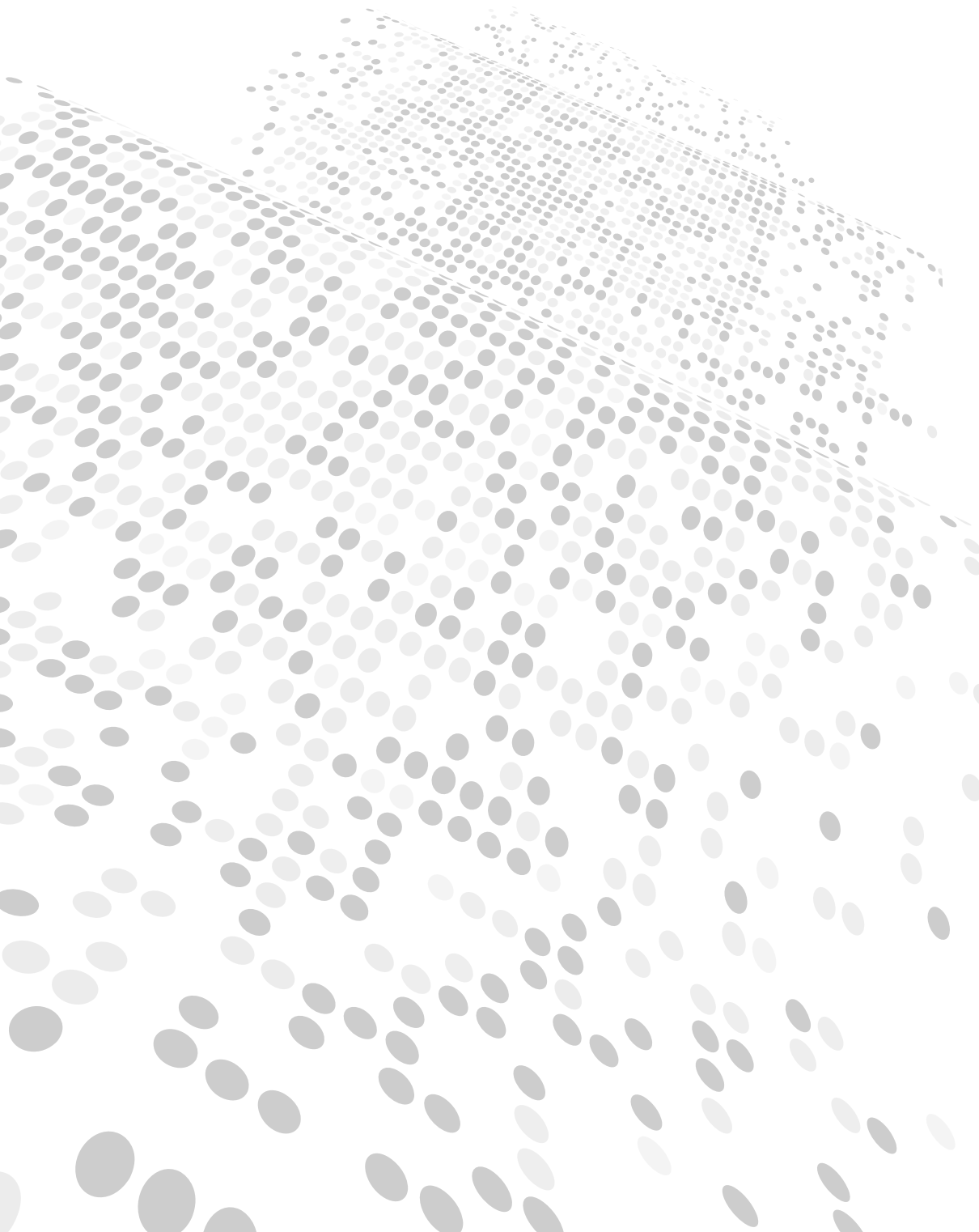
Em 27 propostas foram apresentadas 37 modalidades de crédito como objeto de negociação, com informação sobre o tempo de inadimplência dos consumidores nos contratos renegociados. O prazo médio de inadimplência dos contratos renegociados é de 78 dias.

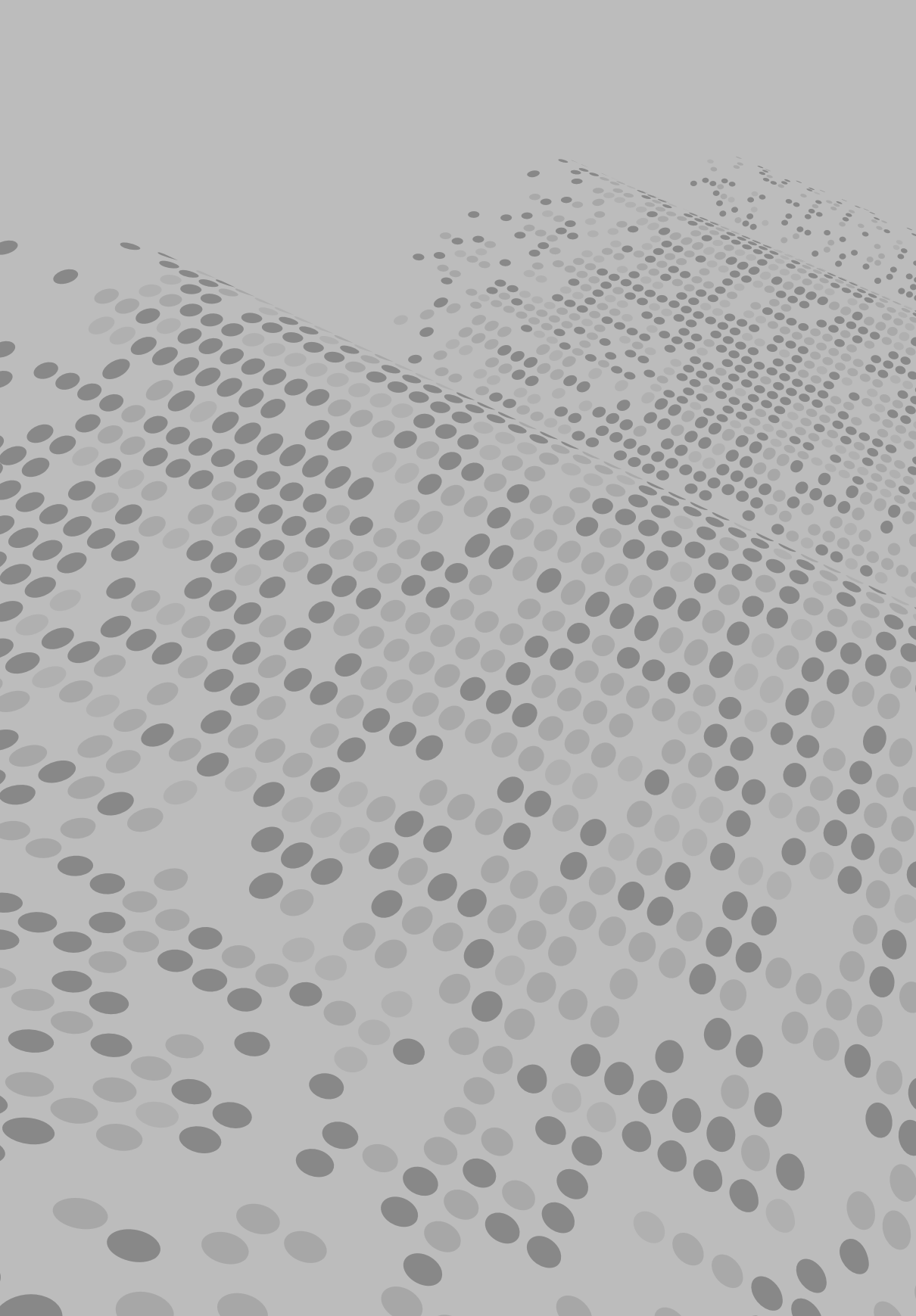
6.2.9 – Demanda por renegociação em contratos sem inadimplência

Em 11 propostas de renegociação foram apresentados 28 contratos sem inadimplência. O percentual de propostas exitosas é de 64% e do objeto de negociação nos contratos exitosos é de 68%.

6.2.10 – Demandas de renegociação em créditos consignados

Das 153 propostas apresentadas, em 10 delas há renegociação de contratos de crédito consignado (7%). Desse total, 50% dos casos foram exitosas.





CAPÍTULO 5

2º ANO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO RIO DE JANEIRO



RESUMO

A partir dos questionários aplicados pelos defensores públicos no atendimento dos réus que passam pelas audiências de custódia no Rio de Janeiro em seu 2º ano de funcionamento, foi elaborado um relatório com o intuito de fornecer informações relevantes sobre o sistema criminal, tais como o índice de soltura nas audiências, o tratamento fornecido ao preso durante a prisão e o perfil social dos réus.

ABSTRACT

Based on the questionnaires applied by public defenders in serving the defendants who attend the custody hearings in Rio de Janeiro in its second year of operation, a report was prepared to provide relevant information on the criminal system, such as the number of liberties granted, the treatment received during the arrest and the social profile of the defendants.

PALAVRAS-CHAVE

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA. ÍNDICE DE SOLTURA. PERFIL SOCIAL DOS RÉUS. ANÁLISE COMPARATIVA.

1 - INTRODUÇÃO

As audiências de custódia, regulamentadas pela Resolução 29, de 24 de agosto de 2015, do Tribunal de Justiça do RJ, começaram a funcionar na cidade do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 2015. Um pouco depois de dois anos de funcionamento na capital, atualmente em Benfica, na Cadeia Pública José Frederico Marques, o projeto se expandiu e foram inauguradas mais duas Centrais de Audiência de Custódia, uma em Volta Redonda, na Cadeia Pública Franz de Castro Holzwarth, para atender os presos do sul fluminense, e outra em Campos, no dia 30 de outubro de 2017, no Presídio Carlos Tinoco da Fonseca, para atender os presos do norte e noroeste fluminense.

Desde seu início, os defensores públicos preenchem um questionário de atendimento ao preso, acompanhando diariamente a realização dessas audiências. A partir desses questionários, é possível apresentar o perfil dos réus atendidos pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, bem como indicar o resultado da análise da prisão feita pelo juiz.

Durante a audiência, o juiz observa a prisão sob o aspecto da legalidade, avaliando a necessidade ou não de manter o preso custodiado ou se é caso de concessão de liberdade provisória, com ou sem imposição de outras medidas cautelares. É também possível avaliar eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades, além de permitir que o réu tenha acesso ao defensor o mais rápido possível, assegurando de forma efetiva a ampla defesa.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem disponibilizado esses dados por meio da publicação de diversos relatórios. O 1º relatório de análise desses questionários foi apresentado em novembro de 2015, com o perfil dos réus que participaram das audiências de custódia, entre os dias 18 de setembro e 13 de outubro de 2015. O 2º relatório indicou o perfil dos presos que foram atendidos pela Defensoria Pública em um período maior, de 14 de outubro de 2015 a 15 de janeiro de 2016. O 3º relatório manteve o período de análise de três meses, compilando os dados dos casos atendidos entre 18 de janeiro e 15 de abril de 2016. O 4º relatório abrange o período de um ano das audiências de custódia, do dia 18 de setembro de 2015 até 18 de setembro de 2016. O 5º relatório abrange os seis meses de realização das audiências de custódia posteriores ao período de um ano, entre 19 de setembro de 2016 e 15 de setembro de 2017.

Além desses, foram produzidos um relatório estatístico com os casos dos réus vítimas de maus-tratos, agressões e tortura por ocasião de prisão em flagrante, e dois relatórios sobre o perfil dos

réus que passaram pelas audiências de custódia no primeiro mês de funcionamento das centrais de Volta Redonda, entre 17 de outubro e 17 de novembro de 2017, e Campos, entre 7 de novembro e 7 de dezembro de 2017.

O relatório a seguir reflete a sistematização dos dados fornecidos pelos defensores mediante o preenchimento do questionário. A página do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na internet só foi consultada para verificar a data da audiência de custódia, quando não fornecida pelo defensor, pois sem essa informação seria impossível delimitar o lapso temporal adotado para sua elaboração. Todos os outros dados foram fornecidos apenas pelos defensores ao preencherem o questionário e não foram conferidos no sistema de consulta do TJRJ.

Em algumas situações, não consta o número do processo no questionário e, apenas nesses casos, foi feita a consulta pelo nome do réu na página do TJRJ. Ocorre que, muitas vezes, essa informação é insuficiente e o processo não é encontrado pelo mecanismo de busca. Essas situações foram contabilizadas como casos sem informação.

A proposta do presente relatório é analisar o perfil dos réus que passaram pelas audiências de custódia entre 19 de setembro de 2016 e 15 de setembro de 2017 e a resposta dada pelo Judiciário à sua situação de flagrância, mas também permitir a comparação dos dados dos períodos anteriores e das demais centrais de audiências de custódia, possibilitando um monitoramento contínuo das audiências e dos resultados por elas alcançados.

Importante lembrar que a central de audiência de custódia de Benfica foi inaugurada em 2 de outubro de 2017, portanto os dados indicados referem-se às audiências ainda realizadas no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

2 – O PERFIL DOS RÉUS ENTREVISTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA

2.1 – Aspectos jurídicos

Entre os dias 19 de setembro de 2016 e 15 de setembro de 2017, 6.382 custodiados foram entrevistados, sendo que em oito casos a audiência não foi realizada pelos seguintes motivos: um caso de réu hospitalizado, seis casos de declínio de competência e um caso em que o réu era menor de idade. Sendo assim, os dados apresentados a seguir referem-se ao total de 6.374 casos que, efetivamente, passaram pelas audiências de custódia no período indicado.

Em 19 casos não foi encontrada a data da audiência de custódia. Considerando o total de dias analisados (224)¹, foram realizadas, em média, 28 audiências de custódia por dia. No ano anterior (de 18 de setembro de 2015 a 18 de setembro de 2016) a média foi de 22 audiências de custódia por dia, levando-se em conta 236 dias.

2.1.1 – Figura 1

DATA	AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA POR MÊS
Set/16 (19 a 30)	250
Out/16	572
Nov/16	502
Dez/16	551
Jan/17	549
Fev/17	411
Mar/17	758
Abr/17	553
Mai/17	467
Jun/17	503
Jul/17	495

continua >

¹ Não foram localizados questionários nos seguintes dias: 4, 9 e 23 de novembro de 2016; 6, 11 e 12 de janeiro de 2017; 1º de fevereiro de 2017; 26 de abril de 2017; 24, 25, 26, 29, 30 e 31 de maio de 2017; 26, 29 e 30 de junho de 2017.

Ago/17	520
Set/17 (1 a 15)	224
Sem informação	19
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em regra, o defensor público entrevista o preso e preenche o questionário antes do início da sessão, e pode ocorrer de comparecer um advogado para realizar a audiência. Nesses casos, o defensor anota na ficha preenchida que um advogado particular fez a defesa do réu. Foram encontrados 245 casos nessa situação, ou seja, apenas 4% dos casos com informação.

Do total de 6.374, a liberdade provisória foi concedida em 2.753 deles e em 45 houve relaxamento da prisão em flagrante, ou seja, 44% dos casos resultaram em liberdade, conforme indica a tabela abaixo.

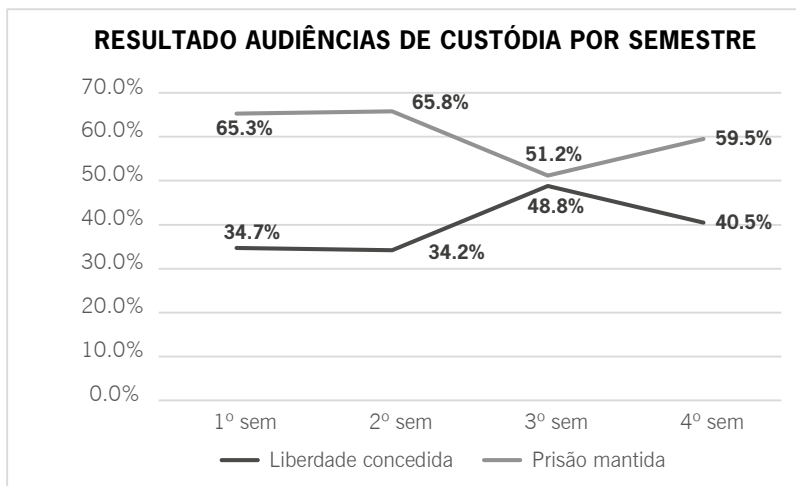
2.1.2 – Figura 2

FOI CONCEDIDA A LIBERDADE PROVISÓRIA?	
Sim	2.798
Não	3.434
Sem informação	142
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

No ano anterior ao período analisado nesse relatório, o índice era de 33,8% e nos seis meses seguintes ao primeiro ano, 48,7%. O gráfico a seguir indica o índice de soltura por semestre, mostrando as oscilações ao longo dos dois anos.

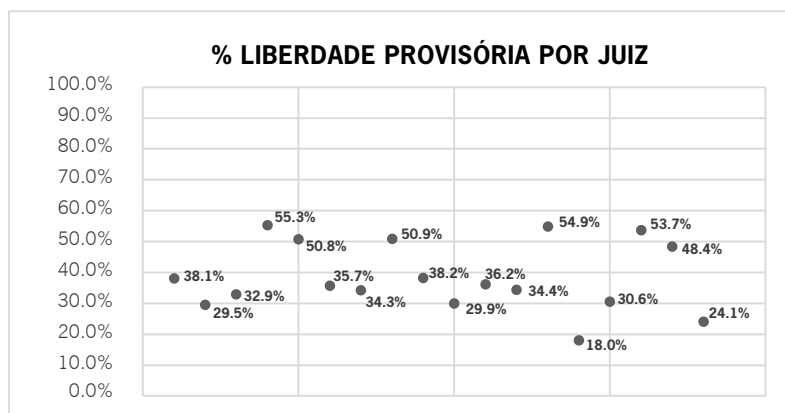
2.1.3 – Figura 3



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Durante o período de dois anos de realização de audiências de custódia, há registro de decisões proferidas por 18 juízes. No gráfico abaixo, é possível identificar o percentual de liberdade provisória por juiz, sem identificação nominal de nenhum deles, de forma a identificar possíveis padrões nas decisões proferidas conforme o perfil de cada um.

2.1.4 – Figura 4



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dos casos analisados durante os dois anos de audiência de custódia (11.667), apenas 617 réus retornaram à audiência de custódia após terem comparecido pela primeira vez, isto é, somente 5,28% do total de réus. Do total, 543 réus compareceram duas vezes; 62 réus compareceram três vezes; 11 réus compareceram quatro vezes e um compareceu cinco vezes.

De acordo com a tabela apresentada a seguir, 38,6% dos casos com informação disseram ter condenação anterior. Desses, 1.270 tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva, ou seja, 64,6% do total.

2.1.5 – Figura 5

TEM CONDENAÇÃO ANTERIOR (REINCIDENTE)?	
Sim	1.966
Não	3.125
Sem informação	1.283
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Sobre o fato de terem ocorrência na vara de infância e juventude, dos casos com informação, 22,3% responderam que sim, e 77,7% disseram que não.

2.1.6 – Figura 6

TEVE OCORRÊNCIA NAS VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE?	
Sim	1.020
Não	3.551
Sem informação	1.803
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Apenas 18,2% do total de casos com informação disseram estar em gozo de algum benefício da execução penal.

2.1.7 – Figura 7

ESTAVA EM GOZO DE ALGUM BENEFÍCIO DA EXECUÇÃO PENAL?	
Sim	664
Não	2.979
Sem informação	2.731
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto à capitulação dada pela autoridade policial, segue a tabela com os tipos penais, demonstrando que 69,5% dos réus respondem por crimes contra o patrimônio. Dentre os crimes contra o patrimônio, 37,85% dos réus cometeram roubo e 24,7% praticaram furto, de forma isolada ou em concurso. Na sequência, os crimes da Lei de Drogas aparecem em 18,88% das acusações.

2.1.8 – Figura 8

CAPITULAÇÃO	
Furto (artigo 155, CP)	1.431
Roubo (artigo 157, CP)	2.066
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	377
Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	100
Outros crimes contra o patrimônio (artigos 163, 180, CP)	375
Crimes contra o patrimônio em concurso com outros crimes, inclusive contra o patrimônio, exceto roubo, furto, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento	84
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	603
Lei de Drogas em concurso com outros crimes da própria Lei de Drogas	235
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto roubo e furto	331
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	208
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive do próprio Estatuto do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	132
Código Brasileiro de Trânsito	56
Outros crimes	192
Sem informação	184
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao número de liberdades concedidas e prisões mantidas, do total com informação, em 81% dos casos de furto foi concedida a liberdade, enquanto no roubo esse percentual é de 18%. Quanto aos tipos penais da Lei de Drogas, se considerados de forma isolada, a liberdade é concedida em 56%. Se há concurso, esse percentual cai para 25%.

2.1.9 – Figura 9

CAPITULAÇÃO	LIBERDADES CONCEDIDAS	PRISÕES MANTIDAS	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
Furto (artigo 155, CP)	1.154	265	12	1.431
Roubo (artigo 157, CP)	359	1.677	30	2.066
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	41	330	6	377

continua >

Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	74	24	2	100
Outros crimes contra o patrimônio (artigos 163 e 180, CP)	295	71	9	375
Crimes contra o patrimônio em concurso com outros crimes, inclusive contra o patrimônio, exceto roubo, furto, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento	47	33	4	84
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	332	261	10	603
Lei de Drogas em concurso com outros crimes da própria Lei de Drogas	57	173	5	235
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto roubo e furto	83	247	1	331
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	104	100	4	208
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive do próprio Estatuto do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	48	82	2	132
Código Brasileiro de Trânsito	52	3	1	56
Outros crimes	83	104	5	192
Sem informação	69	64	51	184
TOTAL	2.798	3.434	142	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

As tabelas abaixo indicam os casos em que o réu registrou o fato de ter sido fotografado por policiais militares em situações diversas da realização de sua identificação na delegacia de polícia, foi vítima de tortura ou sofreu agressões por ocasião da prisão.

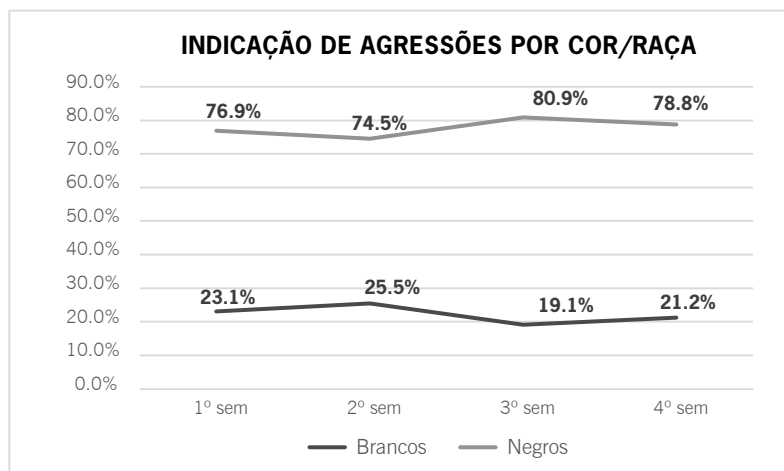
Do total, 35,9% dos réus relataram terem sofrido agressões por ocasião da prisão. Do total de pessoas que responderam sim, 79,7% são negros.

2.1.10 – Figura 10

SOFREU AGRESSÕES POR OCASIÃO DA PRISÃO?	
Sim	2.107
Não	3.759
Sem informação	508
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.1.11 – Figura 11



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Ao serem perguntados se poderiam identificar o agressor, 1.916 réus responderam sim, mencionando a polícia civil, polícia militar, a guarda municipal, segurança privada, populares, milícia, polícia do exército, agente penitenciário, traficantes e operação Segurança Presente.

O agressor mais indicado é o policial militar (62,5% dos casos com informação), e quando considerado sua menção em conjunto com outros agressores, esse índice sobe para 67,1% das indicações.

2.1.12 – Figura 12

IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR	
Guarda municipal	52
Operação Segurança Presente	12
Policia civil	59
Policia militar	1.198
Populares	357
Segurança privada	85
Vítima	33
Policia militar e guarda municipal	3
Policia militar e policia civil	12
Policia militar e segurança privada	8
Policia militar e populares	64
Populares e segurança privada	7
Populares e vítima	6
Autoridade policial e outros	6
Populares e milícia	1
Vítimas e segurança privada	1
Outros	12
Não pode identificar	45
Sem informação	146
TOTAL	2.107

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em razão de alterações nas perguntas formuladas nos questionários, os dados sobre o local da agressão se referem apenas ao 4º semestre (20 de março de 2016 até 15 de setembro de 2017). Nesse período, 1.070 réus responderam ter sofrido agressão por ocasião da prisão e identificaram o local da agressão.

2.1.13 – Figura 13

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA AGRESSÃO	
Areia da praia	3
Cabine da PM	1
Casa	18
Delegacia	52
Delegacia e também unidade prisional ou viatura da PM	3
DPO	1
Estabelecimento comercial (farmácia, shopping, mercado, loja)	12
Local da prisão	2
Outros (van de depósito; contêiner; viatura)	4
Rua	805
Rua e também delegacia ou viatura da PM ou unidade prisional	30
Transporte público (ônibus ou trem)	3
Unidade prisional	4
Van da operação de segurança presente	6
Viatura da PM	24
Viatura do SOE	3
Não pode identificar	3
Sem informação	96
TOTAL	1.070

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Em 9% dos casos com informação, os réus disseram ter sido vítima de tortura. Note-se que há muitos casos sem informação, muito provavelmente porque os réus respondem a pergunta sobre agressão e entendem não ser necessário responder a pergunta sobre a tortura, até mesmo por considerar que o ato de tortura e o de agressão seria o mesmo.

Do total de 426 pessoas que responderam terem sido vítima de tortura, 390 também disseram terem sido vítimas de agressão (91,54%).

2.1.14 – Figura 14

CONSIDERA TER SIDO VÍTIMA DE TORTURA?	
Sim	426
Não	2.467
Sem informação	3.481
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Apesar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ter atendido a um pedido da Defensoria Pública, feito em uma ação civil pública, e proibir a veiculação de imagens dos presos em flagrante, em 66% dos casos com informação, os réus disseram que foram fotografados por ocasião da prisão, em situações diversas da realização de sua identificação na delegacia de polícia.

2.1.15 – Figura 15

TEVE O ROSTO FOTOGRAFADO POR POLICIAIS MILITARES?	
Sim	2.991
Não	1.508
Sem informação	1.875
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Nos questionários aplicados aos réus nas audiências de custódia, a partir do 4º semestre, foi incluída a pergunta “É capaz de identificar visualmente o policial militar que o fotografou?”. Dos 1.289 réus que afirmaram terem sido fotografados nesse semestre, 72,4% dos casos com informação responderam sim.

2.1.16 – Figura 16

É CAPAZ DE IDENTIFICAR VISUALMENTE O POLICIAL MILITAR QUE O FOTOGRAFOU?	
Sim	856
Não	326
Sem informação	107
TOTAL	1.289

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

2.2 – Aspectos sociais

Os dados informados abaixo tratam do perfil social dos réus que passaram pelas audiências de custódia no período indicado.

Quanto à naturalidade, 84,2% dos réus são do Estado do Rio de Janeiro.

2.2.1 – Figura 17

NATURALIDADE		
Norte	AL (9); PA (14); RR (1)	24
Nordeste	AM (5); BA (67); CE (37); MA (25); PB (45); PE (28); PI (3); RN (11); SE (9)	230
Centro-Oeste	DF (1); GO (3) MS (2); MT (2)	8
Sudeste, exceto RJ	ES (21); MG (60); SP (68)	149
Rio de Janeiro	RJ	2.613
Sul	PR (5); RS (8); SC (6)	19
Estrangeiros	Angola (1); Argentina (3); Bolívia (2); Chile (27); Colômbia (18); Costa Rica (1); Nigéria (1); Peru (4); Turquia (1); Venezuela (1)	59
Sem informação	-	3.272
TOTAL		6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Os réus de cor preta/parda representam 76,6% dos que foram atendidos na audiência de custódia e declararam sua cor (5.945), enquanto os de cor branca representam 22,5%. Um réu se declarou albino e não foi incluído na tabela abaixo.

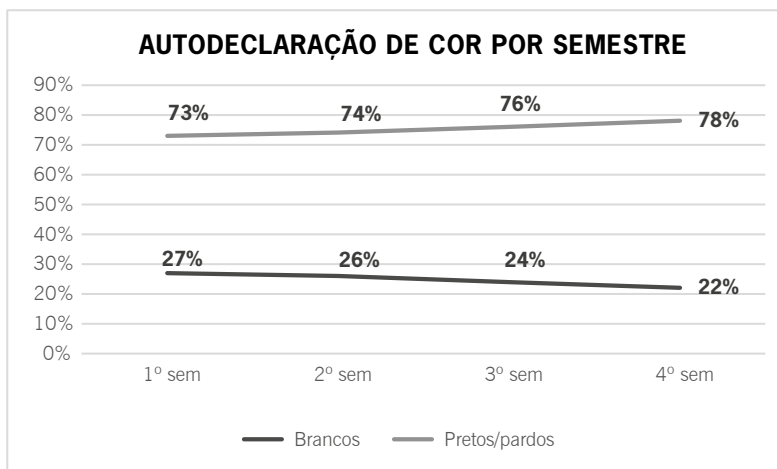
2.2.2 – Figura 18

AUTODECLARAÇÃO DE COR	
Amarelo	49
Branco	1.337
Indígena	6
Preto/pardo	4.553
Sem informação	428
TOTAL	6.373

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O gráfico abaixo indica a porcentagem de pretos/pardos e brancos nas audiências de custódia por semestre, durante os dois anos de ocorrência.

2.2.3 – Figura 19

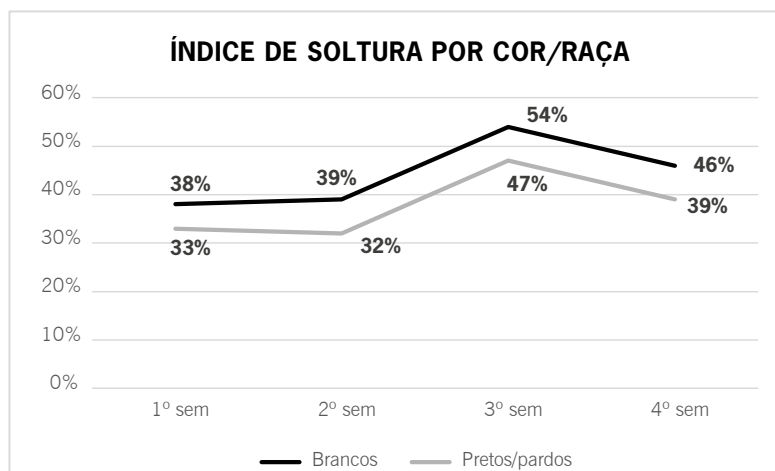


Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Considerando os casos de autodeclaração de cor de maior incidência, pretos/pardos e brancos, é possível indicar a proporção de liberdades concedidas em cada um deles. Em 1.337 casos de presos brancos, 654 tiveram a liberdade provisória concedida, ou seja, 48,9%, enquanto os negros passaram a responder ao processo em liberdade em 1.918 do total de 4.553 casos, o que corresponde a 42,1%.

No gráfico a seguir, está indicado o índice de soltura de negros e brancos por semestre, durante os dois anos de ocorrência das audiências de custódia.

2.2.4 – Figura 20



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Na tabela seguinte, é possível constatar que 65%, dos casos com informação, os réus que passaram pela audiência de custódia possuem apenas o ensino fundamental.

2.2.5 – Figura 21

ESCOLARIDADE	
Ensino fundamental	3.781
Ensino médio	1.898
Ensino superior	128
Não estudou	36
Sem informação	531
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao ano de nascimento, a maioria dos réus tem entre 18 e 36 anos (83,9% do total de casos informados).

2.2.6 – Figura 22

ANO DE NASCIMENTO	
Entre 1996 e 1999	1.395
Entre 1991 e 1995	1.233
Entre 1986 e 1990	796
Entre 1981 e 1985	432
Entre 1976 e 1980	328
Entre 1971 e 1975	178
Entre 1966 e 1970	99
Anterior a 1966	136
Sem informação	1.777
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de casos com informação, 60% disseram ter filhos e 7% do total de réus (6.374) informaram que a esposa/companheira está grávida.

2.2.7 – Figura 23

TEM FILHOS?	
Sim	3.460
Não	2.333
Sem informação	581
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dentre os 4.503 réus que responderam trabalhar antes de ser preso, apenas 375 disseram poder comprovar o vínculo com carteira de trabalho assinada, ou seja, 8,3% dos casos com informação responderam trabalhar sem carteira assinada.

2.2.8 – Figura 24

TRABALHAVA ANTES DE SER PRESO?	
Sim	4.503
Não	1.106
Sem informação	765
TOTAL	6.374

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de 6.374 réus, 17 forneceram seus nomes sociais quando responderam ao questionário, além do seu nome no registro civil. Por fim, 963 réus disseram ser portador de alguma doença (15% do total).

2.3 – Perfil das mulheres entrevistadas pela Defensoria Pública

Do total de 6.374 réus, 463 são de pessoas do sexo feminino, ou seja, apenas 7,26%. Abaixo seguem os dados sobre essas mulheres.

Dos casos com informação, 72% das mulheres receberam a liberdade após a audiência de custódia.

2.3.1 – Figura 25

FOI CONCEDIDA A LIBERDADE PROVISÓRIA?	
Sim	327
Não	125
Sem informação	11
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O crime mais praticado pelas mulheres é o furto (39,7% dos casos com informação), seguido de crimes da Lei de Drogas, na forma simples (21,4%) ou em concurso (4,5%).

2.3.2 – Figura 26

CAPITULAÇÃO	
Furto (artigo 155, CP)	178
Roubo (artigo 157, CP)	79
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	9
Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	14
Outros crimes contra o patrimônio (artigos 163, 180, CP)	19
Crimes contra o patrimônio em concurso com outros crimes, inclusive contra o patrimônio, exceto roubo, furto, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento	4
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	96
Lei de Drogas em concurso com outros crimes da própria Lei de Drogas	14
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto roubo e furto	6
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	3
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive do próprio Estatuto do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	3
Outros crimes	23
Sem informação	15
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de casos, 326 mulheres indicaram ter filhos. Dessas, 245 afirmaram ter filhos até 12 anos, dentre as quais 171 receberam a liberdade provisória (69,8%). Das mulheres que indicaram ter filhos até 12 anos, 98 cometeram furto (40%), 60 cometeram crimes da Lei de Drogas (24%) e 44 cometeram roubo (18%).

2.3.3 – Figura 27

TEM FILHOS?	
Sim	326
Não	100
Sem informação	37
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Das 57 mulheres grávidas, incluindo os 48 casos de gravidez e os nove casos de suspeita de gravidez, 44 receberam a liberdade após a audiência de custódia (77,2%), sendo oito com suspeita e 36 grávidas. Se for considerado apenas os casos de gravidez, 75% receberam a liberdade provisória.

2.3.4 – Figura 28

ESTÁ GRÁVIDA?	
Sim	48
Não	304
Sem informação	102
Suspeita	9
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A maioria das mulheres entrevistadas é preta/parda (70,5%) e os casos de mulheres brancas correspondem a 27,6%, dos casos com informação.

2.3.5 – Figura 29

AUTODECLARAÇÃO DE COR	
Amarelo	5
Branco	116
Indígena	3
Preto/pardo	296
Sem informação	43
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dos casos com informação, a maioria das mulheres indicaram serem solteiras (76%).

2.3.6 – Figura 30

ESTADO CIVIL	
Casada (10) / União estável (46)	56
Solteira	204
Viúva	6
Divorciada	4
Subtotal	270
Sem informação	193
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

O grau de escolaridade corresponde ao já indicado com relação a totalidade de réus. A maioria das mulheres cursou apenas o ensino fundamental (61%).

2.3.7 – Figura 31

ESCOLARIDADE	
Ensino fundamental	241
Ensino médio	127
Ensino superior	24
Não estudou	2
Sem informação	69
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Quanto à idade, do total de mulheres com informação, a maioria é jovem, entre 18 e 36 anos (74,9%).

2.3.8 – Figura 32

ANO DE NASCIMENTO	
Entre 1996 e 1999	72
Entre 1991 e 1995	80
Entre 1986 e 1990	69
Entre 1981 e 1985	39

continua >

Entre 1976 e 1980	38
Entre 1971 e 1975	23
Entre 1966 e 1970	15
Anterior a 1966	11
Subtotal	347
Sem informação	116
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Do total de mulheres com informação, 63% disseram trabalhar antes de ter sido presa.

2.3.9 – Figura 33

TRABALHAVA ANTES DE SER PRESA?	
Sim	246
Não	142
Sem informação	75
TOTAL	463

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

3 – CONCLUSÕES

Em conjunto com o relatório sobre os dados do primeiro ano de funcionamento das audiências de custódia no Rio de Janeiro, o período analisado no presente relatório permite identificar e compreender quem são os réus atendidos pela Defensoria Pública nas audiências de custódia desde a implementação das audiências de custódia no Rio de Janeiro.

Além de reforçar o vínculo do defensor público e o réu, permitindo que se desenvolva a melhor estratégia de defesa logo após sua prisão, os dados indicados contribuem para o conhecimento do perfil das pessoas que ingressam no sistema criminal e para a formulação e adoção de políticas públicas voltadas ao tema.

Nesse sentido, a Defensoria Pública vem demonstrando seu comprometimento com seu público-alvo e tem utilizado esses dados nos debates públicos para desmistificar alguns argumentos no sentido de que as audiências de custódia só servem para soltar as pessoas que voltariam a cometer crimes logo depois. Um exemplo disso é o baixíssimo índice de retorno à audiência de custódia, apenas 5,28% dos réus retornam após terem comparecido pela primeira vez.

Da mesma forma, os índices de soltura nas audiências de custódia indicam que o Judiciário vem mantendo um padrão de manutenção das prisões em mais da metade dos casos, ainda que a maioria dos réus não tenha condenação anterior (61,4%), com maior chance de concessão de liberdade em casos de furto (81%) e menor chance em casos de roubo (18%). Quanto aos tipos penais da Lei de Drogas, se considerados de forma isolada, a liberdade é concedida em 56%. Se há concurso, esse percentual cai para 25%.

Se considerarmos a situação das mulheres, o índice de soltura aumenta (72%), mas também muda o perfil dos crimes praticados, com maior incidência do furto (39,7%) e de tipos penais da Lei de Drogas (25,9%), enquanto que no casos dos homens, o crime mais praticado é o roubo (37,8%).

No presente relatório, foi possível avaliar esse índice por juiz, indicando o total de liberdades concedidas e prisões mantidas por cada um.

Nota-se que o perfil dos réus manteve-se como indicado nos períodos anteriores: pretos/pardos, com baixo grau de escolaridade, que trabalham no mercado informal. Além de serem maioria nas audiências de custódia (76,6%), os negros também são os que mais sofrem agressões decorrentes da prisão (79,7%).

O índice de soltura também é maior entre brancos do que entre negros. No total, 48,9% dos brancos tiveram a liberdade concedida, enquanto os negros passaram a responder ao processo em liberdade em 42,1% dos casos.

A DEFENSORIA EM DADOS

PESQUISAS REALIZADAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aqui serão encontradas algumas pesquisas utilizadas em ações estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que serviram para qualificar a participação da instituição no debate público e para ampliar sua atuação para além do escopo individual na esfera judicial, fortalecendo, assim, seu papel de defensora de direitos de forma ampla e coletiva.

Os resultados comprovam a qualidade do trabalho realizado nos últimos três anos, mas apontam para novos desafios no campo da pesquisa na Defensoria Pública: a sua ampliação e institucionalização.

REALIZAÇÃO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública • RJ

APOIO



Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro